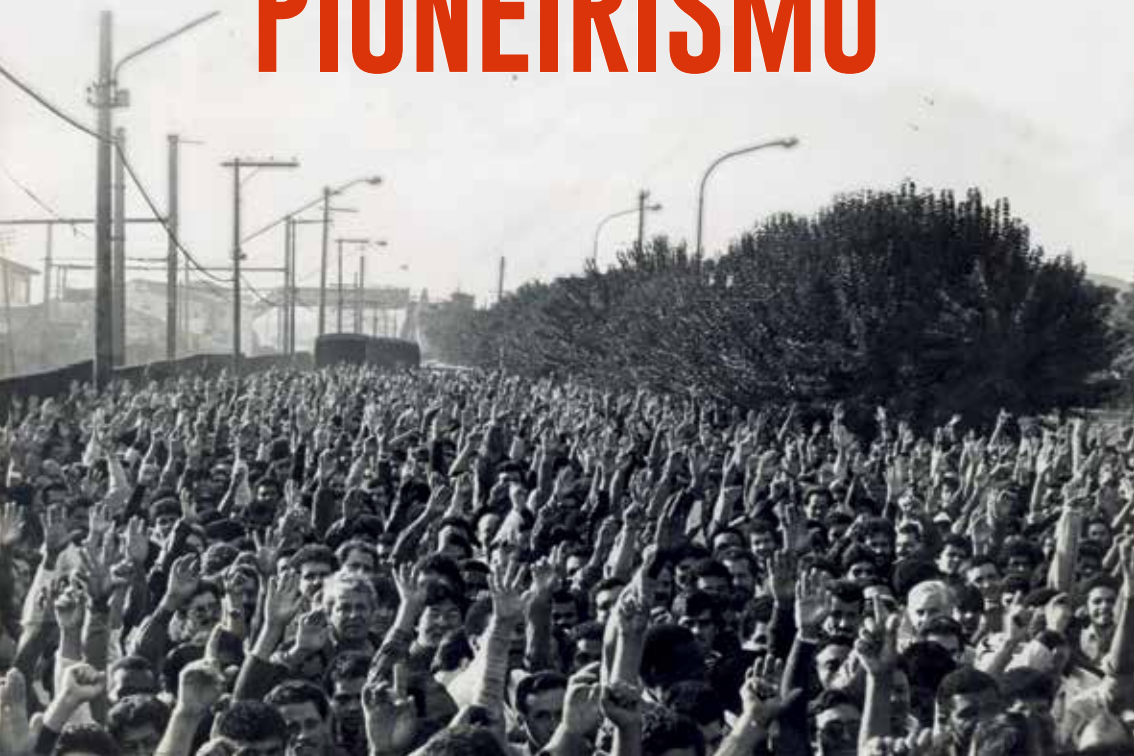


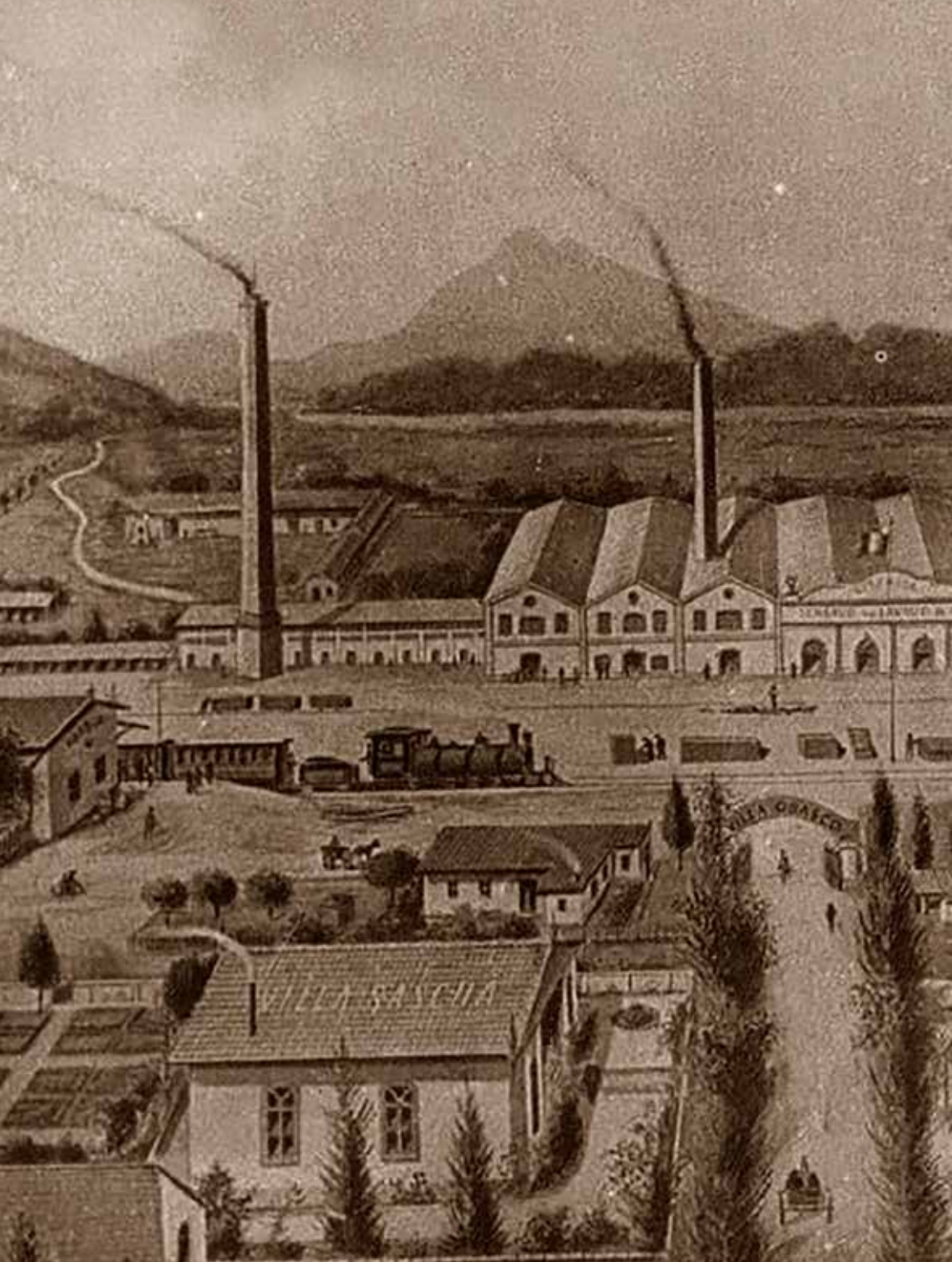


**SINDICATO DOS METALÚRGICOS DE
OSASCO E REGIÃO, 60 ANOS:**

UMA HISTÓRIA DE BRAVURA E PIONEIRISMO



Bairro de Osasco em 1903. Ao centro (horizontal), a linha da EFS e a estação bem à esquerda.
(Autor desconhecido - acervo Hagop Garagem).





SINDICATO DOS METALÚRGICOS de Osasco e Região, 60 anos: Uma história de bravura e pioneirismo

São Paulo
2023



Realização: **Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco e Região**

Gilberto Almazan – Presidente
João Batista – Secretário Geral
Milton Cavalo – Tesoureiro

Diretoria:

Mônica Veloso
Cláudio Magrão
Alex Sandro Ferreira da Silva
Carlos Eduardo de Carvalho
Milton Baptista Cavalo
Marcel Joaquim Simões
Marcelo Alves Mendes
Etelvina de Souza Guimarães
Wellington Luiz de Assis Assunção
Bruno Barbosa da Silva
Alex Sandro de Jesus Silva
Jeane Nilo da Silva
Izaías de Oliveira

André Ricardo Leite
Joice das Dores Sampaio Santos
José Ricardo Gouveia Neto
Sertório Ap. R. de Carvalho
Edson Cogo
Rafael Alves Pereira
Dalmo Aparecido Ferreira
Lucas Bernardes Fornos
Everaldo dos Santos
Jorge Nazareno Rodrigues
Creusa de Oliveira
Celso Elviro Maciel

Assessoria de imprensa: Auris Sousa

Projeto 60 anos do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco e Região

Realizado por: **Centro de Memória Sindical**

Milton Cavalo – Presidente do Centro de Memória Sindical
Carolina Maria Ruy – Coordenação geral e redação

Célia Máira Estrella – Entrevistas
Edson Colete e Oficina Só Português – Revisão
Cláudio Gonzalez – Capa e diagramação



SINDICATO DOS METALÚRGICOS DE OSASCO E REGIÃO

Rua Erasmo Braga, 307 - Presidente Altino | CEP 06213-008 | Osasco – SP
Tel.: (11) 3651-7200 | <http://sindmetal.org.br>



CENTRO DE MEMÓRIA SINDICAL

Rua do Carmo, 171 – Sé | CEP 01019-020 | São Paulo – SP
Tel.: (11) 3227-4410 | www.memoriasindical.org.br

SUMÁRIO

Apresentação **7**

Prefácio 1

**Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco e Região -
60 Anos de Luta e Conquistas** | *Gilberto Almazan* **9**

Prefácio 2

60 anos de Compromisso com a classe trabalhadora
Luiz Inácio Lula da Silva **11**

Capítulo 1

Origens do movimento operário em Osasco **13**

Capítulo 2

**Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco e Região:
primeiros anos** **31**

Capítulo 3

A Greve: um projeto audacioso **61**

Capítulo 4

Retomando o contato com a categoria **87**

Capítulo 5

Saúde e segurança para o trabalhador **113**

Capítulo 6

Sob o impacto das greves **123**

Capítulo 7

Redemocratização brasileira **145**

Capítulo 8

Um novo programa para o Sindicato **159**

SUMÁRIO

Capítulo 9

Construção de um novo tempo 185

Capítulo 10

Anos turbulentos 197

Capítulo 11

Grandes desafios para uma nova gestão 211

REFERÊNCIAS

Depoimentos 225

Bibliografia 226

O perfil combativo e politizado do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco e Região é o traço que mais se destaca nos 20 depoimentos sobre a entidade registrados neste livro. Fundado no efervescente ano de 1963, no bojo da polarização ideológica da Guerra Fria, o Sindicato enfrentou com bravura e ousadia a ditadura militar, que chegou antes que a entidade completasse um ano.

Como aquele Sindicato, contando com apenas cinco anos de vida autônoma, de uma cidade da Grande São Paulo que acabara de se emancipar, pôde dar ao Brasil um exemplo tão grandioso de resistência à ditadura, como foi a greve iniciada na Cobrasma em julho de 1968? É uma questão que se explica pela consciência operária cultivada naquele município da fronteira com a Zona Oeste da capital. O engajamento social é da cultura de Osasco, do chão de suas fábricas, das vilas operárias, das organizações estudantis e até mesmo da Igreja Católica, com seus padres progressistas.

Em 1968, Osasco deu o exemplo que 10 anos depois influenciou a reorganização do movimento sindical já no fim da ditadura. Reorganização que, através de muita luta, reconquistou as convenções coletivas e levou o Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco e Região a um novo protagonismo: as ações por saúde e segurança dos trabalhadores.

Das primeiras Semanas de Saúde do Trabalhador, em 1979, até a formação dos diretores à frente do Sindicato no contexto de seus 60 anos, o tema ganhou força e fez do Sindicato, novamente, uma referência nacional. A greve de 1968 e as ações por saúde e segurança dos trabalhadores são temas que revelam o protagonismo dos metalúrgicos de Osasco no movimento sindical. Mas esta história

também segue outras ramificações. As lutas de resistência em períodos de recessão, como as décadas de 1980 e 1990, as conquistas salariais e de PLRs, a valorização das mulheres e suas demandas específicas, a atenção à juventude, a devida importância que o Sindicato atribui às instituições criadas pelo movimento sindical, como o Dieese, o Diesat e o Centro de Memória Sindical, a participação ativa em todos os processos decisivos da política brasileira, tudo isso também compõe essas seis décadas.

O Sindicato esteve presente nas três Conferências da Classe Trabalhadora, em 1981, 2010 e 2022, nas principais manifestações sociais e intersindicais ocorridas desde seu nascimento, como a greve geral de 1983, a campanha pelas Diretas Já! e pela Constituinte, as edições do Fórum Social Mundial, as lutas pela democracia nos anos de 2016 a 2022. É natural, portanto, que sua história esteja inscrita em um panorama mais amplo da história do país.

Este livro buscou, portanto, seguir esse viés de conectar os acontecimentos do Sindicato com o que se passava no Brasil em 60 anos de importantes transformações e tensões.

Por último, cabe ressaltar que o presente material conta com anos de pesquisa. O plano de registrar sua trajetória em um livro vem de muitos anos no Sindicato. A cada tentativa, os pesquisadores levantaram material e realizaram entrevistas. O material acumulado engrandeceu. Desta forma, o trabalho do Centro de Memória Sindical de concluir o livro sobre os sexagenários do Sindicato teve o privilégio de contar com trabalhos anteriores de pesquisadores que já se debruçaram sobre esta mesma história.

O livro não é mero registro da história do Sindicato até aqui. Trata-se sim de uma reflexão sobre a organização da classe trabalhadora em sua luta constante por direitos, por dignidade e pela construção de um futuro melhor para todos e todas.

São Paulo, 17 de maio de 2023.

SINDICATO DOS METALÚRGICOS DE OSASCO E REGIÃO - 60 ANOS DE LUTA E CONQUISTAS

Gilberto Almazan (Ratinho)

A história de uma entidade é construída pelas mãos de diversas pessoas que dedicam seu tempo, energia e paixão pela causa que defendem. É assim que o Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco e Região se firma como um exemplo de resistência, coragem e força ao completar seus 60 anos.

Nas páginas deste livro, encontramos uma narrativa que abrange desde a sua fundação, os anos tumultuados da ditadura militar até os desafios e conquistas da redemocratização. Ao longo desse período, o Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco e Região não apenas sobreviveu, mas também se ergueu como uma voz ativa na defesa dos direitos trabalhistas e sociais dos metalúrgicos e metalúrgicas.

Uma das características marcantes deste Sindicato ao longo desses 60 anos foi sua capacidade de mobilizar os trabalhadores nas portas de fábrica. A atuação pela base é nossa marca registrada e tem sido fundamental para conscientizar e engajar os trabalhadores e trabalhadoras nas lutas por melhores condições de trabalho, salários justos e uma vida digna.

Nesse contexto, o livro também destaca as lutas e conquistas alcançadas nas fábricas, a constante batalha pela manutenção dos empregos e contra a precarização do trabalho em um cenário de constantes desafios econômicos, políticos, sociais e sanitários. A

publicação mostra, então, que o Sindicato se tornou um verdadeiro escudo de proteção aos trabalhadores, buscando garantir sua estabilidade e seus direitos em meio às turbulências do mercado, por meio de campanhas, mobilizações e parcerias para garantir condições dignas e seguras aos trabalhadores.

Uma outra marca importante é a luta pela inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho. O Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco e Região se tornou um exemplo de inclusão e respeito à diversidade, ao promover ações, por meio do Espaço da Cidadania, pela inserção plena e igualitária nas metalúrgicas de Osasco e região.

Ao finalizar esta introdução, esperamos que a leitura deste livro seja uma opção para você conhecer a rica história do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco e Região. Uma narrativa construída por relatos e diversos pontos de vistas que buscam tentar retratar um pouco da grandiosa história do Sindicato. Uma história que não seria possível sem a dedicação e participação de cada um dos trabalhadores, trabalhadoras, líderes sindicais e demais envolvidos nesse caminho. Uma história que não está acabada e precisa ser contada por todos aqueles que queiram contribuir com a nossa memória.

Que este livro sirva como um marco não apenas para celebrar os 60 anos desta importante entidade, mas também para marcar a atuação de uma das entidades sindicais mais importantes do Brasil e para inspirar as gerações futuras na luta pela defesa dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras, pela igualdade e pela justiça social.

Boa leitura!

*Gilberto Almazan (Ratinho),
Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco e Região*

60 anos de COMPROMISSO COM a CLASSE TRABALHADORA

Luiz Inácio Lula da Silva

O que se destaca no panorama dos 60 anos do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco e Região é o inabalável compromisso do Sindicato com a classe trabalhadora. Sua história emblemática reitera que os trabalhadores brasileiros sempre estiveram na linha de frente da luta pela igualdade social e pela consolidação da democracia no país.

As greves pela reposição salarial que começaram no ABC paulista em 1978 e se espalharam por todo o Brasil, tiveram na greve do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco e Região de 1968 um exemplo de organização pela base, formação de comitês sindicais e mobilização.

Aquela audaciosa e surpreendente greve contra o regime militar (1964-1985) projetou um grande líder sindical brasileiro, José Ibrahín, que, anos mais tarde, participou da fundação do Partido dos Trabalhadores.

Com seu espírito de luta os metalúrgicos de Osasco também estiveram nas greves do ABC, na campanha pelas Diretas Já, no movimento pela Constituinte, no Impeachment de Collor, entre outros, sempre prezando sua relação e sua identidade com a base da categoria e com o povo da cidade. Quero homenagear todos os companheiros de Osasco que, na década de 1980, junto conosco construíram o novo sindicalismo brasileiro, na pessoa do querido Henos Amorina.

É importante ressaltar que os trabalhadores metalúrgicos de Osasco sempre me apoiaram em minhas lutas, desde a presidência do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, até meus mandatos como Presidente da República. Em minha opinião, este apoio a um

governo de esquerda, presidido por um metalúrgico, demonstra o nível de compromisso e consciência política destes trabalhadores. E foi fundamental para que o Brasil tivesse, a partir de 2003, as grandes conquistas econômicas e sociais de que tanto nos orgulhamos.

Não posso deixar de apontar o trabalho exemplar que este Sindicato realiza no âmbito da Saúde e Segurança no Trabalho. Trata-se de uma luta dura, travada com grandes empresas, que exploram o trabalhador até o limite de sua força física e o expõem a materiais e máquinas de alta periculosidade, que deveriam ser manejadas com toda a atenção. Uma atenção que às vezes não é possível devido ao cansaço físico. Entre tanta gente corajosa e digna que se dedicou a essa causa, lembro com afeto do nosso companheiro Clemente.

Graças a ações promovidas por entidades sociais, como o Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco e Região, a quantidade de acidentes e de doenças adquiridas no ambiente de trabalho é muito menor hoje do que era até a década de 1990. Ainda há muito por fazer neste campo, e o Sindicato nos aponta o caminho certo.

Parabéns ao Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco e Região pelo seus vitoriosos sessenta anos de vida. Parabéns ao seu atual Presidente, o companheiro Gilberto Almazan, pela sua liderança e combatividade. Que o futuro do Sindicato seja ainda mais exitoso na defesa dos assalariados e das mulheres e homens do nosso querido Brasil.

*Luiz Inácio Lula da Silva,
presidente da República*

Capítulo 1

ORIGENS DO MOVIMENTO OPERÁRIO em Osasco



Inauguração da fábrica Brow Boveri em Osasco, 1957



Comemoração Independência de Osasco em 1962

A Greve na Vidraria Santa Marina

Nos anos de 1901 e 1909 trabalhadores da Vidraria Santa Marina, no bairro da Lapa, em São Paulo (entre eles franceses e italianos), de posse da consciência de seus direitos e, mais do que isso, de contratos de trabalho celebrados sob a legislação trabalhista francesa¹, protagonizaram greves por melhores condições de trabalho que repercutiram no então bairro de Osasco. Estes movimentos ofereceram subsídios para a formação de uma vanguarda operária na região.

A última greve da Vidraria Santa Marina terminou sem êxito em 21/10/1909, sendo os grevistas readmitidos ao trabalho. Todos, menos aqueles considerados os líderes do movimento.

Osasco, a cerca de dez quilômetros da Lapa, com uma população formada, em sua maioria, por imigrantes europeus, especialmente italianos, começava a se desenvolver, e demandava mão de obra.

Desta forma, os vidreiros desempregados dirigiram-se para Osasco, muitos a pé, seguindo os trilhos da Estrada de Ferro Sorocabana até o km 16, onde foram abrigados pelos seus conterrâneos².

Uma vez instalados, cresceu entre eles a ideia de criar uma cooperativa de vidreiros. Ideia que ganhou força e apoio popular e sindical, conforme mostra o jornal *Diário Popular* de 5/01/1910:

Está definitivamente constituída a Sociedade Cooperativa Vidraria Osasco, que vai montar na florescente povoação que lhe deu o nome uma vidraria para a fabricação de garrafas.

1 Avançada em relação à brasileira à época.

2 Brito, Celso Roberto de, *Contribuição ao estudo do poder local em Osasco*, um estudo geográfico-político, USP/SP, 2009. p127.

O sonho da cooperativa não vingou. Especula-se que o responsável pelas finanças do empreendimento fugiu com o dinheiro e a documentação, em uma ação supostamente orquestrada pela Vidraria Santa Marina, que perderia seu monopólio caso a cooperativa crescesse. Não há, contudo, provas sobre isso.

Tais acontecimentos, desde a greve até a tentativa da criação da cooperativa, plantou no imaginário osasquense uma espécie de semente de “tradição de luta” e de identidade operária. Embora as greves tenham ocorrido na Lapa, seus desdobramentos se deram em Osasco, fato que, segundo Helena Pignatari³, deu à região e seus futuros trabalhadores industriais condições para formar uma vanguarda operária.

Esta semente ficou adormecida por muitos anos, até germinar a partir da década de 1950 com as manifestações contra a carestia que se espalharam pelo Brasil e, sobretudo, com o movimento pela emancipação municipal de Osasco.

Urbanização e Relações de Trabalho

Durante a “Era Vargas” (1930 a 1945), o Estado se tornou o principal responsável pela modernização brasileira.

A chamada revolução industrial brasileira, iniciada a partir da Revolução de 1930, sob comando de Getúlio Vargas, fora impulsionada pelo grande êxodo rural gerado pela crise do café, que levou ao aumento da população urbana. Outro fator que favoreceu a industrialização foi a necessidade da produção de bens de consumo em território nacional em função das 1ª e 2ª Guerras Mundiais (1914 a 1918, 1939 a 1945), em um processo que ficou conhecido como “substituição de importações”.

3 Werner, Helena Pignatari, *Raízes do movimento operário em Osasco*, Cortez Editora, 1980.

Um sinal da mudança de um Brasil predominantemente rural para um Brasil predominantemente urbano foi a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, em 26 de novembro de 1930, para administrar questões que, até então, eram tratadas pelo Ministério da Agricultura.

Estas transformações alteraram profundamente as relações de trabalho no Brasil. E Vargas tornou-se um presidente reconhecido por introduzir a legislação trabalhista brasileira não apenas devido a sua boa vontade política, mas sobretudo pelas exigências socioeconômicas daquele momento.

Curioso notar que foi na ditadura do Estado Novo que surgiram e se consolidaram as principais leis trabalhistas, culminando com a criação do Decreto-Lei nº 5.452, em 1º de maio de 1943, sistematizado pelo ministro do Trabalho, Alexandre Marcondes Filho, que gerou a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Vargas procurou atender reivindicações históricas do proletariado. Isto ocorreu porque, embora tenha representado um grande avanço na vida dos trabalhadores, com a garantia de direitos básicos como jornada de trabalho, descanso semanal remunerado e férias, entre outros, ações como esta buscavam reger ao máximo o mundo do trabalho em todas as suas nuances, embasando um discurso da outorga dos direitos dos trabalhadores pelo Estado. E, de fato, esta estratégia conferiu grande prestígio popular ao regime, em particular a Vargas, que fortaleceu sua imagem de benfeitor da classe trabalhadora.

Mas o sindicalismo ainda sofreria reveses antes de cruzar a primeira metade do século 20. Em 1946, após o fim do Estado Novo, o então presidente da República, Eurico Gaspar Dutra, promulgou o Decreto 9.070, que regulamentou o direito de greve, suspendeu as eleições

sindicais, prorrogou por um ano os mandatos das diretorias e tornou obrigatório o famigerado “atestado de ideologia”⁴ para que os trabalhadores pudessem concorrer às eleições sindicais⁵.

Brasil na década de 1950

Em 1950 a urbanização brasileira, com suas implicações econômicas, sociais e culturais, ainda dava seus primeiros passos. O Brasil entrou na segunda metade do século 20 com 51,9 milhões de habitantes, sendo apenas um terço deles habitantes das cidades.

A agricultura continuava como atividade predominante, ocupando mais de 10 milhões de trabalhadores (60% do total de dezessete milhões que formavam a população economicamente ativa em 1950).

Mas as profundas mudanças no campo ocorriam rapidamente, superando as velhas formas pré-capitalistas do colonato pelo trabalho assalariado, tipicamente capitalista.

Getúlio Vargas, candidato à Presidência da República pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) em 1950, utilizou-se da bandeira da industrialização e da legislação trabalhista para se eleger.

Entretanto seu promissor programa, que gerou grandes expectativas entre os trabalhadores, foi atropelado pelo alto custo de vida que se seguiu nos primeiros anos daquela década. E a vigência de um regime democrático, ao contrário de seu governo anterior, abriu a possibilidade de o movimento sindical insurgir.

4 Documento que declarava toda a vida funcional, política, religiosa, moral, familiar, civil, criminal de qualquer pessoa que almejasse um cargo eletivo sindical. O general Dutra usou e abusou desse artigo, durante a sua gestão, prendendo e destituindo representantes de vários sindicatos sob a alegação de que eles participavam dos movimentos comunistas.

5 Evangelho, Carmen, *A Organização Sindical dos Metalúrgicos de São Paulo*, tese de doutoramento, FFLCH/USP, 1992.

Nesta conjuntura de urbanização e industrialização, por um lado, e de elevação do custo de vida e precarização do trabalho, por outro, a década de 1950 foi marcada por diversas manifestações que conferiram maior politização do movimento sindical brasileiro.

Segundo o sociólogo Miguel Chaia⁶, em 1951 uma greve decretada pelo Sindicato dos Bancários de São Paulo acendeu o debate sobre a manipulação dos índices de inflação para o reajuste salarial explicitando a necessidade, por parte dos trabalhadores, de órgãos de estudo e cálculos confiáveis.

Naquele mesmo ano, no Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, a conservadora “velha guarda ministerialista”, atrelada ao governo, foi derrubada pela chapa encabeçada por Joaquim Ferreira, composta por militantes de esquerda, que assumiu a diretoria. A ascensão daquele grupo de socialistas, comunistas e populistas foi expressiva e duradoura, sobretudo sob a direção de Remo Forli, que venceu as eleições de 1953 e foi reeleito várias vezes até 1962.

Tais situações sinalizavam mudanças nas organizações de trabalhadores, nas quais os chamados ministerialistas, que tiveram grande peso no movimento sindical até 1953 por não causar “problemas” ao governo, sentiram o avanço da oposição ligada, sobretudo, ao Partido Comunista, criado em 1922.

Mas, enquanto os sindicalistas mobilizavam-se politicamente, ampliando o interesse por questões que envolviam desde o capital internacional até a organização dos trabalhadores rurais, a política nacional de desenvolvimento, na forma como era efetivada, piorava as condições de vida dos trabalhadores urbanos.

6 Chaia, Miguel, *Dieese: saber intelectual e prática sindical*, Lua Nova: Revista de Cultura e Política, 1989.

Em 1952 o governo de Getúlio enfrentou cerca de 260 greves pelo País, muitas delas associadas ao Movimento Contra a Carestia. Pelo menos uma delas, no Rio Grande do Sul, com contornos de greve geral.

E, em um esforço para incorporar o movimento popular à estrutura sindical, o governo aboliu a exigência do atestado de ideologia para os dirigentes sindicais.

Greve dos 300 mil

A ruptura da ambiguidade que pairava sobre o sindicalismo brasileiro (ministerialistas versus comunistas) intensificou-se com a greve geral conhecida como Greve dos 300 mil, em março de 1953. A greve, cuja direção teve a hegemonia do Partido Comunista, contando também com filiados do PSB, PTB, PSP e PSD, marcou o início de uma nova etapa no movimento operário brasileiro.

Conforme análise de José Álvaro Moisés, desde o seu início, com a assembleia geral dos tecelões, em 10 de março, a greve demonstrou cunho político.

Em 26 de março, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo aderiu ao movimento em solidariedade aos trabalhadores do setor têxtil. Gradativamente, carpinteiros, gráficos e vidreiros também anunciaram sua adesão.

A greve alastrou-se para o Interior do Estado de São Paulo. Segundo o jornal do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo⁷, cerca de três mil operários das indústrias Soma (Indústria de Artefatos de Metais), Cimaf (Cia. Industrial e Mercantil de Artefatos de Ferro) e Cobrasma, em Osasco, também se juntaram à Greve dos 300 mil.

Reivindicando aumentos salariais e medidas para reduzir o custo

⁷ *O Metalúrgico*, abril de 1953.

de vida, que, entre 1943 a 1951, havia subido cerca de 100% em São Paulo⁸, a greve paralisou a maior parte dos trabalhadores paulistas durante 29 dias, afetando fortemente o ritmo da capital.

Segundo Chaia⁹, deste processo surgiu um senso de unidade intersindical entre os grevistas que levou à formação do Comitê Intersindical de Greve, em abril daquele ano, composto pelos comitês de greve de cada categoria. O Comitê acelerou a criação do Pacto dos Quatro Sindicatos: Têxteis, Metalúrgicos, Madeireiros e Vidreiros, pelo qual cada categoria se comprometia a só terminar a greve quando houvesse condições gerais que beneficiassem a todos. Com isto eles evitariam divisionismos que poderiam ser introduzidos pela própria política da Justiça do Trabalho e do governador do Estado, que, a esta altura, funcionava como mediador do conflito. Mais tarde o Comitê rompeu com a velha estrutura sindical e viabilizou a unificação da classe. Daquele movimento se originou o Pacto de Unidade Intersindical (PUI), primeira de uma série de entidades intersindicais, como Pacto de Unidade e Ação (PUA), o Fórum Sindical de Debates e o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), fundado em 1955 em atendimento àquela demanda de um órgão de estudo e cálculos confiável colocada em 1951.

O movimento resultou na vitória dos grevistas e, além de viabilizar o surgimento de entidades intersindicais, formou lideranças sindicais como os metalúrgicos Fortunato Martinelli, Remo Forli, Conrado Del Papa, Henos Amorina e Eugenio Chemp, os tecelões Nelson Rusticci, Antonio Chamorro e Luís Firmino de Lima, os gráficos José Greco e Dante Pellacani, o vidraceiro José Chedink e o marceneiro Salvador Rodrigues.

8 Enquanto o salário mínimo subiu apenas 14%. Dados da Fundação Getúlio Vargas.

9 Chaia, 1989.

Para o economista Paul Singer¹⁰, a Greve dos 300 mil foi uma escola de sindicalismo. De fato, além do aumento salarial, os trabalhadores ganharam experiência e força.

Aumento do Salário Mínimo

Segundo Carmen Evangelho¹¹, o ano de 1954 iniciou-se com grande pressão pelo aumento do salário mínimo. Sindicalistas reivindicavam, além do aumento, o congelamento de preços aos valores vigentes em 30 de junho de 1953. Os empresários, por outro lado, temiam um aumento maior que o ocorrido em dezembro de 1951, data do último reajuste salarial.

Foi neste clima de tensão entre governo, empresários e trabalhadores que Vargas nomeou como novo ministro do Trabalho o então deputado federal pelo PTB gaúcho, João Goulart.

Em janeiro de 1954 o novo ministro começou a estudar o aumento do salário mínimo e, apesar da rejeição dos empresários¹², Jango concedeu o aumento de 100%, como exigia a classe trabalhadora.

A forte reação por parte dos empresários e da imprensa forçou o ministro a renunciar ao cargo em 23 de fevereiro de 1954. O decreto do novo salário mínimo, entretanto, estava garantido, e foi assinado por Vargas no Dia do Trabalhador daquele ano.

Em âmbito nacional a crise política se agravava. Getúlio Vargas, ao anunciar os novos valores do salário mínimo, relembrou as medidas que havia tomado para “proteger a classe trabalhadora”, e terminara com um veemente apelo: “Constituíis maioria. Hoje es-

10 *Folha de S.Paulo*, janeiro de 2004.

11 Evangelho, 1992, p53.

12 As entidades empresariais propunham um aumento de 42%, uma medida que, segundo elas, igualaria o índice do custo de vida ao de 1951.

tais com o Governo. Amanhã sereis Governo”. O atentado da Rua Toneleiros intensificou os preparativos para depor o presidente, culminando em 24 de agosto com a morte de Getúlio. Surpresa, a população tomou conta das ruas em imensas passeatas no dia seguinte”¹³.

Governo João Goulart

Em 1955 João Goulart disputou a vice-Presidência do Brasil na chapa PTB/PSD, sendo eleito com mais votos que o presidente, Juscelino Kubitschek. Na eleição de 1960 Jango foi novamente eleito vice-presidente, concorrendo pela chapa de oposição ao candidato a presidente Jânio Quadros, do Partido Democrata Cristão (PDC), que venceu o pleito¹⁴.

Entretanto, no dia 25 de agosto de 1961, enquanto o vice realizava uma missão diplomática na República Popular da China¹⁵, Quadros renunciou ao cargo de presidente, criando grande instabilidade.

Embora a Constituição estabelecesse que, neste caso, o vice-presidente deveria assumir o governo, os ministros militares Odílio Denys (Exército), Gabriel Grün Moss (Aeronáutica) e Sílvio Heck (Marinha) se opuseram à posse de Jango e aproveitaram-se de sua ausência para empossar o presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli.

Prontamente o governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, e o general Machado Lopes, comandante do III Exército, apoiados pelos governadores Mauro Borges, de Goiás, e Nei Braga, do Pa-

13 Evangelho, 1992, p55.

14 Naquela época, as votações para presidente e vice eram separadas.

15 Algo pouco comum na política internacional daquela época em que a Guerra Fria determinava as relações entre os países.

raná, e por amplos setores de esquerda, deram início ao que ficou conhecido como Campanha da Legalidade, em defesa da posse de João Goulart.

Jango também teve o apoio de sindicalistas que, liderados pelo Comando Geral de Greve (CGG), organizaram uma greve geral em defesa de sua posse.

Aquela greve foi um sinal do nível de atividade do movimento sindical brasileiro que ocorreria entre a renúncia do presidente Jânio Quadros (1961) e o golpe militar (1964).

Com a resistência dos militares, a solução foi uma emenda constitucional para a adoção do sistema parlamentarista pela Câmara dos Deputados, que transferia parte do poder do presidente para o primeiro-ministro, Tancredo Neves, do PSD¹⁶.

Presidente a partir setembro de 1961, Jango se aproximou dos movimentos sociais, criando condições para o crescimento do movimento sindical.

O Comando Geral dos Trabalhadores

Em agosto de 1962, ocorreu o IV Encontro Sindical Nacional dos Trabalhadores, com a participação de 3.500 delegados representando 586 sindicatos, associações e federações, que resultou, entre outras coisas, na criação do Comando Geral dos Trabalhadores.

Apesar de uma trajetória bruscamente interrompida pelo golpe militar de 1964, os dois anos de vida do CGT foram marcantes na história do sindicalismo no Brasil. Formado, sobretudo, pelos comunistas ligados ao PCB e pelos trabalhistas ligados ao antigo

¹⁶ A realização de novo plebiscito depois de Jango assumir reprovou o parlamentarismo e o povo clamou pela volta do presidencialismo.

PTB, opositor à linha ministerialista, ou pelega, o CGT defendeu as Reformas de Base¹⁷ propostas por Jango, promoveu paralisações nacionais por categorias, greves gerais e lutou pela reforma agrária e pelo 13º salário.

A proximidade do presidente da República com os sindicalistas era vista como uma ameaça por setores de direita. Por isso a grande imprensa, aliada das classes dominantes, apelidou, de forma pejorativa, o CGT como o “Quarto Poder”, reforçando o fantasma, forjado na época em que Goulart, como ministro de Vargas, era acusado de instituir uma “República Sindicalista”.

Isto estava longe de ser verdade. Embora assumisse uma atitude progressista, simpática aos movimentos sociais, Jango não era socialista. Em linhas gerais, seu projeto político expresso, sobretudo, nas Reformas de Base, consistia em incentivar o crescimento de pequenos capitalistas – produtores, empresários e empreendedores –, o que geraria um ambiente de maior concorrência e uma relativa diminuição do poder dos grandes monopólios empresariais.

De qualquer forma, aos primeiros rumores de um possível golpe para depor o presidente em 1964, o CGT se mobilizou para defender as liberdades democráticas, ameaçando iniciar uma greve geral e se empenhando na organização do grande comício popular do dia 13 de março na Central do Brasil, no Rio de Janeiro, que reuniu cerca de 150 mil pessoas.

17 As reformas de base abrangiam as reformas bancária, fiscal, urbana, eleitoral, agrária e educacional. Defendia-se também o direito de voto para os analfabetos e para os militares de patentes subalternas. Além disso, eram propostas medidas de corte nacionalista, com maior intervenção do Estado na vida econômica e maior controle dos investimentos estrangeiros no País, mediante a regulamentação das remessas de lucros para o exterior. As reformas também incluíam a nacionalização de vários setores industriais – energia elétrica, refino de petróleo, químico-farmacêutico –, o chamado Plano Trienal.

Na última quinzena de março de 1964 as manifestações do CGT se intensificaram. A forte campanha anticomunista que se espalhava pelo País, todavia, tornava essas manifestações cada vez menos receptivas, sobretudo pela classe média. No dia 31, às vésperas do golpe militar, todo o dispositivo de greve geral estava montado pelo CGT, mas na madrugada de 1º de abril de 1964 cerca de vinte líderes do CGT foram presos, e várias entidades sindicais foram invadidas.

Com o golpe, o CGT foi desarticulado e os sindicatos colocados sob intervenção. O IV Congresso Sindical dos Trabalhadores, que se realizaria em julho de 1964 e que regularizaria o CGT como uma Central Sindical, nunca ocorreu.

Formação do Parque Industrial em Osasco

Segundo o sindicalista e sociólogo Antonio Carlos Roxo¹⁸, em 1944, durante o Congresso Brasileiro da Indústria, a proposta de estimular o setor de bens de produção e o favorecimento dos transportes foi explicitamente defendida, devido à necessidade de circulação de matérias-primas no País. Contexto que justifica a criação de uma empresa como a Companhia Brasileira de Materiais Ferroviários, a Cobrasma¹⁹, por exemplo.

Neste esforço nacional de industrialização instituído, primeiro, nas duas gestões do presidente Getúlio Vargas²⁰, e depois pelo governo do presidente Juscelino Kubitschek²¹, Osasco se definiu como um polo industrial e viveu uma explosão demográfica. O intenso crescimento do contingente de metalúrgicos em Osasco fortaleceu

18 Motta, Antônio Carlos Casulari Roxo da, *Cobrasma, Trajetória de uma empresa brasileira*, tese de doutoramento, FFLCH/USP, 2006.

19 Criada em 1944 por Gastão Vidigal.

20 Outubro de 1930 a outubro de 1945, e janeiro 1951 a agosto 1954.

21 Janeiro de 1956 a janeiro de 1961.

a entidade então representativa da categoria: o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, fundado em 27 de dezembro de 1932, tendo como primeiro presidente Vicente Guilherme.

Segundo dados da Câmara Municipal de Osasco, entre 1940 e 1960 mais de vinte indústrias se instalaram na região, e a população passou de cerca de quinze mil, na década de 1940, para mais de quarenta mil habitantes na década seguinte.

A CHEGADA DAS INDÚSTRIAS EM OSASCO	
1912	Cerâmica Industrial Osasco Ltda. – Hervy
1914	Frigorífico Continental
1923	Cotonifício Beltramo S/A
1929	Cia. Sorocabana de Material Ferroviário – SOMA
1930	Fósforos Granada
1934	Frigorífico Wilson do Brasil S/A (ex-Continental)
1941	Eternit do Brasil Cimento e Amianto S/A
1944	Cobrasma (material ferroviário)
1945	Indústria Elétrica Brown Boveri S/A
1946	Cia. Industrial e Mercantil de Artefatos de Ferro – CIMAF
1950	Fábrica de Tecidos Tatuapé S/A (Santista Têxtil)
1951	Adamas do Brasil S/A (fibras e papelões especiais)
1951	Lonaflex S/A (guarnição para freios)
1951	Hoeschst do Brasil (química)
1951	Rilsan Brasileira S/A
1952	Benzenex – Cia. Brasileira de Inseticidas
1954	Induselet S/A Indústria de Material Elétrico Charleroi
1954	Indústria Alves e Reis S/A (fósforos)
1955	Osram (lâmpadas)
1957	Cimento Santa Rita
1958	Masul S/A – Madeiras Sul-Americanas
1959	Ford Motor do Brasil S/A
1959	Braseixos Rockwell S/A (materiais automobilísticos)
1960	S/A White Martins (química)
1961	Resisthal – Aços de Alta Resistência
1961	Cersa Colas e Resinas S/A
Fonte: Câmara Municipal de Osasco ²²	

22 Câmara Municipal de Osasco.(<https://www.osasco.sp.leg.br/>)

Neste processo a malha urbana, com as linhas de ônibus que ligavam Carapicuíba e Osasco a São Paulo, foi integrada. O trajeto do ônibus viabilizou novas áreas para habitação, o que favoreceu muito as ações imobiliárias. Os sítios se tornaram loteamentos, contribuindo para uma ocupação que começava a ultrapassar os trechos próximos à ferrovia nos subúrbios já formados, como Carapicuíba e Barueri.

Autonomia

Embora o crescimento seguisse a olhos vistos, a infraestrutura daquele bairro periférico da capital ainda deixava muito a desejar. Seus antigos moradores viviam inconformados com a postura negligente da prefeitura paulistana, que coletava impostos dos trabalhadores da região, mas não oferecia serviços na mesma proporção.

Esta situação levou a que fosse iniciada, a partir de 1952, uma luta pela emancipação do bairro. A primeira ação deste movimento emancipacionista, encabeçada por trabalhadores, estudantes, empresários, comerciantes, associações de bairro e também por dirigentes da subseção osasquense do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, foi a realização de um plebiscito em 1953.

O plebiscito não mudou a situação de Osasco, mas o expressivo número de pessoas que apoiaram a emancipação deu fôlego para a realização de uma nova campanha quatro anos mais tarde.

O Movimento dos Autonomistas se fortaleceu e chegou a ser oficializado em 13 de dezembro de 1957, em assembleia realizada na sede do Clube Floresta.

Após novo plebiscito, Osasco constituiu-se município pela Lei nº 5.121, de 27 de dezembro de 1958, sancionada pelo então governa-

dor de São Paulo, Jânio Quadros (o mesmo presidente da República que renunciou em 1961) e pelo secretário da Justiça, dr. Pedroso Horta, contra a vontade do prefeito Adhemar de Barros.

A luta pela emancipação, entretanto, não estava ganha e se estendeu por alguns anos, com diversas denúncias de irregularidades. Só depois de demorados processos na Assembleia Legislativa e no Supremo Tribunal Federal, o Tribunal Regional Eleitoral marcou a primeira eleição do município de Osasco para o dia 7 de janeiro de 1962.

O primeiro prefeito foi Hiran Sanazar, professor de Geografia, História, Português e Química e integrante do Movimento dos Autonomistas. Sua posse, no dia 19 de fevereiro de 1962, marcou o nascimento oficial da cidade de Osasco.

Naquela data a região, contornada pelas marginais dos rios Pinheiros e Tietê, cortada por rodovias, grandes avenidas e ramais ferroviários e hidroviários, limítrofe com a capital paulista a norte, leste e sul, Taboão da Serra a sul, Cotia a sudoeste, Carapicuíba e Barueri a oeste e Santana de Parnaíba a noroeste²³, tornou-se, enfim, a cidade de Osasco.

23 Dados de 2013 – Prefeitura Municipal de Osasco.



Acima, foto aérea da cidade de Osasco nos anos 1960; abaixo, comício da campanha de Hiranr Sanazar, primeiro prefeito eleito no município. Fotos de Klaus Werner em <http://www.hagopgaragem.com.br>



Capítulo 2

SINDICATO DOS METALÚRGICOS DE OSASCO E REGIÃO: PRIMEIROS ANOS



Lançamento da pedra fundamental da construção da subsede de Osasco, do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, 1962

Carta autorizando a construção da subsede em Osasco do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, 1959.



Foto: Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco

Comemoração Independência de Osasco em 1962

Em 1957, a precariedade das condições de trabalho na Cobrasma levou os operários a realizar uma greve, com mais de dez dias de duração, por melhores condições de trabalho e adicional de insalubridade. Segundo o metalúrgico Conrado Del Papa:

*Não havia na Cobrasma nem aquecedor de marmita, nem mesmo um refeitório para os trabalhadores, que eram obrigados a fazer suas refeições na calçada ou no campo de futebol, tal era o atraso nas condições de trabalho.*²⁴

Mas, além de duramente reprimida, a greve evidenciou o conflito entre os metalúrgicos da base de Osasco e a cúpula da direção do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo.

A dificuldade do Sindicato em intermediar o conflito gerou duas reações entre os metalúrgicos osasquenses.

Por um lado, sindicalistas ansiavam pela ampliação do espaço e maior autonomia da base sindical. Por outro, trabalhadores representados, por exemplo, pela Ação Católica (que mais tarde se tornaria a Frente Nacional do Trabalho – FNT) condenavam o modelo sindical e lutavam pela criação de uma organização paralela.

Apesar das diferentes visões quanto à condução do movimento, o descontentamento era geral, e a ideia de uma organização autônoma começou a ganhar contorno entre os metalúrgicos de Osasco.

Para resolver o conflito o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo escalou Conrado Del Papa, que era suplente do Conselho Fiscal da entidade²⁵.

24 Conrado Del Papa, depoimento 1986.

25 Gestão de 1957/59.

Conrado Del Papa

Mas, em vez de levar a palavra da direção dos metalúrgicos de São Paulo, Del Papa, o Papão, que vivia em Osasco desde 1952, passou a ser porta-voz das necessidades dos metalúrgicos da base osasquense.

Em primeiro lugar, junto com Lino Ferreira dos Santos, que também era da direção sindical, encabeçou um movimento para que o Sindicato paulistano investisse em Osasco a parte da contribuição sindical arrecadada na região. Lino Ferreira, afirma que:

*O trabalhador metalúrgico de Osasco alegava que pagava muito imposto sindical e não tinha um retorno.*²⁶

Segundo ele a subsede, localizada na Rua Primitiva Vianco, era fraca e pouco frequentada. E eles queriam uma nova subsede.

A nova Subsede

Na visão da direção do Sindicato, conceder os recursos para a construção da nova subsede acalmaria os ânimos em Osasco e garantiria a manutenção daquela base. A diretoria concordou com o projeto.

Para os metalúrgicos osasquenses, no entanto, a sede representaria a pedra fundamental da independência.

A Carta Sindical autorizando a abertura desta subsede data de 6 de março de 1959. E a inauguração do edifício *O Metalúrgico*, na Rua Erasmo Braga, uma nova e muito bem equipada subsede do Sindicato de São Paulo, ocorreu, enfim, em junho de 1962.

²⁶ Depoimento Lino Ferreira, 1986.

Segundo o metalúrgico José Ibrahim:

Quando inaugurou a nova sede o Luís Carlos Prestes, a maior liderança comunista naquele momento, secretário-geral do Partido Comunista, compareceu, e ele estava na semiclandestinidade. Quer dizer, o PC não era legal, mas havia uma democracia e o governo progressista do Jango, que segurava um pouco a repressão. O Prestes foi, fez um discurso e foi embora. Eu o conheci naquele dia.²⁷

Comissões de Fábrica: primeiras tentativas

Além da inauguração da subsede do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo em Osasco, o ano 1962 foi marcado pela oficialização da Frente Nacional do Trabalho (FNT).

Apoiada por movimentos laicos de leigos da Igreja Católica, que incentivavam a ação de base nos locais de trabalho, como a Ação Católica Operária (ACO), Juventude Operária Católica (JOC) e a Juventude Universitária Católica (JUC), a FNT empenhou-se, inicialmente, em conquistar novos militantes nos bairros em que tinha maior influência, especialmente no Km 18, onde se localiza a Igreja Imaculada Conceição, e em Comandante Sampaio.

Mas sua consolidação efetiva ocorreu no chão de fábrica da Cobrasma, por meio da criação de espaços de convivência e de lazer, que serviam também para incorporar temas ligados à vida do trabalhador.

Estas atividades fomentaram uma crescente participação entre os operários abrindo para eles um campo de atuação política e sindical.

²⁷ Depoimento José Ibrahim, CMS, 2012.

Importantes lideranças operárias foram reveladas neste processo, como João Batista Cândido, Roberto de Oliveira e Octaviano Pereira dos Santos, Odim Jiorjon, João Joaquim, Joaquim Miranda, José Groff e o padre Pierre Joseph Wauther.

Do lado da direção da empresa surgiu, neste contexto de avanço da Frente Nacional do Trabalho na Cobrasma, a figura de Albertino de Souza Oliva. Chefe de pessoal, “senhor do emprego e do destino dos trabalhadores mais humildes”, Oliva, funcionário da Cobrasma desde 1945, era uma figura autoritária perante os operários, conforme conta o sociólogo Orlando Miranda, em sua tese de Livre-Docência:

*Seus auxiliares não sabiam o que era mais assustador, seu sarcasmo ou seus gritos.*²⁸

Devido a essa má fama o metalúrgico João Cândido desconfiou quando Albertino tentou se aproximar do Sindicato e dos trabalhadores. E foi em uma conversa, na qual Albertino apresentou um abaixo-assinado criado pelo setor de fundição, em pleno dia de trabalho, que a desconfiança se desfez. O documento, que reivindicava pagamento adicional de insalubridade, tinha o potencial para botar na rua os operários que o formularam, caso chegasse à diretoria, mesmo que as reivindicações fossem justas²⁹.

Naquele ano a Cobrasma ainda acumulava problemas graves, como uma das mais altas taxas mundiais de acidentes de trabalho, agiotagem entre os funcionários, áreas insalubres (que causavam doenças nos empregados), falta de bebedouros e de sanitários, entre outros.

28 MIRANDA, Orlando Pinto de. *Sindicato e classe operária: história do sindicato dos metalúrgicos de Osasco*. 1987. Tese (Livre Docência) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1987..

29 Couto, Ari Macedo, *Greve na Cobrasma: uma história de luta e resistência*, Editora Annablume, 2003.

Mas a organização dos operários para lutar pela melhoria das condições de trabalho poderia, de fato, resultar em demissões.

A prova de que Albertino tinha se tornado um aliado confiável dos trabalhadores residiu no fato de ele ter entregue aquela “prova” de organização interna dos trabalhadores a João Candido.

E Albertino fez ainda mais. Ele insuflou Candido a criar uma comissão entre os operários para pressionar a Cobrasma a pagar a insalubridade.

Os dois estabeleceram uma proximidade a partir de então e os trabalhadores passaram a ter acesso a informações restritas à diretoria.

Depois de duas assembleias na fábrica, com a presença de Albertino e do advogado Mário Carvalho de Jesus³⁰, os operários resolveram procurar o Sindicato para formalizar a pauta de reivindicações. Orientados pelo advogado eles formaram uma comissão de dez representantes, a Comissão dos Dez, organizada, inicialmente, para tratar da questão da insalubridade.

A direção da fábrica chegou a pedir a Albertino os nomes dos operários envolvidos, e ele não entregou. Por isso foi transferido para o escritório paulistano da empresa, onde ficou até pedir demissão.

Quando a diretoria, enfim, descobriu a Comissão dos Dez, como era chamada a comissão de fábrica, esta já estava bem estruturada e os patrões preferiram negociar com os trabalhadores. Com isso, além do adicional de insalubridade, eles pautaram mais quatorze reivindicações.

30 Mário Carvalho de Jesus participou da Juventude Universitária Católica (JUC), trabalhou como operário na comunidade de Boimendeau, França, junto à equipe do padre Lebret. Atuou como advogado trabalhista em diversos sindicatos, entre eles, o Sindicato dos Trabalhadores de Perus. E foi fundador da Frente Nacional do Trabalho (FNT).

Com a comissão formalizada, seus membros passaram a se reunir todo mês com a direção da empresa levando sempre as reivindicações dos seus representados.

João Candido ficou na Presidência da Comissão durante quatro anos. Em 1965 a Comissão tornou-se a Comissão de Representantes, ampliando para dezenove membros efetivos e dezenove suplentes. Em outras fábricas também começaram a surgir comissões, independente da influência do Sindicato.

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Osasco

De acordo com José Ibrahin, nos primeiros anos da década de 1960 havia, em Osasco, um Partido Comunista forte, um PTB forte e uma importante corrente da Igreja Católica Progressista. Havia, em outras palavras, condições para a criação de uma organização autônoma e forte dos trabalhadores.

E, com a emancipação municipal, a organização dos trabalhadores nas fábricas e a construção da nova subsede, a organização de um Sindicato próprio era uma questão de tempo.

O primeiro passo foi a criação da Associação dos Trabalhadores Metalúrgicos, Mecânicos e de Material Elétrico de Osasco ³¹, durante o 3º Congresso dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico do Estado de São Paulo, em 1963, na cidade de Piracicaba.

Segundo Conrado Del Papa, foram muitos os desafios enfrentados naquele momento:

31 Documento do 3º Congresso dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico do Estado de São Paulo, Piracicaba, SP.

Para formar o Sindicato precisávamos resolver as amarras políticas. Havia companheiros que relutavam em desmembrar o Sindicato, não só dirigentes, mas também trabalhadores da região. Isto porque havia o problema da diminuição do piso salarial já que, com a divisão, o salário dos metalúrgicos de Osasco seria enquadrado noutras regiões. A própria Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas do Estado de São Paulo era totalmente contra o desmembramento, porque criaríamos mais delegados que poderiam disputar internamente a diretoria da Federação³². Mas fomos em frente e fizemos a Associação dos Metalúrgicos de Osasco.³³

Em 15 de junho daquele ano a Associação foi autorizada a se desfilial do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo pelo Ministério do Trabalho. E a emissão da carta sindical (em 23 de julho) viabilizou a fundação do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Osasco, ocorrida em 13 de setembro de 1963. A primeira diretoria eleita contava com:

- Presidente: Conrado Del Papa
- Vice-presidente: Roberto de Oliveira
- Secretário-geral: Lino Ferreira dos Santos
- 1º Secretário: João Batista
- 2º Secretário: Manoel Dias do Nascimento
- 1º Tesoureiro: Fortunato Facchini
- 2º Tesoureiro: José Leonel de Souza

Entre as tendências políticas que formaram a primeira diretoria do Sindicato, podemos destacar a ligação que Conrado Del Papa

32 O sistema eleitoral da Federação permite que cada sindicato tenha direito a um voto nas eleições para diretoria independente do tamanho de sua base.

33 Depoimento Conrado Del Papa, 1986.

possuía com o Partido Socialista Brasileiro (PSB), e Lino Ferreira dos Santos com o Partido Comunista Brasileiro (PCB).

Entretanto, esta composição abrangeu diversas tendências:

*Eu não fiz o Sindicato para mim. Apenas tomei a iniciativa. Muita gente diz que quem toma a iniciativa fica condicionado como dono. Mas eu não queria isso e falei: não tem sentido fazer uma chapa só do Partido Socialista, só do Partido Comunista, só da FNT ou só independente. Então fizemos uma assembleia ampla convidando todos os companheiros a participar e formar uma chapa. Uma chapa referendada por todos. Eu aceitei indicações. Tinha amizade com todos eles.*³⁴

Aquela primeira gestão foi marcada pela Greve dos 700 mil, em novembro de 1963, ocorrida durante a primeira campanha salarial do Sindicato. A greve, que envolveu 78 sindicatos, entre os quais o dos Metalúrgicos de Osasco, conquistou aumento salarial de 80%, mas não sua reivindicação central, que era a unificação das datases-bases.

Os primeiros momentos de vida do Sindicato sob um regime democrático, entretanto, durariam apenas seis meses e dezessete dias.

*Neste curto espaço de tempo não deu para fazer tudo o que eu pretendia no Sindicato. Nós sempre estivemos ao lado das forças heterogêneas que, na minha maneira de pensar, trabalhadores que somos, tinha um direcionamento.*³⁵

34 Depoimento Conrado Del Papa, 1986.

35 Depoimento Conrado Del Papa, 1986.

Golpe Militar

Com a efervescência que os movimentos sociais e os partidos de esquerda viveram durante o governo Jango, a reação dos setores conservadores da sociedade brasileira³⁶ chegou ao ano de 1964 com toda a força. O grande temor da elite era a possibilidade de o Brasil vir a se tornar um país socialista. E a Revolução Cubana, ocorrida há apenas cinco anos, em plena América Central, reforçava esse temor.

O famoso comício da Central do Brasil, na cidade do Rio de Janeiro, no dia 13 de março de 1964, no qual Jango enfatizou sua intenção em realizar as Reformas de Base, a revolta dos marinheiros, em 25 de março, e a palestra que o presidente realizou, em 30 de março, no Automóvel Clube do Rio de Janeiro, foram fundamentais para a deflagração do golpe.

Mas, por trás dessa reação conservadora, havia uma manipulação dos Estados Unidos da América³⁷, que sustentou o golpe militar brasileiro, bem como os golpes em países latino-americanos, como, por exemplo, na Argentina, em 1966 e em 1976, no Chile, em 1973, no Paraguai, em 1954 e o no Uruguai, em 1973.

No Brasil, o governo estadunidense financiou campanhas eleitorais de políticos simpatizantes a sua economia, patrocinou uma intensa campanha anticomunista na grande imprensa e orientou deliberadamente militares brasileiros a promover o golpe, posicionando a Quarta Frota³⁸ em direção ao Brasil, caso Jango resistisse e houvesse a necessidade de intervir militarmente.

36 Forças Armadas, latifundiários, industriais, o alto clero da Igreja Católica e organizações da sociedade civil, fortemente apoiada pelos Estados Unidos.

37 Cujo presidente naquele momento era Lyndon Baines Johnson, do Partido Democrata.

38 Divisão da Marinha dos Estados Unidos responsável por operações militares no Atlântico Sul.

A data estabelecida para o início das operações militares para o golpe foi 4 de abril de 1964. Mas em 31 de março de 1964 o general Olímpio Mourão Filho, comandante do IV Exército, resolveu, intempestivamente, se antecipar, partindo com suas tropas de Juiz de Fora (MG) para o Rio de Janeiro às três horas da manhã.

Dada aquela precipitação, em 1º de abril de 1964 uma reunião entre Armando de Moraes Ancora, comandante do I Exército, e Amauri Krueel, comandante do II Exército, com a presença do general Emílio Garrastazu Médici, decidiu pela união das tropas na deflagração do golpe.

Krueel chegou a receber, por telefone, um pedido de apoio do presidente. Mas como teve seu pedido de fechamento imediato do CGT e a prisão de seus dirigentes negados, não atendeu à solicitação de Jango.

Apesar da ostensiva pressão do Exército, foi no Congresso Nacional que o golpe se efetivou. Auro Soares de Moura Andrade, presidente do Senado, apesar de João Goulart estar no País em plena vigência do mandato, declarou vaga a Presidência do Brasil, empossando novamente o presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli³⁹, como presidente provisório.

O golpe militar de 1964 impôs um regime alinhado politicamente aos Estados Unidos⁴⁰, acarretando uma situação de atraso político, desigualdade social, censura aos meios de comunicação e de violenta repressão, que durariam duas décadas.

Consta que Darcy Ribeiro tentou convencer o presidente a resis-

39 O mesmo que fora empossado pelos militares em 1961, com a renúncia de Jânio Quadros.

40 No contexto da mundial ordem bipolar da Guerra Fria (1945/1991), que contrapôs o socialismo da União Soviética ao capitalismo dos Estados Unidos.

tir. Mas João Goulart, ciente que os golpistas tinham o apoio da armada americana, o que poderia conflagrar uma guerra civil, se recusou.

Embora tivesse o apoio do III Exército, comandado pelo general Ladário Teles, e de Leonel Brizola, Jango decidiu sair do Brasil.

No dia 9 de abril de 1964, o Ato Institucional Número Um, ou AI-1, suspendeu por dez anos os direitos políticos de todos aqueles que poderiam ser contrários ao regime, ameaçando com cassações, prisões, enquadramentos como subversivos e expulsões do País. Entre os opositores encontravam-se políticos, sindicalistas, jornalistas, intelectuais, estudantes etc.

Intervenção

Com o golpe militar a diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco e Região foi cassada.

Segundo Ibrahim:

Logo quando ocorreu o golpe fecharam o Sindicato, as organizações estudantis, a UNE⁴¹, a UEO⁴² de Osasco, tudo. Estava tudo preparado. Porque aqui tem quartel, né? É uma zona militar. Então, eles agiram rápido.⁴³

A prefeitura de Osasco também sofreu intervenção do quartel de Quitaúna, e o prefeito Hirant Sanazar foi preso para esclarecimentos junto com vereadores. Em seu lugar assumiu o vice Marino Pedro Nicoletti.

41 União Nacional dos Estudantes.

42 União dos Estudantes de Osasco.

43 Depoimento José Ibrahim, CMS, 2012.

Conrado Del Papa foi preso no dia 8 de abril de 1964, mesmo dia em que o interventor Luiz Camargo, que era da oposição do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, assumiu seu lugar. O Sindicato ficou sob intervenção até julho de 1965.

O regime desestabilizou o movimento e os trabalhadores sentiram o golpe. As assembleias passaram a tratar apenas de serviços assistenciais. Questões políticas, econômicas e sociais ficavam de fora.

De acordo com Orlando Miranda, no dia da eleição da primeira diretoria do Sindicato havia 955 sócios, na última assembleia antes do golpe o número aproximado era de 2.500 e, durante a intervenção, cerca de mil sócios abandonaram o Sindicato, caindo de 3.500, em outubro de 1964, para 2.500, em agosto de 1965.

Em 1965 o interventor montou uma diretoria sucessora com pessoas que eram das fábricas, mas da confiança deles e do general Moacyr Gaia, delegado da antiga Delegacia Regional do Trabalho (DRT) de São Paulo. Ele pediu ajuda a Del Papa, que indicou para compor a nova direção o companheiro Henos Amorina.

Luís Camargo me falou que foi obrigado a fazer esse processo. Disse que era nosso amigo e que ia nos defender. Como uma pessoa realmente digna, ele foi à Justiça e fez a nossa defesa. Depois me pediu ajuda para abrir o Sindicato. Eu atendi seu pedido e indiquei que falasse com o companheiro Henos Amorina, que eu conhecia há muito tempo e com quem já havia trabalhado. Eu sabia que o Henos tinha popularidade e poderia levar adiante um processo de reabertura do Sindicato. Desta forma ajudei o Henos na Presidência do Sindicato. E ele levou à frente bandeiras de lutas conferindo expressão e o fortalecimento da instituição.⁴⁴

44 Depoimento Conrado Del Papa, 1986.

Em 1965, Henos Amorina começou sua longa trajetória como presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco e Região⁴⁵.

Com perfil moderado Amorina foi escolhido, segundo Orlando Miranda, por “um acordo de lideranças locais por ser uma popular liderança de base”.⁴⁶

Operário da Cobrasma e, depois, da RCA-Vitor, onde conheceu Conrado Del Papa, Francisco Campos da Costa e Odím Jiorjon, Amorina, a exemplo de Del Papa, também participara das greves da década de 1950, como a Greve dos 300 mil, onde, segundo ele, *ganhou um pouco mais de noção classista*⁴⁷.

Mas, apesar de ter sido eleito para o cargo, e não imposto pelos militares, e do apoio de sindicalistas da diretoria deposta pelo golpe, para a oposição Henos representava a continuidade da intervenção e, com isso, os olhos da ditadura. Desta forma, os primeiros dois anos da gestão Amorina, o Saúva, como era chamado pelos seus companheiros de Osasco, foram definidos pela oposição como “predominantemente assistencialista e imobilista”:

*Ele não mobilizava e aceitava a tabelinha do governo com a alegação de que era a lei. A FNT tentou influenciar, e conseguiu botar duas pessoas na diretoria. Mas, quem mandava era o Henos, presidente do Sindicato, e o Roberto Unger, tesoureiro. Eles eram oposição aos grupos de esquerda. Diziam que o Sindicato era dominado por comunistas. Tanto o Henos quanto o Roberto tinham uma formação conservadora, mas não eram pelegos, safados, nada disso. O Henos e o Robertão eram peões de fábrica.*⁴⁸

45 Uma trajetória dividida em dois períodos, entre 1965 e 1967 e entre 1972 e 1981.

46 Miranda, 1987: 107

47 Depoimento Henos Amorina, 1986.

48 Depoimento José Ibrahin, CMS, 2012.

Tradição Progressista

Em 1966, Osasco afirmava sua tradição progressista elegendendo o prefeito Guaçu Piteri, do MDB⁴⁹. Apoiado pelo movimento social, Guaçu, ao ser eleito, nomeou representantes sindicais e estudantis entre seus assessores. Entre eles, o metalúrgico Roque Aparecido, da oposição sindical metalúrgica e também participante do movimento estudantil. Em depoimento Roque conta como foi esse momento:

Eu saí da Cobrasma, vim para a prefeitura como assessor, representando os estudantes. Isto porque um dos compromissos era que, se o Guaçu ganhasse, estudantes e oposição sindical, que o apoiaram, indicariam pessoas para trabalhar. Fiquei na prefeitura até abril de 1968. Logo depois da morte do Edson Luiz no calabouço, a gente organizou uma primeira grande passeata de operários e estudantes aqui em Osasco. Aí, o coronel Antônio Lepiane, comandante do 4º Regimento de Infantaria, onde estava o Carlos Lamarca, ligou para o prefeito e exigiu a minha exoneração. Ele alegou que eu era um subversivo e estava no gabinete do prefeito. O Guaçu, em uma atitude muito legal, me falou: “Olha, Roque, aconteceu isto, então, eu queria pedir pra você sair de cena um pouco. Continua aí, mas sai de cena, pro pessoal esquecer”. Dez dias depois, eu estava encabeçando outra passeata, muito maior, com o José Dirceu, a Catarina Meloni e toda a liderança estudantil paulista. Naquele mesmo dia o Lepiane ligou de novo e falou: “exoneração imediata, senão pode ocorrer intervenção aqui no município”. Aí o Guaçu já me chamou com o decreto de exoneração assinado. Não teve

49 Movimento Democrático Brasileiro, partido de oposição ao governo criado em 1965.

*jeito. Ele ainda quis recompor, pediu que os estudantes se reunissem e indicassem outra pessoa, porque o problema era comigo. Como o pessoal do movimento estudantil decidiu que tinha que ser eu, houve o rompimento do movimento estudantil com o prefeito.*⁵⁰

O Grupo de Esquerda de Osasco

Entre os sindicalistas ganhava força o Grupo de Esquerda de Osasco⁵¹, criado em 1966, do qual procedeu José Ibrahin.

Convencidos de que o Sindicato, naquele momento, sofria com um alto grau de despolitização, os militantes do Grupo resolveram investir na organização dos trabalhadores a partir das fábricas.

Ibrahin relata que, desde o início, eles sabiam que, se fizessem o que pensavam fazer – retomar a mobilização e dar vida política para o Sindicato –, chegaria o momento em que teriam que ir para o confronto com o governo. Porque, segundo ele, “*os milicos deitavam e rolavam*”.⁵²

Importante pontuar que aquilo que convencionou-se chamar de Grupo de Esquerda de Osasco não se tratava de uma organização instituída. Segundo o jornalista, ex-comandante das organizações armadas VPR (Vanguarda Popular Revolucionária) e VAR-Palmares (Vanguarda Armada Revolucionária Palmares), Antonio Roberto Espinosa:

50 Depoimento Roque Aparecido, CMS, 2012.

51 O Grupo de Esquerda de Osasco fez oposição à diretoria do Sindicato reunindo operários, estudantes e estudantes-operários. O Grupo atuou até 1968, quando seus militantes passaram à luta armada, (Oliveira, 2009: 275). Mas há quem diga que sua atividade política se estendeu até setembro de 1971, quando tombou a última grande liderança remanescente do Grupo, José Campos Barreto, o Zequinha, que foi assassinado junto com Carlos Lamarca pela polícia do governo militar em uma emboscada no sertão da Bahia.

52 Depoimento José Ibrahin, CMS, 2012.

“A expressão Grupo de Osasco foi posteriormente criada para designar o conjunto de operários, operários-estudantes e estudantes que viviam em Osasco e atuavam nos movimentos locais. As relações que uniam o grupo eram informais, ou seja, não tinham caráter partidário. Um conjunto de concepções vagas, entretanto, dava-lhe certa unidade: defesa do socialismo, recusa das práticas conciliatórias de classe e favorecimento da participação e ação das bases. Ainda que com visões ligeiramente diferentes, todos os membros do grupo defendiam a criação de comissões de empresa (legais ou não) e a participação em todos os instrumentos legais de organização, como o Sindicato. Além disso, também havia no grupo uma evidente simpatia pela Revolução Cubana e pela luta armada. Exceto em alguns momentos de maior mobilização, quando eram criadas coordenações – o grupo não possuía qualquer direção regular. As reuniões dos seus integrantes eram realizadas nos mais diversos lugares, mas sempre em função do cumprimento de tarefas ligadas à mobilização ou organização para movimentos concretos. A informalidade do Grupo de Osasco decorria de sua própria origem (mais ou menos espontânea, a partir de grupos de amigos) e denotava um caráter quase provinciano, que estreitava seus horizontes. A ausência de definições mais gerais confinava o grupo a Osasco. A inexistência de direção regular praticamente o impedia de cumprir certas decisões, como o enraizamento do trabalho de fábrica também nos bairros, em estruturas clandestinas. Mas, por outro lado, o grupo tinha extrema agilidade e notória sensibilidade para responder aos problemas imediatos mais intensamente sentidos pelos operários ou estudantes da região. Em espaços curtíssimos de tempo,

*mobilizava-se para responder (propagandeando ou organizando lutas) às possíveis reivindicações dos operários ou estudantes de Osasco”.*⁵³

Eleição de 1967

Na época das eleições sindicais de 1967, conforme relata José Ibrahim, a situação das comissões nas principais fábricas era a seguinte:

*Na Cobrasma as comissões já estavam legalizadas. Na Braseixos, do Grupo Cobrasma, havia a comissão, mas os patrões não aceitaram reconhecê-la. Na Lonaflex, que era uma fábrica de lonas de capital italiano, houve muita resistência, e a comissão só foi reconhecida no início de 1968, após a eleição e cerca de seis meses antes da greve de 1968. Na Brown Boveri, indústria suíça de energia e automação, as comissões de fábrica nunca foram reconhecidas. Embora houvesse um bom grupo naquela fábrica, eles se reuniam fora. Para ter negociação a diretoria do Sindicato tinha que pressionar e, muitas vezes, ela só ocorria via DRT. O general Moacir Gaia não gostava muito, mas era obrigado a notificar a empresa que o Sindicato estava pedindo uma mesa redonda.*⁵⁴

A importância da comissão de fábrica da Cobrasma é confirmada pela avaliação de Roxo. Segundo ele:

A Cobrasma teve uma relação muito forte com o Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco. Ela era um centro motor do próprio Sindicato. Tanto que, quando o Conrado Del

53 Projeto: Memória das Lutas Operárias. Cadernos do Presente 02. Editora Aparte, 1978.

54 Depoimento José Ibrahim, CMS, 2012

*Papa criou o Sindicato, um de seus alicerces fundamentais era a Cobrasma.*⁵⁵

E foram os votos dos operários da Cobrasma que levaram a chapa de José Ibrahin à Presidência do Sindicato, em 1967.

Vale ressaltar que, embora enfatizasse que o conservadorismo e submissão às leis dos militares da gestão de Henos Amorina, a crítica era meramente ideológica em relação à ditadura e sua intervenção arbitrária no Sindicato, e não pessoal. Ibrahin sempre manteve respeito por ele. A história da apuração dos votos nas eleições para a direção do Sindicato ilustra a lealdade que havia entre os dois:

Além das Chapas Azul, de Amorina, e Verde, de Ibrahin, disputava também a Chapa Amarela, encabeçada por Jeremias Miranda e composta por uma dissidência da diretoria, que propunha ênfase na administração em detrimento da politização. A chapa de Henos Amorina venceu em todas as fábricas, menos na Cobrasma, onde a Chapa Verde teve mais de noventa por cento dos votos. Na conclusão do primeiro escrutínio, a chapa de José Ibrahin ganhou mas, para ter maioria absoluta, faltaram sessenta votos. Foi aí que, na hora que terminou a apuração, Henos retirou sua candidatura. Ele alegou que não adiantava ter um segundo turno desgastante e custoso para o Sindicato, porque o quadro não iria mudar. E não interferiu no resultado da eleição, prática comum naquela época. Pelo contrário, permitiu uma transição pacífica, respeitando a vitória da nova diretoria eleita pela base.

A diretoria eleita em 1967, com um programa declaradamente contra a ditadura militar, foi a mais radical desde 1963. Foi também a que mais se aproximou do movimento estudantil, representado pelo Cír-

55 Depoimento Antonio Roxo, CMS, 2012

culo Estudantil Osasquense (antiga União dos Estudantes de Osasco) e, sobretudo, a que mais se aproximou das comissões de fábrica.

Logo no início da gestão, a diretoria procurou reorganizar a estrutura administrativa do Sindicato, empenhou-se em criar novas comissões de fábricas e protagonizou campanhas de sindicalização. Foi um momento de muita discussão e debates políticos. Debates que chegavam a reunir duzentas, trezentas pessoas no Sindicato.

Para Ibrahim, entretanto, era clara a concepção de que, embora a questão assistencialista (médica, odontológica, jurídica etc) fosse importante, seu principal objetivo ao chegar à Presidência do Sindicato, era político. Os pilares de sua gestão eram a mobilização, a organização e a luta reivindicatória.

Para o metalúrgico e ativista sindical Stanislaw Szermeta⁵⁶, a consciência de resistência à ditadura militar que se formava dentro das fábricas criou condições para que a chapa de oposição conquistasse a diretoria em 1967.

Movimento Intersindical Antiarrocho

No final de 1967, o Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco não era o único a criticar abertamente a ditadura militar. Em outubro daquele ano, mais de 40 dos principais sindicatos do Estado de São Paulo criaram o Movimento Intersindical Antiarrocho (MIA).

Isto porque, com o transcorrer do tempo de vigência do regime militar, a situação dos trabalhadores tornava-se cada vez pior. A Lei nº 4.725, de 13 de julho de 1965, que estabeleceu normas para os processos dos dissídios, instituiu uma política de arrocho salarial. E, segundo o Dieese, essa política reduziu o salário do trabalhador

56 Depoimento ao CMS, 2012.

em 15,9%, em 1965, e em 15,3%, em 1966. Além disto, não havia a perspectiva de reposição da inflação, que girava em torno de 30%⁵⁷.

Criado para pressionar o governo a acabar com o arrocho salarial, com a participação de Sindicatos, como os dos Metalúrgicos de São Paulo, Santo André, Guarulhos, Campinas e Osasco, o MIA programou a realização de cinco concentrações, que culminariam com um ato político no dia 1º de Maio de 1968 na Praça da Sé, São Paulo.

Para a maioria dos sindicalistas que o compunham, o MIA deveria ser um espaço de ação moderada e até com a possibilidade de diálogo com o governo. Para os metalúrgicos de Osasco, entretanto, aquela organização intersindical representava uma frente de luta contra o governo e contra a estrutura sindical vigente. E as divergências sobre a condução e a postura do movimento chocaram-se no interior do movimento.

Na segunda assembleia, em dezembro de 1967, em Osasco, Ibrahin, que naquela ocasião teve o apoio das oposições sindicais e dos estudantes, explicitou ideias audaciosas para a época: falou na criação de uma central única dos trabalhadores para organizar os sindicatos contra a compressão salarial e concluiu com um manifesto conclamando os trabalhadores à luta⁵⁸.

Como sua posição não era acatada pelos demais, e a DRT já estava pronta para enquadrar seus organizadores, o MIA acabou perdendo força. No próprio Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco a postura de Ibrahin foi questionada, e suas atenções se voltaram para a elaboração de uma ação de boicote na festa do trabalhador, no Dia 1º de Maio.

57 Miranda 1987: 190.

58 Weffort, Francisco. *Participação e Conflito Industrial - Osasco e Contagem - 1968*. São Paulo: Cebrap, 1972.

Segundo Orlando Miranda, transpor a tática de enfrentamento usada dentro das fábricas para a órbita de toda a ação sindical implicava em defender publicamente uma determinada postura, que ia contra aquela aceita pelos poderes em todas as suas instâncias. E, com isto, Osasco se colocaria à frente de uma discussão com contornos nacionais.

A Greve de Contagem

A disposição de luta dos metalúrgicos de Osasco, tendo à frente José Ibrahim, encontrou paridade entre operários de Minas Gerais, que também formaram, em março de 1968, um Comitê Intersindical Antiarrocho para combater a política salarial do regime.

Aproveitando o clima favorável para a discussão, correntes como a Ação Popular (AP), Política Operária (Polop), Colina, Corrente Revolucionária, assim como o Partido Comunista e o próprio Sindicato dos Metalúrgicos, criaram pequenas células nas fábricas. Praticamente todas possuíam trabalhadores organizados em comissões. Daquela movimentação se originaria a primeira grande greve pós-1964.

A greve de Contagem, cidade da região metropolitana de Belo Horizonte (MG), começou no dia 16 de abril, numa seção da Companhia Belgo-Mineira, e atingiu 1.200 operários, reivindicando aumento salarial imediato de 25%.

Com a rejeição da proposta patronal de 10% de reajuste, com desconto na data-base, os operários organizaram grupos de autodefesa para se proteger da ação da polícia, visto que, no segundo dia de greve, a DRT decretou a ilegalidade do movimento. O ministro do Trabalho, Jarbas Passarinho, que havia se mantido em silêncio, fez o seu primeiro pronunciamento público depois do quarto dia de greve afirmando que se tratava de pura e simples agitação, algo

que não era legal ou tolerável. Mas a greve se expandia em número de trabalhadores e se estendia pelo tempo. O governo chegou a apresentar uma proposta de reajuste de 10% sem desconto na data-base, e deu um ultimato: “a recusa da proposta significa uma declaração de guerra”. A proposta foi rechaçada pelos operários.

Foi aí que o governo apelou, e o ministro comunicou, pelo rádio e pela televisão, “o início da guerra” contra os operários mineiros. A Polícia Militar ocupou as ruas de Contagem e impediu a realização de assembleias e aglomerações operárias.

Apesar da repressão, aqueles trabalhadores que ousaram enfrentar a ditadura e deram um grande exemplo para o movimento sindical, e às vésperas do 1º de Maio, quando os operários de Contagem ainda estavam em greve, o general-presidente Costa e Silva anunciou solenemente a extensão do abono salarial de 10% para todos os trabalhadores brasileiros.

O metalúrgico João Joaquim, membro da direção do Sindicato no ano de 1967, fala que:

A Greve de Contagem foi uma grande experiência. Não tem como não falar dela. Nós estivemos lá e conversamos com o pessoal do Sindicato antes de iniciar a greve dos Metalúrgicos em Osasco.⁵⁹

Cabe registrar a participação dos metalúrgicos Eustáquio Vital Nolasco e Ênio Seabra naquela greve. Nolasco, que na época da greve tinha apenas 18 anos, foi da direção nacional da Juventude Operária Católica (JOC), militante da AP e, ao entrar para a clandestinidade e se mudar para São Paulo, após a greve, tornou-se

59 Depoimento João Joaquim, CMS, 2012.

diretor do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, entre 1984 e 1987, e foi eleito vereador por duas vezes na capital paulista (em 1988 e 1992).

Já o experiente Ênio Seabra foi um dos principais dirigentes da greve de Contagem. Operário da fábrica Mannesman, Ênio havia concorrido e vencido a eleição para a Presidência do Sindicato com um programa antiditadura militar. Sua gestão, entretanto, não chegou a se concretizar, pois, antes da posse, o Ministério do Trabalho interveio destituindo-o junto com outros três membros da chapa vitoriosa. Retomando por outro caminho a liderança dos metalúrgicos de Contagem, ele foi eleito presidente do Comando de Greve Unificado, em abril de 1968. Em entrevista à revista *Teoria & Debates*, por ocasião do 40º aniversário da greve, em 2008, Seabra afirmou que, para ele, a confiança que conquistara dos trabalhadores era reflexo do trabalho desenvolvido nos anos anteriores, antes mesmo do início da ditadura militar.

1º de Maio na Praça da Sé

Em São Paulo, quando chegou o dia 1º de Maio de 1968, decididos a repudiar o ato que a ditadura e o governador 'biônico'⁶⁰ Roberto de Abreu Sodré haviam preparado, estudantes e trabalhadores, liderados pelo Grupo de Osasco, realizaram sua ação de sabotagem.

Articulada com as oposições sindicais, com a esquerda e aliados, toda a ação foi calculada, desde o mapeamento da Praça da Sé, seus lugares de entrada e saída, até a criação de um grupo de auto-defesa, com sessenta barras de ferro embrulhadas em jornais.

60 Nome dado aos governadores indicados pela ditadura militar, sem eleições.

Segundo o historiador Márcio Amêndola⁶¹, escondidos entre as pessoas presentes no evento os militantes iniciaram um tumulto quando o governador já estava no local. Sodré, seus assessores e até a polícia foram expulsos do palanque, que foi incendiado pelos ativistas.

O metalúrgico José Campos Barreto, o Zequinha, tomou então a palavra exigindo o fim da ditadura, o apoio à Revolução Cubana (de 1959), o fim do arrocho salarial e o apoio à greve de Contagem. Após a destruição do palanque, os mais de 1.500 manifestantes saíram em passeata rumo à Praça da República gritando palavras de ordem contra o regime militar. Várias fachadas de bancos e empresas multinacionais foram destruídas com pedradas. Ao chegar à Praça diversos discursos foram proferidos, sendo o de Zequinha o mais inflamado e audacioso: ele conclamou os trabalhadores e estudantes do País a enfrentar a ditadura por meio da luta armada.

A história nos mostra que, de fato, após sua fundamental participação no ato do dia 1º de Maio e na greve de Osasco de 1968, e após ter sido preso e torturado, Zequinha militou na Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e, em 1970 e 1971, no Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8), junto com o capitão Carlos Lamarca, onde propôs um trabalho político junto aos camponeses de sua terra natal, Buruti Cristalino (Bahia), com vistas à implementação da guerrilha rural.

Seu sonho por um mundo mais justo se encerrou no dia 17 de setembro de 1971, quando foi assassinado, junto com Lamarca, no sertão da Bahia, crivados de balas por agentes da ditadura militar. Ele tinha 26 anos⁶².

61 Amêndola, Márcio, *Maio de 1968, na Praça da Sé*, Instituto Zequinha Barreto (zequinhabarreto.org.br).

62 Dados do Instituto Zequinha Barreto.

Maio de 1968

De um modo geral os acontecimentos do fim da década de 1960 em todo o mundo impressionavam e influenciavam a juventude. Não se pode dizer que o MIA, a greve de Contagem e o ato do 1º de Maio de 1968 foram influenciados pelo maio de 1968 francês. O movimento operário brasileiro estava em sintonia com o contexto internacional, marcado por movimentos de massa que reagiam à acentuada queda na produtividade e na lucratividade em países como EUA, França, Alemanha Ocidental, Inglaterra e Japão, e a decadência dos “anos dourados” do pós-guerra.

O emblemático maio de 1968 assistiu à reestrela da ação direta na luta de massas trazida, de um lado, pelos trabalhadores, e de outro pela nova esquerda e seus novos personagens da história – os estudantes, os negros, as mulheres e outras minorias oprimidas, que se tornaram ícones da luta social e política do século 20.

O que ficou no imaginário popular foi a revolução dos costumes, que rompeu com a formalidade na maneira de viver que prevalecia até então. Todavia, esta imagem difundida pela mídia é parcial e encobre a forte luta operária daquele período, como as manifestações de mineiros e de caminhoneiros em 1963, nos Estados Unidos, as várias greves, barricadas e conflitos no norte da Itália em 1968, e a onda de greves, principalmente de metalúrgicos da Peugeot e da Berliet, na França, iniciada em 1965, e com ápice na greve geral de maio e junho de 1968.

Sob o prisma desta dualidade – movimento civil e movimento operário – Eric Hobsbawn⁶³ apontou que o maio de 1968 na França teve duas fases: a primeira, de 3 a 11 de maio, envolveu os estu-

63 Hobsbawn, Eric, *A Era dos Extremos*, Companhia das Letras, 1995.

dantes; a outra, de 14 a 27 de maio, trouxe os operários para as ruas com a maior greve geral da história do país, sob comando da Frente Popular e da central sindical CGT, com hegemonia do Partido Comunista francês.

Foto: Museu Dimitri Sensaud de Lavaud



Posse Primeira
Diretoria, 23 de
Julho de 1963.

Foto: Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco



Acima, Carta Sindical, junho de 1963; abaixo, panfleto da Chapa Verde para a eleição de 1967.

Foto: Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco

17a. Rd. Osasco (SP), eleicoes/67 (60)

Composição da CHAPA VERDE (Oposição)	
DEPUTADO PARA A ASSEMBLEIA José Araújo Orestes Pereira dos Santos João Aguiar Coimbra João Joaquim de Sá José Augusto Pereira de Almeida José Francisco Siqueira Cayulo José de Oliveira	DEPUTADO PARA A ASSEMBLEIA João Carlos de Lima Cláudio Francisco Santos Edilson Pereira Antônio Lemos Oliveira Cláudio Lins Antônio Pereira Gomes Edilson José de Oliveira
PARA O CONSELHO FISCAL Otávio Pinheiro Orestes Alfredo de Almeida Wilson José de Almeida	DEPUTADO PARA O CONSELHO FISCAL Cláudio Pinheiro José Carlos de Almeida Vitorino Pereira Gomes
MEMBROS DO COMITÊ DE FIDELIDADE Antônio Tavares Orestes Pereira José Araújo	SUPLENTE DO COMITÊ DE FIDELIDADE José Carlos de Almeida José Augusto de Almeida José de Almeida

**OS COMPANHÕES AGORA STAMOS EM TRANSMOÇÃO DAS
SEGUNTE ESPERANÇAS:**

Cabeleira T. A. Indústria e Comércio - Associação Espirito S. A.
Indústria Serrano Espirito Serrano S.A. - Orestes de Almeida
Branco Industrial S.A. - Cláudio de Almeida

Advocato Compensatório I

Uma árvore com folhas VERDES temdo que haverá
ESPERANÇA do bom fruto.

CHAPA VERDE

Manifesto da Esperança

Chapa da Oposição

Eleições das 14, 15 e 16 de Junho de 1967

Companheiros Metalúrgicos

Com a intenção de trabalhar e viver em uma indústria, independente de qual empresa, temos a honra de apresentar a **CHAPA VERDE** formada também de Chapa de Esperança e de Esperança.

Compreendemos que a indústria precisa de uma nova direção, e que a indústria precisa de uma nova direção, e que a indústria precisa de uma nova direção.

Estamos a apresentar esta proposta, que se torna obrigatória para todos os companheiros, e que se torna obrigatória para todos os companheiros, e que se torna obrigatória para todos os companheiros.

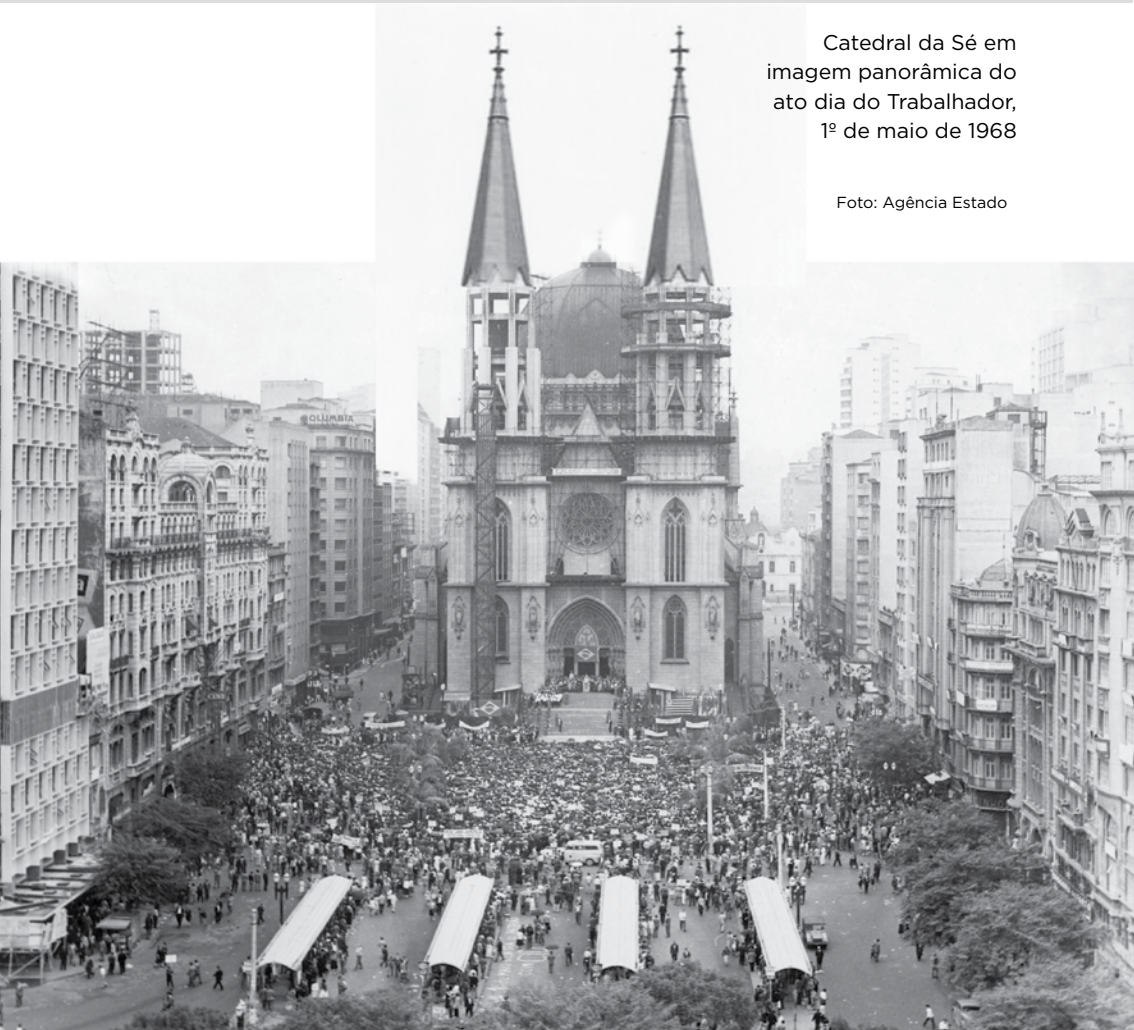
Estamos a apresentar esta proposta, que se torna obrigatória para todos os companheiros, e que se torna obrigatória para todos os companheiros, e que se torna obrigatória para todos os companheiros.

Estamos a apresentar esta proposta, que se torna obrigatória para todos os companheiros, e que se torna obrigatória para todos os companheiros, e que se torna obrigatória para todos os companheiros.

Estamos a apresentar esta proposta, que se torna obrigatória para todos os companheiros, e que se torna obrigatória para todos os companheiros, e que se torna obrigatória para todos os companheiros.



Foto oficial de José Ibrahim
como presidente do Sindicato,
eleito em 1967



Catedral da Sé em
imagem panorâmica do
ato dia do Trabalhador,
1º de maio de 1968

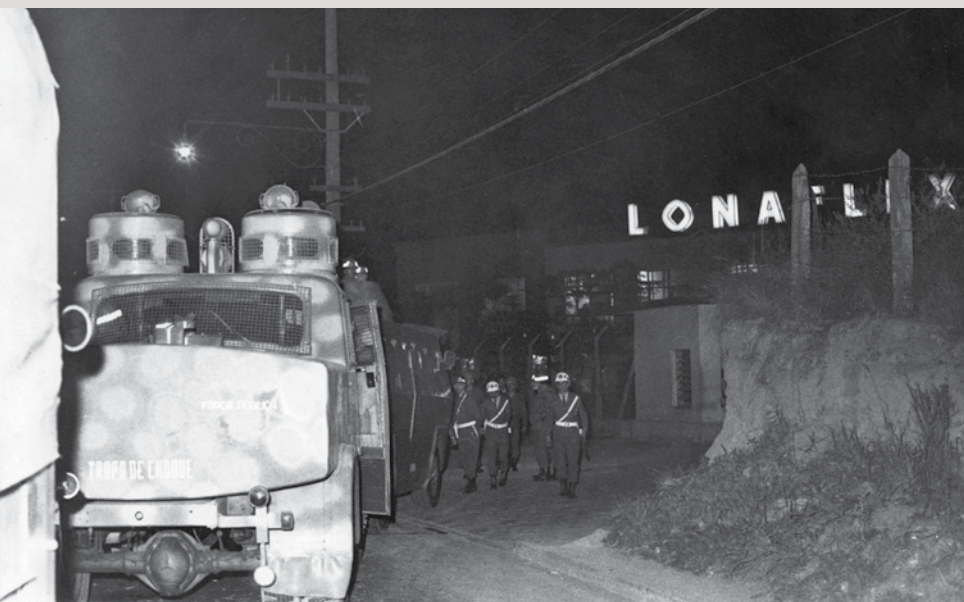
Foto: Agência Estado

Capítulo 3

A Greve: um PROJETO audacioso



Repressão à greve dos Metalúrgicos de Osasco, em julho de 1968: na foto acima, prisão dos grevistas; abaixo, policiais buscam trabalhadores na Lonaflex



José Ibrahin chegou à diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco, em 1967, com um plano em mente: realizar uma greve contra o arrocho salarial. Mas depois do ato na Praça da Sé, no dia 1º de Maio de 1968, o governo começou a pressionar o Sindicato para que ele fosse substituído.

Claro que a minha diretoria não cedeu às pressões e assumiu uma postura que, se tivessem que nos cassar, cassariam todo mundo. Um monte de gente nos ajudou a defender o Sindicato contra a possibilidade de intervenção. O Joaquinzão, que era do Sindicato de São Paulo, foi um deles. ⁶⁴

Arrocho, desemprego e perseguições políticas corriam soltos, e a tensão entre governo e sindicalistas já havia se estabelecido. Ibrahin, que àquela altura percebera que o confronto seria inevitável, e que ele e seus companheiros seriam cassados de qualquer jeito, defendia que o momento de fazer a greve era aquele.

O senso comum entre os demais membros da diretoria, por outro lado, era de cautela. Como retomar o Sindicato tinha sido muito difícil, eles concluíram que precisavam se fortalecer para, então, partir para uma ofensiva.

Naquele impasse o presidente convocou uma plenária para expor à base as diferentes posições acerca da greve. A base apoiou a posição de Ibrahin, e todos que inicialmente foram contra abraçaram aquele audacioso projeto. João Joaquim pondera que:

Naquela época havia poucas alternativas para a juventude: ou você ia para a guerrilha, virava hippie ou ficava alienado. Nós decidimos organizar os trabalhadores. ⁶⁵

64 Depoimento ao CMS, 2012.

65 Depoimento ao CMS, 2012.

Depois de tomada a decisão, a greve foi marcada para 16 de julho. A ideia era parar aos poucos para que, em uma semana, todas as fábricas da base do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco estivessem paradas, e o movimento se expandisse para outras bases de São Paulo.

Segundo Ibrahim, no ensejo da preparação da greve os metalúrgicos de Osasco buscaram apoio da oposição sindical metalúrgica de São Paulo, viajaram para Minas Gerais a fim de conhecer melhor a experiência que os metalúrgicos de Contagem haviam vivido há poucas semanas, visitaram também os metalúrgicos da Baixada Santista e do Rio de Janeiro, onde também conversaram com o pessoal da estiva. A diretoria do Sindicato, enfim, criou uma grande rede de apoio para o movimento.

Greve de 1968

No dia 16 de julho de 1968, uma terça-feira, conforme o combinado, os operários da Cobrasma, após o toque da sirene do turno da manhã, pararam as máquinas e deram início à greve.

João Joaquim pontua que as principais reivindicações eram: aumento salarial de 35%, o reconhecimento das comissões de fábrica, a garantia de que nenhum membro das comissões seria demitido e o fim do arrocho salarial.

A expectativa dos sindicalistas era de que o governo buscasse uma negociação antes de reprimir.

Só que as coisas não saíram como eles planejaram. O protesto provocou articulações imediatas dos patrões e militares, que prontamente acionaram o aparelho repressivo do Estado.

Ibrahim conta que:

Quando pararam a Cobrasma, logo de manhã, e a Lonaflex, na troca de turno das duas horas da tarde, o governo entrou em contato comigo. Como presidente, falei que o Sindicato estava solidário, que conhecíamos as reivindicações e que queríamos intermediar a negociação, embora eles soubessem eu não podia declarar que o Sindicato havia organizado a greve. Aí disse ao nosso pessoal que uma comissão do governo viria negociar. Mas quando anoiteceu o Exército cercou tudo! Cercou o Sindicato e as empresas que estavam ocupadas. Isso tudo em um dia. Eles esperaram anoitecer e invadiram a Cobrasma e a Lonaflex. Teve pau, teve confronto, gente ferida dos dois lados. Na Lonaflex saiu todo mundo organizado em bloco. Eles andaram mais de meia hora, depois cada um se dispersou para um lado. Na Cobrasma prenderam umas seiscentas pessoas.⁶⁶

Octaviano Pereira dos Santos, membro da diretoria do Sindicato responsável pela base da fábrica Brown Boveri, conta que a greve o pegou de surpresa, mas que, mesmo assim, naquela ocasião, conseguiu pedir aos operários que saíssem e o acompanhassem até o Sindicato:

Eu falei para o pessoal não ficar dentro da empresa, porque o Exército ia invadir. Mas nós resistimos. Falamos que ninguém ia entrar no Sindicato, que era a nossa casa. Não estávamos fazendo nada de errado. Estávamos apenas reivindicando nossos direitos. Tentamos negociar o dia inteiro sem sucesso. Eles não nos atendiam e nós também não atendíamos a eles. Aí veio a intervenção. Nós ainda resistimos. Mais tarde eles cortaram alimentação, telefone, tudo, e nós

66 Depoimento ao CMS, 2012.

ficamos praticamente isolados do mundo. Eu tentei negociar com o comandante até perceber que não havia mais condições de dar continuidade àquela situação. Eles iam invadir o Sindicato, e eu estava preocupado com a integridade física dos trabalhadores. Aí negocieei com o comandante para que ele liberasse os trabalhadores para irem para suas casas. Quando já eram umas cinco, seis horas da manhã, entramos naqueles caminhões do Exército, fomos conduzidos para o Dops e fomos presos. O Delegado me perguntou o que eu faria se ele me liberasse naquele momento. Eu falei que iria para o Sindicato e que, se tivesse acabado a greve, voltaria ao trabalho. Se não, faria piquete na porta da fábrica e continuaria a greve. Aí ele falou pra mim: você é mesmo um filho da puta, né? Eu falei: não, eu sou um representante dos trabalhadores, eu fui eleito para isso.⁶⁷

Não houve diálogo e nenhuma reivindicação foi atendida. Mas a greve continuou por mais de uma semana e tomou grandes proporções, fazendo com que setores da sociedade de todo o País começassem a se posicionar diante do conflito.

Sem lideranças e sitiados, os trabalhadores viram-se sem alternativas, senão voltar ao trabalho.

Segundo Ibrahim:

O fato é que naquela data fui cassado com toda a diretoria. Uma grande parte foi para a VPR. Muitos, como eu, já estavam na clandestinidade. A polícia já havia invadido nossas casas. Então, a Igreja entrou. Eu tive de ir para São Paulo.⁶⁸

67 Depoimento ao CMS, 2012.

68 Depoimento ao CMS, 2012.

Zequinha Barreto, que foi um dos principais líderes do movimento, após a desocupação da Cobrasma ficou 98 dias preso, e foi barbaramente torturado.

Sobre o fim da greve, Orlando Miranda conta que:

No mesmo dia em que se desencadeou a repressão, com a invasão das fábricas ocupadas, e antes que a intervenção fosse decretada, a diretoria já havia praticamente se dissolvido. Alguns diretores, como João Candido, foram presos na fábrica, no ato da desocupação pela polícia. Outros, como o vice-presidente Octaviano Pereira dos Santos, aguardaram no Sindicato até sua prisão. Outros, ainda, foragiram-se tentando organizar formas de resistência rapidamente desbaratadas. José Ibrahin escapou à detenção iminente, e passou à clandestinidade. Mais tarde seria preso e, libertado em troca do embaixador norte-americano sequestrado pela guerrilha, teve de deixar o País para um longo exílio europeu.⁶⁹

Solidariedade

Após a repressão, os sindicalistas que encabeçaram a greve ficaram em uma situação muito difícil. Estigmatizados pelo Estado, e sem perspectiva imediata de retomar seus trabalhos, eles contaram com a solidariedade dos companheiros para atravessar essa fase.

João Joaquim conta que, após a greve, foi morar em um bairro onde alguns padres franceses, como o padre Pierre Joseph Vauthier, que ficaram conhecidos como padres operários, haviam se estabelecido:

“Esses padres buscavam se aproximar dos trabalhadores e apoiaram os sindicalistas em suas lutas de resistência

69 Miranda, 1977: 221

à ditadura. Teve uma vez em que nós fomos falar do movimento em Taboão da Serra e o vigário de lá, o Ari Tomasi, que era de Osasco, ajudou a esconder os militantes procurados. Em outra celebração, na Catedral da Sé, em São Paulo, ele falou durante a missa que naquele dia a coleta não seria para lavar a roupa do padre, ou para comprar vela, mas sim para ajudar alguns companheiros que participaram da greve de Osasco e que estavam há meses desempregados”.⁷⁰

E também que poderia contar com companheiros de fábrica, como o Zequinha Barreto:

Meu filho nasceu um pouco depois da greve, no dia 7 de outubro de 1968. E, naquele tempo, havia escassez de leite em pó na cidade. Os leites “Ninho” eram todos vendidos para o Jóquei Clube para dar aos cavalos. Mas houve um dia que chegaram a minha casa o José de Campos Barreto, o Zequinha, e outros companheiros, com doze caixas de vinte latas de leite cada! Hoje o moleque está adulto, vai fazer Direito. E ele se chama Plínio Marcos⁷¹. Sabe onde eles arrumaram o leite? Com os vizinhos que também tinham crianças pequenas! Lembro-me também de uma companheira chamada Maria Santana, que trabalhava na cozinha da Cobrasma. Ela ia à casa dos companheiros e das companheiras que estavam em situações mais difíceis e levava alimentação em sacolas. Havia outros que faziam isto. Nós resistimos assim.⁷²

70 Depoimento ao CMS, 2012.

71 Em homenagem ao dramaturgo Plínio Marcos.

72 Depoimento de João Joaquim, CMS, 2012.

Osasco em pauta

Depois de iniciada a greve dos Metalúrgicos de Osasco, as manchetes dos principais jornais estamparam os acontecimentos, sob o ponto de vista do governo.

Na edição vespertina do jornal *Última Hora*, de 17 de julho de 1968, lia-se:

“Operários abandonam fábricas em Osasco”

Já na *Folha da Tarde* (do *Grupo Folha*) de 17 de julho a manchete da 1ª página era mais radical:

“Greve de Osasco é ilegal: DRT intervém no Sindicato”

E no dia 19, a *Folha de S.Paulo* trouxe, em sua primeira página, uma grande matéria sobre a greve que, em vários trechos, de acordo com a linha editorial do jornal, defendia a ação da polícia, demonstrando uma postura contrária aos trabalhadores e ao movimento social.

Sobre as prisões e a tentativa dos sindicalistas refugiarem-se nas igrejas a matéria afirmou que:

“Quarenta e sete pessoas foram presas ontem na Igreja Matriz de Santo Antonio, em Osasco, por um choque da Força Pública. (...) O salão de festas da igreja permaneceu o dia inteiro policiado porque, segundo informações, corriam rumores de que os líderes sindicais metalúrgicos iriam fazer da igreja um ponto de reunião. (...) A tarde uma perua do Dops policiou as ruas de Osasco a procura de suspeitos.

Seus ocupantes estavam fortemente armados. Esse policiamento será mantido até que o movimento grevista reflua completamente. Um dos líderes sindicais mais procurados é o sr. José Ibrahin, presidente destituído do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco, que se encontra desaparecido. Rumores de que as indústrias do ABC entrariam no movimento grevista ontem movimentaram os homens do Dops e a Polícia Federal, mas no fim da tarde a situação era normal. De outra parte os padres da Ação Católica Operária e os membros da Juventude Operária Católica são considerados, pela Polícia, como suspeitos de ajudar a fomentar a greve.”

Este episódio na igreja resultou na prisão de mais de sessenta pessoas.

A matéria fala também sobre o apoio do deputado federal Marcio Moreira Alves, do MDB, aos grevistas:

“Às 13:40 chegou ao Sindicato – numa perua do Serviço da Categoria Metalúrgica – o deputado federal Marcio Moreira Alves, do MDB da Guanabara. Perguntou ao sargento que comandava a tropa sobre o paradeiro dos trabalhadores e foi informado das prisões. Identificou-se e disse que estava ali para falar com os trabalhadores de Osasco. Um funcionário da Delegacia Regional do Trabalho, que assessorava o interventor, mandou que a comitiva do deputado se dispersasse. O deputado Marcio Moreira Alves irritou-se dizendo que aquele cidadão desrespeitava o Congresso Nacional, e que não tinha autoridade para mandar que sua comitiva saísse da porta do

Sindicato. O deputado afirmou ainda que viera trazer a solidariedade do MDB e a sua aos trabalhadores de Osasco “não apenas por suas reivindicações, mas contra a violência que sofreram com a intervenção”. A comitiva que acompanhava o deputado era formada por 24 representantes de sindicatos da Guanabara, entre eles líderes de bancários, metalúrgicos e jornalistas. Convidado para falar com o interventor, o deputado recusou-se dizendo que não o considerava um interlocutor válido entre os representantes do povo e dos trabalhadores. “Nós viemos aqui para falar com os trabalhadores, não com o interventor”, salientou. O sr. Marcio Moreira Alves disse que “essa intervenção é um ato ilegal a respeito do qual o ministro do Trabalho deverá se explicar”. Acrescentou que todo movimento operário reivindicatório é considerado ilegal pelo governo. “Acho que os operários de Osasco têm razão quando dizem que nossa fome é ilegal. Para mim ilegal é o ministro Passarinho, ilegal é o governo do sr. Costa e Silva, que tomou o poder por eleições indiretas e sem consentimento do povo”, disse o deputado.”

E, finalmente, sobre a lista de suspeitos, sobretudo José Campos Barreto, a matéria diz:

“As autoridades da Polícia Federal e do Dops formularam uma relação dos principais suspeitos, encontrando-se entre eles dois sacerdotes, o padre francês Pierre Joseph Vautier e o padre brasileiro Antônio Almeida Soares. Os principais suspeitos da lideran-

ça do movimento são os seguintes: João Pentino da Silva [nome citado no jornal, mas que não consta nos documentos do Sindicato], diretor do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco; José Ibrahin, presidente do Sindicato (foragido); José Groff (detido anteontem); Natael Custódio Barbosa, Sidney Leite, João Francisco, Antônio Leme Mourão, Waldemar Casemiro, João Batista Candido (secretário-geral do Sindicato dos Metalúrgicos), Luís Carlos Deinoz, Manoel Machado e Artur dos Santos, todos detidos.

A polícia acredita que o cérebro da greve de Osasco tenha sido José Campos Barreto, um jovem baiano, já detido, que trabalhou na Cobrasma. José Campos Barreto prestou declarações ontem no Dops e disse que, no momento em que foi preso, tinha um revólver para se defender do chamado Comando de Caça aos Comunistas.

José Barreto fala fluentemente inglês e é muito inteligente. Foi diretor do Círculo Candido Delfino. A ficha policial de Barreto diz que ele, quando do início da greve, teria ameaçado, de arma em punho, alguns policiais que se encontravam em Osasco. A Polícia o considera um agitador filiado ao PCB, da ala comandada por Carlos Marighela.

Segundo declarou, teria cursado até o terceiro ano clássico e, ainda, os Seminários de Garanhuns, em Pernambuco, e Campina Grande, na Paraíba. Barreto radicou-se em Osasco há quatro anos e, segundo a Polícia, trabalhava de quarenta a sessenta dias em cada fábrica, na formação de comitês comunistas.

Para o delegado João Candido Delfino, se Barreto não é o principal orientador do movimento grevista, é, pelo menos, uma das figuras mais importantes.”

O Legado da Greve

Na avaliação de Stanislaw Szermeta, a greve de 1968 resultou de um processo de conscientização de resistência à ditadura militar que se deu a partir das fábricas. Em sua visão o Sindicato teve um papel muito importante na realização da greve, mas o eixo central se deu nas fábricas, com a organização e unificação dos trabalhadores.

Mais do que isso, para ele todo aquele movimento foi sustentado pelo sonho de que era possível criar uma resistência contra a ditadura combinada com os estudantes e com a luta popular. Um sonho nascido no bojo daquele clima de vanguarda, de luta revolucionária contra a ditadura e de construção do novo, que permeou o Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco nos anos de 1967 e 1968.

Entretanto, Szermeta avalia que Osasco pagou muito caro por ter feito a greve:

O Sindicato foi cercado. A direção afastada. Não ficou quase pedra sobre pedra e os trabalhadores ficaram sob uma nova influência do Capital.

Esta situação, segundo ele, tinha raízes políticas profundas:

Hoje dá para notar que todo o processo da desconstrução que a ditadura promoveu, de mudar a matriz de desenvolvimento do Brasil, foi baseado em um projeto pré-definido. Em um projeto que indicava o lado do Brasil na Guerra Fria.⁷³

73 Depoimento ao CMS, 2012.

Mas, mesmo tendo sido reprimida com violência, aquela luta tornou-se um símbolo de autoafirmação e de autoestima para os trabalhadores. As estratégias e a firmeza da ação sindical foram um legado de Osasco. Os princípios de organização dos trabalhadores pela base, de democratização dos sindicatos e de liberdade e autonomia sindical marcaram este processo. Dez anos depois, em 1978, estas lições fizeram a diferença nas greves pela reposição salarial que começaram no ABC e que deram visibilidade à ação sindical no País.

Paulo Pereira da Silva, metalúrgico, presidente do Solidariedade e presidente licenciado da Força Sindical resume, em poucas e acertadas palavras, o sentido histórico da greve:

Os companheiros de Osasco tiveram a visão de combinar a luta reivindicatória com a luta política. Eles tiveram coragem de perceber que uma sociedade democrática era o melhor caminho para o Brasil e para os trabalhadores.⁷⁴

Repressão Pós-Greve

Ao contrário de 1964, quando toda a diretoria foi cassada, depois da greve de julho de 1968 a Delegacia Regional do Trabalho tentou encontrar uma solução política para a questão. Mas o interventor, colocado às pressas na Presidência do Sindicato, não tinha identidade com os metalúrgicos.

Neutair Pithan e Silva, delegado regional do trabalho em São Paulo, ex-pracinha e professor de psicologia, completamente estranho à categoria, foi o interventor nomeado pelo general Moacir Gaya para a Presidência do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco. Ele chegou ao Sindicato para tomar posse escoltado por soldados da

74 Depoimento ao CMS, 2012.

Força Pública no dia 17 de julho de 1968, em um ambiente de grande tensão. A matéria já citada, da *Folha de S.Paulo* de 19/07/1968, descreve sua posse da seguinte forma:

“O interventor, sr. Neutair Pithan e Silva, tomou posse às 10 horas da manhã. A posse fora impedida na véspera por operários que ocupavam o prédio do Sindicato. Ontem, às 5 horas da manhã, cinquenta soldados da 4ª Companhia Independente da Força Pública desalojaram e prenderam 120 trabalhadores, que se recusavam a sair do prédio. Dos detidos, vinte são mulheres e um é menor. Foram também presos durante essa operação dois padres dominicanos que estavam no Sindicato. O sr. Pithan e Silva chegou ao Sindicato protegido por forte aparato policial. A escolta estava armada com metralhadoras ‘Winchesters 44’⁷⁵ e fuzis. Além dos 120 operários presos na tomada do Sindicato pela Força Pública, a polícia deteve mais de cinquenta homens que participavam de piquetes ou ‘rodinhas’. Outras prisões continuaram durante toda a manhã e a tarde de ontem.

Assim que chegou, o interventor iniciou o inventário do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco, verificando os arquivos e o cofre. Estava acompanhado do sr. Benedito Sidnei Alcântara, delegado do Dops e encarregado da segurança da posse. O delegado informou que encontrou o local bastante sujo, mas a

75 O rifle Winchester 44 é um arma de repetição fabricada pelo Winchester Repeating Arms Company, em Connecticut. Foi usada nos Estados Unidos durante a última metade do século 19, sendo popularmente chamada de “a arma que conquistou o Oeste” por sua imensa popularidade naquela época. O rifle original de Winchester 44 ficou famoso por sua forma austera e mecanismo de acionamento por alavanca que permitia ao carabineiro produzir certo número de tiros antes de recarregar. Daí o termo “rifle de repetição”.

papelada estava em ordem. No interior do Sindicato a polícia encontrou e apreendeu vários volumes do livro *A Marcha Social da Igreja*, editado pela Editora Encontro, do Rio de Janeiro, com introdução de Alceu Amoroso Lima. O livro é uma coletânea de encíclicas papais lançadas nos últimos anos.”

Uma semana depois, no dia 25, o mesmo jornal relatava que:

“O interventor Neltair Pithan e Silva acha que a crise não está superada. Isso porque, segundo ele, ‘os empregadores insistem em demitir em massa todos os implicados na greve. Tal atitude só serviria para criar uma grande barreira nas negociações. As classes patronais têm por obrigação evitar isso, pois é uma medida que só denota imaturidade. Além de tudo, ela só viria agravar o problema social já existente’, diz o interventor. Prova disso é que ontem os primeiros pedidos de formulários de rescisões dos contratos de trabalho começaram a ser feitos, tendo o Sindicato distribuído oito deles, para diversas fábricas. O interventor acredita que as demissões começarão pelos cabeças, mas deverão atingir escalões menores.”

Com isso o jornal demonstrava a atitude dos patrões, que aproveitaram a situação para promover uma onda de demissões, e o compromisso do interventor com o governo.

De fato, após a greve em Osasco a repressão se intensificou nas fábricas, conforme pontua Miranda:

Com intimidação, demissões sumárias e as listas negras que atingem de forma indiscriminada os grevistas, levan-

*do à demissão e à marginalização de quase todos os militantes sindicais.*⁷⁶

Embora houvesse alguns empresários contrários ao regime militar, as principais empresas, em sua maior parte, apoiaram e se beneficiaram do regime, conforme comprovado pelo relatório da Comissão Nacional da Verdade.

Na esfera do governo, entretanto, a repressão mais intensa viria depois da decretação do Ato Institucional nº 5, em dezembro de 1968, sendo o procedimento adotado logo após a greve mais estratégico e menos escancarado do que o que estava por vir.

Desta forma, na tentativa de contornar a situação, a DRT não manteve os sindicalistas presos por muito tempo. Os únicos que permaneceram na mira dos militares foram José Ibrahin, que conseguiu escapar entrando para a clandestinidade, e José Campos Barreto, que não era da direção do Sindicato, mas era considerado um subversivo radical.

A intervenção também duraria pouco. Naquela situação aparentemente “controlada” o general Gaya propôs que se desse continuidade à gestão da diretoria eleita em 1967, com os suplentes assumindo as vagas de Ibrahin e de outros diretores impedidos de retornar.

Quem assume a Direção?

Os membros da direção que poderiam ocupar os cargos vagos, todos pertencentes à FNT (Frente Nacional do Trabalho), consideraram que aceitar a proposta do general seria um constrangimento. Primeiro porque, embora não tivessem incentivado a greve, eles a apoiaram. Segundo porque estavam solidários a José Ibrahin. Ter-

76 Miranda, 1987: 223.

ceiro porque, desde sua origem, a FNT assumiu uma postura crítica em relação à estrutura sindical. E quarto para não corroborar a acusação de golpismo que já vinham sofrendo no interior do Sindicato.

Com a recusa da FNT, a DRT partiu para seu segundo plano: a instalação de uma “junta governativa”, composta pelos sindicalistas de Osasco. Para isso procurou a oposição, que naquela circunstância era encabeçada por Henos Amorina. A posição de Henos, contudo, era contrária a essa “manobra” da intervenção. Ele defendia que a diretoria deveria terminar seu mandato.

Já Conrado Del Papa avaliava da seguinte forma:

Houve a indicação do companheiro Roberto Unger. Aquele outro interventor (Neltair) era um cara autoritário. Ninguém podia fazer nada que já corria o risco de ser mandado embora. Aí indicaram o Unger, com o Milton de Oliveira e com a junta de mais três interventores que eram de Osasco.⁷⁷

Roberto Unger e a Junta Governativa

Com perfil conservador, Roberto Unger implementou um sindicalismo despolitizado desde que chegou à Presidência do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco, em setembro de 1968. Tanto que, segundo relatos dele próprio, não cogitou problematizar a questão da greve e da destituição da diretoria eleita ao aceitar o convite do general.

Unger, que não se considerava um interventor, mas um presidente “convidado”, tinha uma visão particularmente retrógrada da situação: ele via os sindicatos como entidades meramente executoras da política governamental, e se referia às manifestações sindicais de 1967 e 1968 como “aquelas badernas”. Badernas que, segundo

77 Depoimento Conrado Del Papa, 1986.

ele, o obrigaram a voltar sua atenção para organizar as contas do Sindicato e acumular fundos, já que todo o dinheiro que havia fora retirado para o fundo de greve.

De acordo com Miranda⁷⁸, na gestão de Roberto Unger um ciclo de participação foi encerrado e uma geração de militância deixou de existir. Conrado Del Papa, que se filiou ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB), já estava em processo de aposentadoria, José Ibrahin foi para a luta armada e depois foi exilado, e a FNT teve seus núcleos desarticulados na cidade após a greve de 1968.

O acirramento da repressão e a crescente despolitização exigiram muito jogo de cintura por parte do Sindicato. Os sindicalistas foram obrigados a se adaptar a essa nova realidade imposta pelo regime antidemocrático que procurava de todas as formas desmobilizar os trabalhadores.

E, após o advento do famigerado Ato Institucional nº 5, de dezembro de 1968, a repressão seria ainda pior.

O Ato Institucional nº 5

Como a Constituição brasileira de 1946 não contemplava nenhum artigo que legitimasse a execução do golpe militar, foi necessário que os golpistas lançassem mão dos Atos Institucionais como formas de driblar a Constituição e legitimar seus atos.

É consenso entre políticos, jornalistas, intelectuais e demais interessados na história do nosso país que o quinto Ato Institucional marcou o período mais duro do regime militar. Consenso também é que a reação do governo perante a intensificação dos movimentos de resistência ao regime, tendo na greve de Osasco uma de suas maiores expressões, sinalizava para o endurecimento político.

78 Miranda, 1987: 116 e224

O AI-5 inaugurou uma série de Atos Institucionais que fecharam cada vez mais o governo, e deram poderes cada vez mais absolutos para o Poder Executivo.

Para chegar a esta conclusão basta ver que os quatro primeiros Atos – que viabilizaram a instituição do regime militar, promoveram a perseguição política às instituições e pessoas de perfil divergente àquele pregado pelos militares e impuseram uma nova Constituição, pautada pela Constituição fascista de 1937 –, foram decretados entre abril de 1964 e dezembro de 1966, portanto em 31 meses, e os outros treze Atos Institucionais foram decretados entre dezembro de 1968 e outubro de 1969, em dez meses.

Como estopim para a promulgação do AI-5 surge, mais uma vez, a presença do deputado Márcio Moreira Alves, do MDB, que poucos meses antes havia visitado o Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco, quando este estava sitiado pelos militares, e proferiu um discurso contra a intervenção e a favor dos grevistas.

Desta vez seu pronunciamento foi na Câmara dos Deputados, no dia 2 de setembro, no qual lançou um apelo para que o povo não participasse dos desfiles militares de 7 de Setembro e, entre outras coisas, chamou os quartéis militares de “covis de torturadores”. Sua manifestação de repúdio foi endossada por outro deputado do MDB, Hermano Alves, que naquele mesmo período escreveu uma série de artigos no *Correio da Manhã* considerados provocadores.

Avaliando tais demonstrações como ofensivas, o governo iniciou um processo para cassar os dois deputados. Entretanto, eles não haviam infringido a lei e a possibilidade da cassação gerou uma tensão política que se desenrolou até o dia 12 de dezembro, quando a Câmara recusou (com colaboração de políticos da própria Arena) o pedido de licença para processar Márcio Moreira Alves.

A recusa deixou a cúpula do governo de mãos atadas. Mas no dia seguinte eles dariam o xeque-mate promulgando o AI-5, que autorizava o presidente da República, em caráter excepcional e, portanto, sem apreciação judicial, a uma série de ações arbitrárias, como cassar mandatos parlamentares, suspender, por dez anos, os direitos políticos de qualquer cidadão, decretar o confisco de bens considerados ilícitos e suspender a garantia do habeas-corpus.

No mesmo dia foi decretado o recesso do Congresso Nacional, que só seria reaberto em outubro de 1969 para referendar a escolha do general Emílio Garrastazu Médici para a Presidência da República.

No fim de dezembro de 1968, onze deputados federais foram cassados, entre eles Márcio Moreira Alves e Hermano Alves. A lista de cassações aumentou em janeiro de 1969, atingindo não só parlamentares, mas até ministros do Supremo Tribunal Federal.

Todos os sindicalistas suspeitos de participarem da greve de Osasco em 1968 foram perseguidos e presos, ou entraram para a clandestinidade, como foi o caso de José Ibrahim.

Miranda resume a situação do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco logo após o AI-5:

Com o advento do AI-5, sobre eles recaíram muitas prisões (Henos, Papão, muitos membros da Frente) e toda a sorte de intimidações, impedindo virtualmente que sua atuação sindical viesse a ter sequência. Com quase todos desempregados e perseguidos, tiveram como alternativa mudar-se ou sair da categoria. Por várias maneiras bloqueava-se definitivamente as várias correntes de opinião, inclusive a Frente, que se desarticulava.⁷⁹

79 Miranda, 1987: 229

Prisões e Perseguições

Logo após a greve José Ibrahin entrou para a clandestinidade. Mas, segundo ele, mesmo na clandestinidade voltou várias vezes para o Sindicato de Osasco e para a porta de fábrica. Atividade que manteve até ser preso, em 1969, como ele conta:

Fui preso em 1969 e, no mesmo ano, fui um dos quinze presos políticos trocados pelo embaixador americano. O Barreto foi assassinado junto com o Carlos Lamarca, lá na Bahia, em 1971. O João Domingos, irmão do Roque Aparecido, também foi assassinado em tiroteio, em São Paulo. Gente nossa. O Roque foi preso, eu fui preso, o Espinoza foi preso.⁸⁰

Preso em São Paulo pelo Doi-Codi (Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna) em fevereiro de 1969, Ibrahin foi torturado e impedido de se comunicar com a família. Em setembro daquele ano ele foi um dos quinze presos políticos libertados em troca do embaixador dos Estados Unidos no Brasil, Charles Burke Elbrick.

O episódio do sequestro, organizado estrategicamente pelo Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8), foi o primeiro de uma série de sequestros realizados por grupos da extrema-esquerda com o objetivo de negociar a libertação de presos políticos na ditadura militar.

O embaixador ficou em posse dos sequestradores em um “aparelho” no Rio de Janeiro por apenas dois dias. Em 6 de setembro de 1969, um sábado, ele foi libertado nas proximidades do estádio do Maracanã, em plena saída de um clássico do futebol, América ver-

⁸⁰ Depoimento CMS, 2012.

sus Fluminense, de maneira que seus sequestradores pudessem sumir no meio da multidão⁸¹.

Isto porque o governo, na época comandado pela Junta Militar formada pelo general Aurélio Lyra Tavares, almirante Augusto Rademaker e brigadeiro Souza e Mello, impactado com a ousadia dos militantes, cedeu às exigências dos sequestradores, que eram: a libertação de quinze prisioneiros políticos; a condução dos mesmos, em avião especial, até um país determinado (Argélia, Chile ou México, onde pudessem receber asilo político) e a publicação e leitura da íntegra da mensagem do MR-8 nos principais jornais, rádios e televisões de todo o País.

Os quinze prisioneiros eram:

Luís Travassos, José Dirceu e Vladimir Palmeira, líderes estudantis; José Ibrahin, líder sindical operário; Flávio Tavares, jornalista; Gregório Bezerra, dirigente do PCB; Rolando Fratti, do PCB; Onofre Pinto, dirigente da VPR e ex-militar; Ricardo Vilas Boas e Maria Augusta Carneiro, do MR-8 e da Dissidência; Ivens Marchetti, do MR-8; Ricardo Zaratini, do movimento sindical; Agonalto Pacheco e Leonardo Rocha, da ALN (Aliança Libertadora Nacional) e Mário Zanconato, do Colina (Comando de Libertação Nacional).

José Ibrahin foi para o México, junto com aquele grupo. Depois foi para Cuba, para o Chile (que ainda, em 1972, era governado por Salvador Allende, deposto pelo golpe de outubro de 1973), para o Panamá e para a Bélgica, onde ficou até a Lei da Anistia, em 1979.

O governo militar, entretanto, não deixaria barato, e, depois de “resolver” este caso, baixou o AI-13, que estabelecia o “banimento do

81 Este sequestro foi retratado no filme *O que é isso companheiro*, de Bruno Barreto (1997), e no documentário *Hércules 56*, de Sílvio Dá-Rin (2006).

território nacional de pessoas perigosas para a segurança nacional”, e o AI-14, que estabelecia a modificação do artigo 150 da Constituição, com a aplicação da pena de morte nos casos de comprovada participação em atos de terrorismo que resultassem em morte e também em “guerra externa, revolucionária ou subversiva”.⁸²

Vale registrar também que, ainda em janeiro de 1969 ocorreria a apropriação de armas do quartel em Quitaúna para a guerrilha, comandada por um dos oficiais, o capitão Carlos Lamarca, pertencente à VPR.

Roberto Unger é eleito

Com toda a militância expulsa do Sindicato, a eleição que legitimou o mandato de Roberto Unger correu tranquila e com um baixo índice de abstenção.

Em março de 1969, ele iniciou uma gestão que duraria três anos, sem sinal de mobilização política, sem grandes contatos com a categoria, à qual ele classificou como um período de “saneamento financeiro”.

Foi neste período, em assembleia realizada no dia 23 de janeiro de 1970, que o Sindicato estendeu sua base territorial para os municípios de Taboão da Serra, Itapeverica da Serra e Embu.

No saldo da gestão, além da extensão da base, contabilizou-se uma sólida situação financeira. Sobre este assunto Miranda contemporiza:

Por três anos e meio Roberto Unger manteve o Sindicato dos Metalúrgicos funcionando, distante da repressão, e

⁸² Esta lei, no entanto, nunca chegou a ser aplicada. O único condenado por ato de terrorismo resultante em morte de soldado num quartel do Rio de Janeiro durante esse período recebeu indulto presidencial.

*deu-lhe suporte financeiro. Era o que podia fazer. E era o que se propunha fazer. Qualquer forma de restabelecer vínculos com a categoria passavam por uma mudança nas condições políticas e, certamente, não passariam pela continuidade de sua gestão.*⁸³

No poder municipal o prefeito Guaçu Piteri, embora bastante visado por ser um dos poucos prefeitos de oposição no Brasil e acusado de incentivar os movimentos sindicais e estudantis de 1968 em Osasco, conseguiu fazer seu sucessor: José Liberatti, ex-secretário de Cultura e Educação. Além disso, mais uma vez em Osasco o MDB elege mais vereadores do que a Arena".⁸⁴

83 Miranda, 1987: 241

84 Aliança Renovadora Nacional, partido criado em 1965 para dar sustentação política ao regime militar.



João Leonardo da Silva Rocha, Maria Augusta Carneiro Ribeiro e José Ibrahim, durante a extradição para o México, em 1969

Jornal da Tarde, de 17 de julho de 1968, fala sobre a Greve

Capítulo 4

Retomando o contato com a categoria

Em 1969, “um acúmulo de serviço na Cobrasma”, onde Henos Amorina, afastado da categoria desde a promulgação do AI-5, tinha procurado emprego, possibilitou a sua volta à fábrica, sob a condição de não fazer política.

Mas àquela altura ele já estava totalmente envolvido com a política: durante o tempo em que ficou afastado entrou para o MDB e participou da articulação que elegeu José Liberatti prefeito de Osasco a partir de 1970.

Conrado Del Papa, nos anos que se seguiram à greve e às prisões, mesmo em processo de aposentaria, continuou frequentando o Sindicato, zelando para que este não entrasse num processo de despolitização.

Junto com Henos, ele trabalhou para resgatar os princípios fundamentais que estavam por trás da fundação da entidade.

Mas, para que nas eleições de 1972 não houvesse oposição, e a volta de Henos ao comando do Sindicato estivesse garantida, eles precisavam resolver a situação de Roberto Unger, presidente eleito desde setembro de 1969.

Não há documentação que comprove se foi uma manobra deliberada de Papão e Henos ou se foi iniciativa do próprio Unger, mas a indicação do então presidente como vogal na Justiça do Trabalho veio a calhar, possibilitando uma renovação da direção.

A chapa encabeçada por Henos, entretanto, foi ampla, abrangendo até mesmo Roberto Unger como 1º secretário. Sobre a situação em que se encontrava o Sindicato Henos afirma que:

O Sindicato estava a zero. Não tinha sede, devia à Federação. Foi nesta gestão que avançamos do ponto de vista

*político e patrimonial, montando duas subseções, uma em Cotia e outra em Taboão da Serra. Durante a minha permanência na diretoria conseguimos que fossem atendidas várias das nossas exigências através de paralisações e permanência nas fábricas. Ou seja: através da negociação direta com os patrões.*⁸⁵

Nesta gestão, os convênios de atuação assistencial estenderam-se à Carapicuíba, Embu e Itapeverica da Serra. Foi projetada a subseção de Taboão da Serra e inaugurada a de Cotia. E as instalações da sede osasquense foram ampliadas.

Os pontos fundamentais desse período levantados por Miranda⁸⁶ foram: a retomada de contato com a classe; a forte ampliação na oferta de serviços e o crescimento patrimonial.

Nas eleições municipais de Osasco, em 1972, venceu pela primeira vez um candidato da Arena: Francisco Rossi, que, em seu mandato, deu grande ênfase ao esporte sob o lema: “Osasco, capital esportiva do Brasil”.

O Jornal

Naquela perspectiva de crescimento destacou-se a criação de um jornal do Sindicato, lançado em dezembro de 1972.

A primeira edição, ainda sem nome, estampou a manchete sobre a participação do Sindicato, representado por dez trabalhadores⁸⁷,

85 Depoimento Henos Amorina, 1993.

86 Miranda, 1987: 251.

87 Henos Amorina, da Cobrasma, Jacy da Silva Macedo, da Ford, José Ventura Filho, da Arcos Solda de Carapicuíba, Américo Augusto de Melo, da Brown Boveri, Manoel Hipólito de Souza, da Ford, João Afonso de Oliveira, da Brown Boveri, Benedito Pires Boaventura, da Ifema de Cotia, Frutuoso Bispo do Nascimento, da Brown Boveri, Valdomiro Negrini, da Ferbate, e Carlos Heubel, da Cobrasma.

no 8º Congresso dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Materiais Elétricos do Brasil, na Praia Grande, entre 20 e 24 de novembro de 1972.

E trouxe também uma nota de saudação à construção do jornal convidando os leitores a indicarem nomes:

“Tudo tem seu nome, e o jornal dos metalúrgicos de Osasco precisa ser batizado. A diretoria achou que o padrinho tem que ser os associados, e a vocês cabe dar o nome ao nosso jornal. Todas as sugestões deverão ser enviadas à secretaria do Sindicato, Rua Erasmo Braga, nº 879, Presidente Altino.”⁸⁸

Batizado de *Visão Trabalhista (VT)*, o jornal inauguraria uma trajetória muito bem-sucedida, vinculada à construção de uma imprensa própria, que acompanha o Sindicato na cobertura de suas lutas e em seus debates internos.

Segundo Jeferson Martinho, jornalista do Sindicato entre 1992 e 2001:

Era época do Diário Popular, do Notícias Populares, jornais que realmente chegavam na base, e a gente produzia informações sobre o que estava acontecendo no mundo sindical quase diariamente. Um dos grandes veículos de comunicação era o boletim do Sindicato, o Visão trabalhista, que tinha que chegar na base toda semana. Era também um veículo de abordagem para os diretores que estavam permanentemente nas portas de fábrica⁸⁹.

88 *Jornal do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco*, nº 1, ano 1, dezembro de 1972.

89 Em depoimento ao CMS, março de 2023.

Nos primeiros anos, o periódico era publicado bimestralmente, sendo mensal, ou até mesmo semanal, se o momento assim o exigisse. Com o passar dos anos, várias mudanças aprimoraram seu layout e sua redação.

O Martelo

Em 1973 foi criada a famosa seção do VT “*Martelo*”, que destacava a negligência de empresas com os direitos dos trabalhadores. A seção “martelava” tudo que não agradava a categoria, como o não fornecimento de uniformes, falta de prevenção de acidentes, Cipa (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes) não atuante, entre outros. Nada passava despercebido.

Em 1975, por exemplo, a metalúrgica Cobel recebeu uma “martelada” por deixar o banheiro trancado fazendo com que os trabalhadores, ao sentirem vontade de ir ao banheiro, tivessem que pedir a chave para o encarregado. Outro caso emblemático, mercedor da martelada, ocorreu em 1979, quando a Braspressas impediu os trabalhadores de entrarem na fábrica com o *Visão Trabalhista*. Isto porque naquela edição o *Martelo* havia criticado “o banheiro quebrado e a comida ruim” oferecidos aos companheiros.

Por volta de 1983, a seção passou a usar o slogan “Mexeu com você, mexeu comigo!”, e mais tarde passou a se chamar “Marteladas”. A sessão existiu até 1996.

VT acompanha a trajetória do Sindicato

A primeira reformulação do jornal aconteceu em 1977, quando o *Visão Trabalhista* ganhou um novo projeto gráfico, tornando-se mais ilustrado e contemplando charges e quadrinhos como recursos para auxiliar na transmissão e compreensão da informação.

A crítica e a irreverência dos cartunistas que passaram pela imprensa do Sindicato deram ao *Visão Trabalhista* leveza e objetividade. Alguns deles, como Glauco Villas Boas e Laerte Coutinho, se tornaram artistas de renome.

O *Visão Trabalhista* acompanhou o amadurecimento do Sindicato. Por isso seu conteúdo sempre esteve em sintonia com as ações da diretoria, com o cotidiano da categoria e com os demais veículos utilizados pela diretoria do Sindicato para se comunicar com a categoria e com a sociedade.

Atualmente o jornal é publicado quinzenalmente, com quatro páginas e tiragem de 12 mil exemplares. E a área de comunicação cresceu significativamente, chegando no ano de 2023 com a página eletrônica www.sindmetal.org.br; inserção nas redes sociais, canal no YouTube, com o programa diário “Hora da Boia”, além de diversas publicações especiais.

A Colônia de Férias

Na edição 39, de maio/junho de 1973, o *Visão Trabalhista*, sob a manchete “Sindicato pensa em Colônia de Férias”, anunciou que, no dia 1º de maio de 1973, o Sindicato recebera do governador do Estado, Laudo Natel, um terreno em Caraguatatuba⁹⁰. Miranda⁹¹ afirma que:

Para obter financiamento para a construção da Colônia no menor tempo possível Henos negociou com a Ciesp⁹², com as empresas de Osasco concordando em contribuir com um percentual sobre suas respectivas folhas de pagamento para constituir o fundo da construção.

90 Cidade do litoral norte de São Paulo.

91 Miranda, 1987: 252

92 Centro das Indústrias do Estado de SP

A Colônia de Férias foi inaugurada em setembro de 1977.

A Volta da Oposição

Nas duas vezes em que Henos Amorina foi eleito presidente do Sindicato, em 1965 e em 1972, as articulações e o apoio de Conrado Del Papa foram decisivos. Ao fim de 1974, contudo, quando completava seu segundo mandato, Amorina assumiu pessoalmente a coordenação para sua próxima gestão, reduzindo a influência de Del Papa.

Desde 1973, quando convidou Albertino Souza Oliveira, membro da antiga FNT, para prestar assistência jurídica ao Sindicato, ele já buscava aproximação com diversos setores da militância sindical.

Em tais circunstâncias, sobretudo com a distensão política iniciada em 1974, no governo do general Ernesto Geisel, a oposição e os setores mais radicais da esquerda começaram a reaparecer.

No Sindicato este ressurgimento se consolidou na chapa formada por Henos para a eleição de 1975, com o metalúrgico José Pedro da Silva, que possuía fortes ligações com grupos que estavam na clandestinidade, como o Movimento pela Emancipação do Proletariado (MEP) e a Ação Popular (AP)⁹³, na vice-Presidência.

Era a primeira vez, desde 1968, que a oposição participava de uma eleição. Mas, no exercício da gestão, o vice-presidente revelou-se um dos principais opositores de Henos. O projeto de José Pedro era retomar a política sindical de 1967, dizimada com o fim da greve de 1968. Isto porque, segundo ele, o Sindicato deveria ser um instrumento a serviço da base organizada, e não um meio de organização para os trabalhadores. Daí a ideia de que o Sindicato só é forte se tiver comissões de fábricas atuantes.

93 FREDERICO, Celso. *A esquerda e o Movimento Operário 1964/1984*. Volume 1. Editora Novos Rumos. 1987. São Paulo.

Segundo Miranda⁹⁴, a postura tranquila, e até certo ponto cautelosa, de Henos, que com Roberto Unger tinham sido os únicos a vivenciar o processo de radicalização de 1968, esbarrava na ânsia participativa da nova geração de militantes, alimentada por muitos diretores, especialmente os que permaneciam na base.

Mudanças no País e no Sindicato

Desde 1964 o governo militar foi permeado por uma forte tensão entre duas visões hegemônicas acerca da política nacional. Quando o general Ernesto Geisel assumiu a Presidência, em março de 1974, sinalizando um relativo afrouxamento do regime, a linha dura ficou contrariada.

Embora o general integrasse um grupo mais liberal entre os militares, vários outros fatores contribuíram para que a linha dura do regime entrasse em franca decadência.

Em primeiro lugar, o que a ditadura chamava de “milagre econômico” chegava ao fim.

Em segundo lugar, nas eleições de 1974 o MDB ganhou espaço conquistando 59% dos votos para o Senado, 48% da Câmara dos Deputados e as prefeituras da maioria das cidades.

Em terceiro lugar, a pressão social contra as arbitrariedades ocorridas, sobretudo após o AI-5, sendo os assassinatos de Vladimir Herzog e Manuel Fiel Filho os casos mais emblemáticos, ganhou força.

E, em quarto lugar, este processo foi cercado de interesses escusos, que já apontavam para um novo sistema econômico, incompatível com a rigidez política empreendida até aqui.

94 Miranda, 1987: 263.

Geisel venceu a parada sem que, no entanto, parasse com os assassinatos. Ele iniciou a abertura lenta, gradual e segura, que o jornalista Emiliano José chamou de “transição pactuada, marcada por prisões, torturas e desaparecimentos”.

Segundo Emiliano: ⁹⁵

“A transição pretendida não foi a frio, foi a quente, regada a sangue, com muitas mortes, podendo-se lembrar o ‘Massacre da Lapa’, em 1976, quando foram mortos alguns e torturados outros tantos dirigentes do PCdoB. Ou a repressão que se abateu sobre o PCB, que exterminou dez de seus dirigentes, e que matou Vladimir Herzog. E tantas outras prisões, de variadas organizações revolucionárias.”

As mortes sob tortura do estudante Alexandre Vannucchi Leme, em 1973, e do jornalista Vladimir Herzog, em 1975, nas dependências do II Exército, mobilizaram milhares de civis, marcando um momento de repúdio social em relação ao regime.

As cerimônias em torno do enterro do metalúrgico Manuel Fiel Filho, em 1976, assassinado sob as mesmas circunstâncias, por outro lado não mobilizaram multidões, mas seus desdobramentos políticos foram decisivos. A maior manifestação de repúdio que se tem registro, além, evidentemente, da própria família do operário, foi a do presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Joaquim dos Santos Andrade. Logo que tomou conhecimento da morte de seu colega, ele enviou um telegrama ao governo federal exigindo apuração dos fatos e punição aos culpados. No telegrama, datado de 20 de janeiro de 1976, Joaquinzão manifestou “veemente protesto pelo ocorrido” e cobrou “enérgicas e imediatas

95 O silêncio dos inocentes, *Teoria e Debate*, edição 110, março de 2013.

providências” para “apuração dos fatos e punição rigorosa de seus responsáveis”.

Embates no Governo

O assassinato de Fiel Filho, injustificável até mesmo entre os agentes da repressão, levou Geisel a exonerar o comandante do II Exército, responsável pelo Doi-Codi paulista, Ednardo D’Ávila Mello, lançando-se ao primeiro choque frontal com um chefe militar. Em *A ditadura encurralada* (2004), o jornalista Elio Gaspari enfatiza a contrariedade de Geisel, demonstrando como esta decisão marcou uma divergência dentro do governo. Segundo ele, na noite de 18 de janeiro de 1976 o general Ernesto Geisel “não dormiu direito”, atordoado com a notícia da morte de Fiel Filho e pensando em alguma solução:

“O presidente lançou-se ao primeiro choque frontal e público com um chefe militar. Era o choque que evitara em 1964, quando fizera vista grossa às torturas que haviam sido praticadas em quartéis do Nordeste, e que evitara nos primeiros anos de governo, quando se vira encurralado por Frota no caso da prisão do ex-deputado Marco Antonio Coelho. Foi ao choque sem deixar espaço para negociação, nem mesmo para salvar as aparências. Sumária, a demissão negou a Ednardo o direito de argumentar que passara o fim de semana fora de São Paulo. Imediatamente estabeleceu a relação de causa e efeito com a morte do operário. (...) O Regime acumulara em torno de trezentos mortos e cerca de seis mil denúncias de tortura. Mas, na noite de 18 de janeiro de 1976, o problema do general Ernesto Geisel relacionara-se com a disciplina militar, não com os direitos humanos.”⁹⁶

96 Gaspari, Elio, *A ditadura encurralada*, Editora Companhia das Letras, 2004.

A decisão de Geisel surpreendeu o ministro do Exército, Sylvio Frota, que ficou encarregado da demissão. Ednardo trocou de cargo com Dilermando Gomes Monteiro, que era chefe do Departamento de Ensino e Pesquisa, sem grandes alardes na imprensa.

A cautela que permeou aquele episódio mascarava uma crise de grandes proporções que se abatera sobre o governo militar. Crise que chegaria ao ápice com a demissão do próprio ministro Sylvio Frota, em 12 de outubro de 1977. Exponente da linha dura do regime, Frota, que ambicionava ocupar a cadeira de presidente, foi substituído pelo general Fernando Belfort Bethlem, então comandante do III Exército. Foi o sinal definitivo de que a linha dura entrara em decadência.

Roberto Unger se afasta

As mudanças na conjuntura do País se refletiam nos sindicatos e no perfil dos sindicalistas. Em 1976, o MDB voltou a ganhar a prefeitura de Osasco com Guaçu Piteri eleito pela segunda vez⁹⁷.

O momento era favorável para a reorganização dos setores mais radicais da esquerda e, com isto, os dias de sindicalista de Roberto Unger estavam acabando.

Seu afastamento começou em março de 1977, quando, ainda membro do alto escalão da gestão de Henos Amorina, ao aventar se candidatar pela terceira vez para vogal na Justiça do Trabalho, não teve o apoio da diretoria.

Para a vaga Conrado Del Papa acordou com Henos Amorina indicar uma lista tríplice: João Smolli, Vicente Moreira dos Santos e Antoni Barbosa de Lucena. Como contrapartida Papão apoiaria

97 Posse em 1º de fevereiro de 1977.

Henos, mais uma e pela última vez, para a Presidência do Sindicato.

Posto de escanteio, Unger tornou-se alvo fácil para a oposição sindical, que levantou os gastos de sua gestão, incluindo até seu salário. A desconfiança, mesmo que naquele momento isso não fosse claro, se baseava no fato de ele concordar com a política dos militares, e não em evidências de desvios de recursos, algo que não ocorreu. No entanto, essa situação resultou em seu pedido de demissão do cargo de 2º secretário do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco e no definitivo rompimento com o movimento sindical. Saiu se sentindo ressentido da “deslealdade” tanto de seus colegas quanto da base.

Nova Geração no Sindicato

O ano de 1977 constituiu-se como um ano eleitoral no Sindicato, com articulações políticas desde cedo. O enfraquecimento e a posterior saída de Roberto Unger, pressionado pela oposição, acabou por enfraquecer Henos Amorina, que tentou, sem sucesso, se aproximar de seu vice, José Pedro.

Henos tinha ainda o apoio de Conrado Del Papa, e a chapa para as eleições de 1978 foi totalmente formada por trabalhadores das fábricas convidados por Papão.

Foi aí que, nas eleições de 1978, Henos encabeçou uma chapa com uma nova geração de quadros: Cláudio Peanho (Peninha), Carlos Aparício Clemente e Antonio Toschi. Uma geração que não vivera a política sindical nos anos de chumbo da ditadura e que trazia novos ares para o Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco.

Antonio Toschi conta que:

Tive experiências comunitárias que acabaram me levando à Coopergran⁹⁸, e com um ano de Coopergran fui convidado para vir ao Sindicato, mas esse eu não sabia o que era. Eu fiquei sócio em 1973, entrei na chapa em 1978, mas nunca tinha ido ao Sindicato. Conrado Del Papa me convidou para fazer parte da chapa que concorreria ao mandato de 1978 a 1981, e eu entrei como secretário-geral, com uma experiência sindical zero. Eu, o Peninha e o Clemente. O Clemente entrou como tesoureiro sem entender nada. De repente, ele era tesoureiro com 21 anos de idade. A gente aprendeu a fazer sindicalismo fazendo, não teve escola, a escola foi o dia a dia. Como dizia o Henos, era um grupo de meninos. Eu com 28, o Clemente com 21 anos.⁹⁹

O Movimento Sindical se reorganiza

Nas eleições para a direção de 1978 a 1981 do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco, José Pedro concorreu com uma chapa própria, de oposição à de Henos Amorina. Mas perdeu para a situação em uma disputa apertada.

A perspectiva de José Pedro ao lançar a chapa era que, já que Henos perdera força ao longo da gestão anterior, ganharia a eleição devido ao trabalho que ele e seu grupo vinham desenvolvendo dentro das fábricas.

Mas o sindicalista não contava com as relações que Henos construiria há anos no Sindicato, nem com a liderança dos novos militantes arregimentados por Conrado Del Papa.

98 Cooperativa Mista dos Trabalhadores da Grande São Paulo.

99 Depoimento, 1993.

José Pedro reconhece que:

Quando lançamos a chapa tínhamos a visão equivocada de que ganharíamos com facilidade. Mas perdemos. Nós tínhamos trabalho em algumas fábricas, mas na globalidade o Henos e o pessoal já tinham um conhecimento que vinha de dezenas de anos. E nossa plataforma era muito radical para o momento: falávamos em greve, comissão de fábrica, em central única dos trabalhadores. (...) Devíamos ter ficado no Sindicato, onde o espaço é maior. Isso quebrou o avanço daquele movimento.¹⁰⁰

Está claro que Zé Pedro visava retomar o projeto da gestão de José Ibrahin, interrompido em 1968. Mas sua pauta radical, que contemplava greves, comissões de fábrica e a formação de uma central sindical, já não estava tão fora da realidade naquele momento, como veremos adiante.

Mentalidade jovem

No início de 1978, os novos diretores, que prezavam as ligações com a base por conhecerem bem os trabalhadores e seus problemas, tomaram posse trazendo uma mentalidade jovem para o Sindicato.

A reforma administrativa implementada logo de início criou sessões e dividiu responsabilidades. O Sindicato se empenhou também em manter o alto grau de eficiência na área assistencial, cultivando uma relação de respeito e confiança com o trabalhador.

A divisão do trabalho possibilitou que cada diretor aprofundasse seus conhecimentos em áreas específicas, proporcionando a con-

100 Citado por Miranda, 1987: 277.

cretização de antigas pendências, como o 1º Congresso, além de seminários, colóquios e eventos culturais.

O 1º Congresso dos Metalúrgicos de Osasco, realizado 1979, quinze anos depois da fundação da entidade, começou a ser preparado desde meados de 1978. E o fomento à produção teórica e cultural e à realização de eventos para os trabalhadores elevaria o Sindicato a um novo patamar, fazendo com que em pouco tempo ele se tornasse referência no movimento social em bandeiras como saúde e segurança do trabalhador, fim do trabalho infantil, inclusão social e trabalho decente.

A imprensa sindical também ganhou destaque, pois ela cumpria o papel estratégico de divulgar, informar, aproximar os trabalhadores do Sindicato e também unir suas bases regionais, conforme pontua Miranda:

Os plantões de Cotia e Taboão da Serra incluíam-se nas preocupações em manter estreito contato com a base. Para isso também foi profissionalizado o setor de imprensa, regularizando-se as publicações de jornais e boletins e organizando-se um sistema de distribuição.¹⁰¹

Carlos Aparício Clemente resume como foi o início desta direção:

Nós chegamos ao Sindicato em 1978, ano em que tiveram as novas 'safras' de greves e abrimos as subsedes. O trabalhador entrava em greve em algum município fora de Osasco, em Cotia, em Vargem Grande Paulista ou em Taboão da Serra, e não tinha como chegar ao Sindicato. E o Sindicato não chegava até ele porque estava muito focado nas grandes empresas do município de Osasco, particu-

101 Miranda, 1987: 283.

larmente a Cobrasma. Nós chegamos naquele momento de efervescência, quando o Henos Amorina disputava com uma oposição forte. Seu vice-presidente encabeçava uma chapa contra ele. E não era culpa do Henos. Era o curso natural do movimento. Isso foi interessante porque arejou aquela eleição. Nós não tínhamos experiência na administração sindical e criamos, junto com o Henos, as subsedes de Cotia e de Taboão da Serra.¹⁰²

Uma Sequência de Greves

Desde 1968, quando os operários de Contagem e de Osasco cruzaram os braços contra o arrocho salarial, não ocorriam grandes greves no País. Dez anos depois, no dia 12 de maio de 1978, mais de três mil trabalhadores metalúrgicos da fábrica de caminhões Saab-Scania, em São Bernardo do Campo, Grande São Paulo, cruzaram os braços e pararam as máquinas por reposição e aumento salarial. Era o início de um novo ciclo do movimento sindical.

A denúncia da manipulação dos índices oficiais da inflação, feita pelo Dieese em julho de 1977, foi o estopim para a deflagração da onda de greves.

As contas apresentadas pelo Dieese eram mais verossímeis e destoavam das contas oficiais porque a equipe técnica do Departamento, dirigida pelo economista Walter Barelli, havia descoberto uma expressiva defasagem: a inflação de 1973 foi de 23,5%, e não de 15,4%, como anunciou, na época, o ministro da Fazenda Delfim Netto.

O Dieese refez os cálculos salariais verificando as perdas que os trabalhadores sofreram no período e constatou que os metalúrgicos haviam perdido 34,1%.

102 Depoimento CMS, 2012.

Em depoimento por ocasião dos cinquenta anos do Dieese, Barelli fala sobre este fato e seus desdobramentos:

Havia uma suspeita quanto à veracidade dos dados oficiais de 1973, que confirmavam que o então ministro da Fazenda, Delfim Netto, havia atingido sua meta de conter a inflação naquele ano ao nível de 12%. Nós tivemos sorte ao descobrir, nos porões do Ministério do Trabalho, em Brasília, as publicações nas quais o IBGE tinha manipulado os números. Foi um trabalho franciscano. Franciscano não, beneditino. Eu e a Annez Andraus Troyano acabamos descobrindo a coisa toda. Quem manipulou os índices foi a turma do Delfim. E aí começou aquela briga. Os trabalhadores foram perdendo continuamente, em termos de política salarial. O movimento estava dividido, porque o Joaquinzão abriu um processo na Justiça Federal, reivindicando a reposição. E o Lula, que estava surgindo como líder sindical, disse: 'Nós não vamos entrar com processo, vamos recuperar os 34,1%, ao longo do tempo, nas nossas campanhas salariais'. Foi um período importante de crescimento do movimento sindical, das primeiras greves em 1978, do novo movimento grevista. E, dentro disso, foram multiplicados os escritórios do Dieese nos Estados. Nossa expansão também se deu em cima disso.¹⁰³

O movimento iniciado em maio de 1978 rapidamente se alastrou por outras fábricas, como a Brown Boveri, em Osasco, e a Caterpillar e Duratex (Deca), em São Paulo, e para outras categorias¹⁰⁴ e regiões do País, numa explosão de greves que perduraria até dezembro daquele ano e se repetiria no ano seguinte.

103 Depoimento concedido ao Museu da Pessoa, 2006. Portal Memória Dieese.

104 Mais de 10 mil jornalistas do Estado de São Paulo foram lesados em 12%, e cerca de 100 mil bancários viram seus salários reajustados 17,8% a menos do que o índice de inflação.

Após quatro dias de seu início as greves foram consideradas ilegais pelo governo. Mesmo assim, o empresariado foi obrigado a negociar os reajustes em cada empresa. Com isto, ficou demonstrada a força das comissões de fábrica, dos delegados sindicais, bem como a capacidade de organização dos operários nos locais de trabalho.

No ano seguinte a onda de greves e manifestações continuou. Segundo o jornalista Osvaldo Bertolino:

“Assistindo à final do campeonato paulista de futebol no estádio do Morumbi entre Corinthians e Ponte Preta, o então presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, Luís Inácio Lula da Silva, teve uma ideia: convocar uma assembleia capaz de lotar um campo de futebol.”¹⁰⁵

A campanha salarial dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema havia começado em fevereiro. Mas a ideia de lotar um estádio foi posta em prática no dia 13 de março de 1979, quando mais de oitenta mil metalúrgicos ocuparam o gramado e as arquibancadas do estádio de Vila Euclides, em São Bernardo, iniciando a greve dos metalúrgicos daquele ano.

A greve, considerada ilegal na madrugada de 22 para 23 de março pelo ministro do Trabalho, Murillo Macedo, foi reprimida pela Polícia Militar, o governo interveio nos sindicatos e os trabalhadores realizaram suas assembleias na Igreja Matriz da cidade.

“Os metalúrgicos contavam com a solidariedade de diversas categorias, da Igreja Católica e de setores da oposição que atuavam legalmente no MDB. O

105 Osvaldo Bertolino, *Paralelo entre as Conclat de 1981 e de 2010*. Portal Vermelho.

fundo de greve dos metalúrgicos, que teria papel fundamental na sustentação da campanha salarial de 1980, nasceu dentro da greve de 1979 com o objetivo de reunir a diretoria afastada, a comissão de negociações e os ativistas sindicais para traçar as diretrizes e dar direção ao movimento.”¹⁰⁶

Antonio Toschi lembra que ele, Clemente e Cláudio Peanho (Peninha) iniciaram suas atividades sindicais no calor destes movimentos. E, embora aqueles jovens metalúrgicos não tivessem experiência sindical, eles iniciaram a gestão já participando de grandes greves.

*Tomamos posse em abril de 1978, e em 1º de junho estava acontecendo a primeira greve em Osasco, na Brown Boveri. Aí teve uma sequência de greves na Cobrasma, na Forjaço etc. A gente acabou comandando, até porque, naquele período, elas nasceram de dentro para fora. Não foram organizadas pelas direções sindicais. Nem em São Paulo, nem em Osasco, nem no ABC. Elas vieram de dentro das fábricas e os Sindicatos assumiram, porque o pessoal que parava, chamava a diretoria do Sindicato, que acabava sendo a porta-voz das reivindicações.*¹⁰⁷

Anistia

Desde 1968, já vinham sendo organizados por todo o País agrupamentos em prol da Anistia. Mas o Comitê Brasileiro pela Anistia, com sede na Associação Brasileira de Imprensa, no Rio de Janeiro, foi criado só em 1978, incentivando a formação de Comitês regionais.

106 Idem.

107 Depoimento CMS, 2012.

Em Osasco, conforme a edição nº 53 do jornal *Visão Trabalhista*, o Comitê foi inaugurado em setembro de 1978 com a seguinte pauta de reivindicações:

“Anistia Ampla e Irrestrita; fim das torturas; libertação dos presos políticos e volta dos cassados, aposentados, banidos, exilados e perseguidos políticos; reconquista do habeas corpus; elucidação da situação dos desaparecidos e apoio aos familiares; fim do tratamento arbitrário e desumano contra presos políticos; revogação da Lei de Segurança Nacional e fim da repressão e das normas punitivas contra a atividade política e apoio às lutas pelas liberdades democráticas.”

Em 1979, a ditadura militar já completava quinze anos. Pouco a pouco, e de forma fragmentada, alguns de seus crimes vinham à tona, e o desgaste sócio-político desestabilizava o regime. Com Figueiredo, eleito em 1979, a transição iniciada por Geisel passou a caminhar mais rapidamente.

O grande marco de seu mandato foi a promulgação da Lei de Anistia (nº 6.683), em 28 de agosto de 1979, que, mesmo parcial, inaugurou um novo momento no Brasil.

Conquistada a duras penas, e com lacunas¹⁰⁸, a Anistia trouxe de volta ao Brasil cerca de cinco mil exilados políticos. Entre eles Leonel Brizola, Miguel Arraes, Luís Carlos Prestes, Maria Augusta Carneiro Ribeiro, João Amazonas, Ricardo Zarattini, Gregório Bezerra, Herbert de Souza (Betinho), José Dirceu, Francisco Julião, Rolando Frati e José Ibrahin.

108 Deixando de fora alguns guerrilheiros e, com uma interpretação errônea da Lei, anistiando também os torturadores.

Sobre seu retorno ao Brasil Ibrahim conta que:

*Quando eu voltei do exílio, em 1979, o Henos Amorina alugou alguns ônibus para levar o pessoal de Osasco para me esperarem no aeroporto e me recepcionar. E ele ainda era presidente do Sindicato.*¹⁰⁹

Santo Dias

Ao mesmo tempo, as greves se espalhavam pelo País. Ao todo, cerca de 3,2 milhões de trabalhadores entram em greve em 1979. De acordo com o site Memória dos Metalúrgicos do ABC¹¹⁰, foram 27 paralisações de metalúrgicos, vinte greves de professores e outras tantas de bancários, médicos, trabalhadores da construção civil e de outras categorias por todo o País.

Em São Paulo e em Guarulhos, a greve dos metalúrgicos por 83% de aumento salarial, deflagrada no dia 28 de outubro de 1979, pouco depois da promulgação da Lei de Anistia, terminou com um episódio trágico¹¹¹.

O movimento se estendeu por alguns dias, mas a polícia invadiu os locais de reunião alugados pelo Sindicato prendendo 130 pessoas do comando de greve. No dia 30 de outubro, o operário Santo Dias, que trabalhava como inspetor de qualidade na metalúrgica Filtros Mann e era membro da oposição sindical metalúrgica, foi atingido pelas costas por um policial, no momento em que tentava apaziguar a situação e negociar a libertação dos companheiros presos¹¹².

109 Depoimento CMS, 2012.

110 ABC de Luta www.abcdeluta.org.br

111 Esta greve dos metalúrgicos de São Paulo foi pano de fundo para o filme *Eles Não Usam Black-Tie*, do diretor Leon Hírzman.

112 Em depoimento prestado à Comissão de Justiça e Paz, outro metalúrgico que estava naquela greve, Luís Carlos Ferreira, afirmou que se tratava de um movimento de piquete, com cerca de cinquenta operários, sem nenhum tipo de violência por parte dos sindicalistas. Ferreira desmentiu

As autoridades procuraram desviar a atenção, mas a triste notícia correu de boca em boca e o protesto dos trabalhadores foi imediato. O cortejo de Santo Dias foi acompanhado por uma multidão de cerca de trinta mil pessoas que tomaram as ruas da capital paulista gritando indignadas: “O povo não tem medo, abaixo Figueiredo!”.

Fim da década de 1970

O ano de 1979 terminou com várias categorias se preparando para as grandes lutas que se avizinhavam. A inflação atingia o mais alto nível desde 1964, chegando a 77,2%¹¹³. No dia 26 de agosto, o “Movimento contra a Carestia” promoveu a “Passeata das Panelas Vazias”, exigindo congelamento dos preços dos gêneros de primeira necessidade, salário mínimo nacional e um abono salarial para todos os trabalhadores. Essas reivindicações constavam de um abaixo-assinado com 1,3 milhão de assinaturas entregue ao presidente da República, general Ernesto Geisel, no ano anterior.

Aquelas históricas manifestações do fim da década de 1970 marcaram o surgimento de novas forças e personagens no movimento sindical e político.

a versão, dada pelos policiais, de que os trabalhadores teriam iniciado o conflito, e reconheceu o soldado Herculano Leonel como o autor do disparo que matou Santo Dias. Em 1982 Herculano foi condenado a seis anos de prisão, mas recorreu e o processo foi arquivado.

113 Dados da Fundação Getúlio Vargas.



Segundo Congresso dos Metalúrgicos de Osasco, 1980



Abaixo assinado na Cobrasma contra o alto custo de vida, em 1979

Foto: Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco



Henos Amorina inaugura a colônia de férias do Sindicato, em Caraguatatuba (SP), 1977

Foto: Museu Dimitri Sensaud de Lavaud



Greve na Meridional, 1978

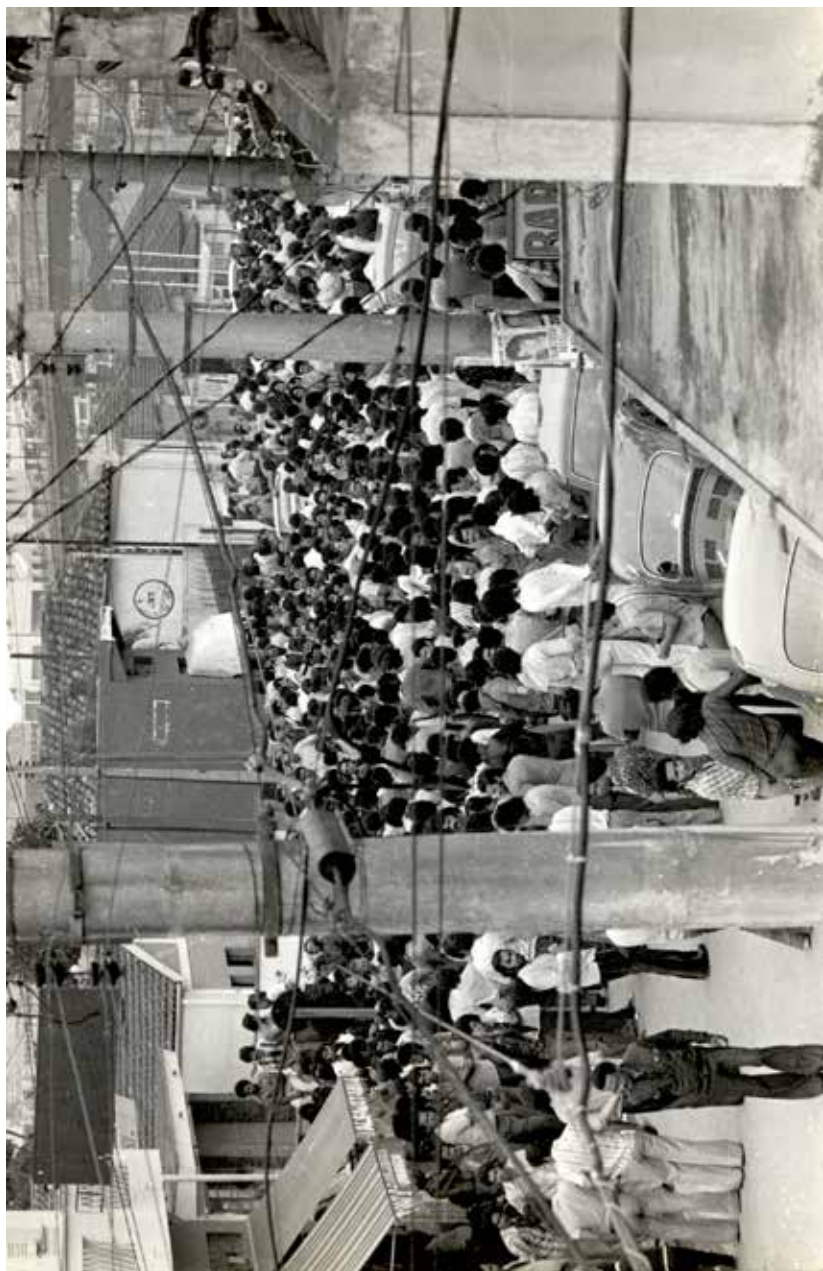


Foto: Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco

Campanha salarial dos Metalúrgicos de Osasco, novembro 1978

Capítulo 5

Saúde e segurança para o TRABALHADOR



Aparício Clemente e Henos Amorina no Primeiro Ciclo de Debates sobre acidentes de trabalho, 1980



Toschi no Terceiro Ciclo de Debates sobre acidentes de trabalho, 1982

Semana de Saúde do Trabalhador

Em 1978, os índices alarmantes de acidentes e o reduzido número de fiscais do Ministério do Trabalho eram preocupantes. A nova geração de diretores do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco acreditava que, entre outras coisas, o Sindicato deveria ser um instrumento de luta dos trabalhadores no combate aos acidentes de trabalho.

Neste contexto, o ano de 1979, considerado marco inicial da luta contemporânea pela saúde e segurança do trabalhador, foi marcado pela 1ª e 2ª Semanas de Saúde do Trabalhador (Semsat).

Segundo Carlos Aparício Clemente:

Em 1979 tínhamos pouquíssimos conhecimentos, mas muita vontade de trabalhar. Na fundição da Ford aqui em Osasco, onde eu trabalhei, por exemplo, as condições eram as piores. Os trabalhadores ficavam expostos e não tinha fiscalização trabalhista. Então, por meio de uma proposta do movimento dos médicos de São Paulo, nos juntamos a outros sindicatos para criar um movimento que deu origem à 1ª Semana de Saúde do Trabalhador no Estado de São Paulo (Semsat), em maio daquele ano.¹¹⁴

A 1ª Semsat, concebida por médicos ligados ao PCB que trabalhavam no departamento de Saúde e Segurança do Trabalho do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, ocorreu entre os dias 14 e 19 de maio, em São Paulo, com a participação de 1.800 trabalhadores, 49 Sindicatos e seis Federações de trabalhadores. O principal tema de discussão foi a silicose¹¹⁵ e as doenças pulmonares causadas

114 Depoimento, CMS, 2012.

115 A silicose é uma forma de pneumoconiose causada pela inalação de finas partículas de sílica cristalina e caracterizada por inflamação e cicatrização em forma de lesões nodulares nos lóbulos superiores do pulmão. Provoca, na sua forma aguda, dificuldades respiratórias, febre e cianose.

por poeira. Nos debates levantou-se a importância das medidas preventivas e, na área metalúrgica, foi denunciada a presença da poeira de sílica nas operações que ocorriam com jatos de areia para polimentos, fundições e rebarbas, entre outras atividades.

No evento foi instituída a Comissão Intersindical Permanente de Saúde do Trabalhador (Cisat), que foi responsável por levar o documento final da Semsat aos ministros da Previdência Social, do Trabalho e da Saúde.

Além disso, naquela semana surgiu a ideia de o movimento sindical criar um departamento para estudar as questões relacionadas à saúde e segurança dos trabalhadores, como um “Dieese da Saúde”.

Outra conquista importante que se deu como desdobramento da 1ª Semsat foi a inclusão da cláusula de estabilidade para o trabalhador vítima de acidente de trabalho na Convenção Coletiva da campanha salarial de 1979. Até aquela época, quando o trabalhador se acidentava era comum, ao voltar do afastamento, ser demitido. O posto, então, ficava com outro trabalhador, que corria risco de ser a próxima vítima¹¹⁶.

Em setembro daquele ano o Sindicato ajudou a organizar a 2ª Semana de Saúde do Trabalhador, que teve cerca de 250 participantes e tratou do tema ruído e outros agentes físicos, além de diversas outras doenças do trabalho. Na 2ª Semsat os sindicalistas voltaram a abordar o projeto de criar um departamento intersindical da saúde do trabalhador.

Esse processo deu origem a uma discussão grande no Sindicato. Clemente conta que:

116 A legislação que prevê estabilidade de apenas um ano ao acidentado de trabalho só chegou 12 anos depois, por meio da Lei 8.213/91.

*Em maio de 1979, a 1ª Semana nos deu fôlego para levar esse debate para a metalurgia, particularmente para as fundições, nas áreas de lixamento de peças e rebarbação e moldagem, coisas dessa natureza, e a segunda Semana, com o problema do ruído.*¹¹⁷

Ciclos de Debates

Desta forma, como a 3ª Semana de Saúde do Trabalhador, prevista para o começo de 1980, não foi realizada, os metalúrgicos de Osasco aproveitaram a data para organizar o 1º Ciclo de Debates sobre Cipas, Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais¹¹⁸, em fevereiro daquele ano. O número de participantes daquele Encontro chegou a quase 1.500 pessoas, ultrapassando a expectativa do Sindicato.

*Não cabia no auditório do Sindicato. Tivemos que pedir emprestado um espaço no Clube Atlético Osasco, que fica na esquina. O evento foi realizado lá.*¹¹⁹

O interesse dos trabalhadores metalúrgicos em relação àquele encontro sobre saúde do trabalhador demonstrou que o Sindicato estava em sintonia com as questões mais caras de seus representados e acertara em investir na área da saúde e segurança do trabalhador.

Com a grande procura pelos encontros o Sindicato decidiu organizá-los de forma descentralizada, nas cidades de Osasco, Cotia, Barueri e Taboão da Serra. Em julho de 1980 o 2º Encontro, mais uma vez, surpreendeu os organizadores:

117 Depoimento, CMS, 2012.

118 O Ciclo de Debates chegou a sua 44ª edição em 2023. E acontece sempre de forma descentralizada, até os dias atuais. Em toda existência, trouxe ideias para fortalecer a prevenção e possibilitou aos metalúrgicos o contato com profissionais de diferentes áreas.

119 Depoimento, CMS, 2012.

Em Cotia tivemos que pedir emprestado o cinema da cidade. Em Taboão da Serra tivemos que pedir a Câmara Municipal. E aqui, lotou de novo o Sindicato. A gente tinha vontade, tinha envolvimento com os trabalhadores e tinha certa estrutura. Então era só pôr um ônibus para levar o pessoal. Fizemos seminários em muitos finais de semana. Se o cara trabalhava até sexta à noite, não tinha problema, o ônibus estaria na porta da fábrica na saída. Quer dizer, nós criamos muita militância. Isto foi bom. Fortaleceu o Sindicato e obrigou quem era dirigente a fazer melhor o que já estava fazendo.¹²⁰

Diesat

O projeto de um “Dieese da Saúde” foi efetivado em agosto de 1980, com a fundação do Departamento Intersindical de Estudos e Pesquisas de Saúde e dos Ambientes de Trabalho (Diesat).

O Diesat, criado com base no objetivo de assessorar os Sindicatos na luta pela melhoria das condições de trabalho, assumiu a tarefa de organizar as semanas de saúde do trabalhador e fortaleceu a ação intersindical pela saúde dos trabalhadores brasileiros.

No início, o Departamento levantou as principais doenças que acometiam os trabalhadores e documentou as contaminações, especialmente por benzeno e mercúrio, mutilações por injetoras, prensas e outras máquinas entre os trabalhadores do setor plástico e metalúrgico; o problema da silicose, que impulsionou a 1ª Semsat; mortes causadas por queda, soterramento e choques elétricos na construção civil, além de diversos outros agravos à saúde.

Ao longo da década de 1980 o Diesat analisou os reflexos da crise econômica na saúde do trabalhador e relacionou o cansaço físico e

120 Clemente, depoimento CMS 2012.

mental, nervosismo e tensão ao medo do desemprego. Segundo a entidade tal situação propiciava a dependência de bebidas alcóolicas e gerava conflitos familiares, ampliando os riscos de acidentes no trabalho.

Com o passar dos anos o Diesat cresceu, abriu escritórios regionais no Rio de Janeiro, Salvador e Mato Grosso do Sul e assumiu novas lutas como: atuação contra trabalho escravo e infantil, igualdade para as mulheres, a verificação das consequências dos agrotóxicos na saúde dos agricultores e a questão da Aids no trabalho, entre outras demandas.

Uma das principais causas abraçadas pelo Diesat, desde a década de 1980, foi a luta pelo banimento do amianto¹²¹, cujo manuseio provoca doença pulmonar irreversível, conhecida como asbestose. As pressões do movimento sindical forçaram a adoção de uma lei sobre uso desta substância, que obriga fornecedores e fabricantes a rotularem produtos com informações e instruções de uso.

Desde a criação do Diesat, em agosto de 1980, até abril de 2023, o Sindicato nunca esteve ausente em nenhuma de suas direções.

Boletim Oi – Operário Inteiro

Conforme crescia no Sindicato o setor que tratava das questões da segurança do trabalhador, mais se impunha a necessidade de uma ferramenta de informação que pudesse chegar diretamente aos trabalhadores e, especialmente, às Comissões Internas de Prevenção de Acidentes, Cipas. Sindicalistas propuseram, no 2º Ciclo de Debates, a criação de cartilhas, jornais, cadernos de estudo e livros sobre os temas que eram tratados.

121 Designação comercial genérica para a variedade fibrosa de sais minerais metamórficos de ocorrência natural e utilizados em vários produtos comerciais. As fibras podem ser facilmente inaladas ou engolidas, podendo causar graves problemas de saúde. Sua inalação prolongada pode provocar doenças graves incluindo câncer de pulmão, mesotelioma e asbestose.

A principal destas mídias foi o boletim *Oi – Operário Inteiro*, que nasceu em agosto de 1981, com oito páginas e uma tiragem de 2.500 exemplares. Na segunda edição a tiragem subiu para quatro mil exemplares e, mais tarde, chegou a alcançar dez mil informativos. O *Oi* circulou até março de 1995 e teve um total de 59 edições.

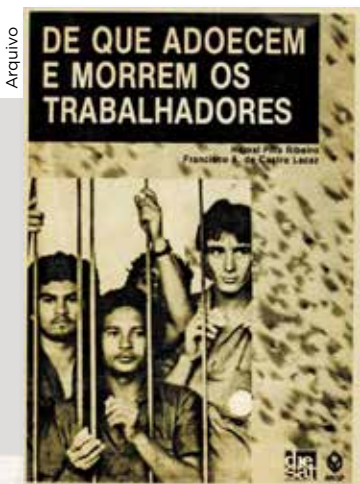
Sobre o fim da publicação do boletim Clemente explica que:

O fim oficial do Oi impresso se deu porque muitas empresas estavam sabotando informação e ele não chegava à maioria dos membros da Cipa. A ideia era que ele chegasse na hora da reunião da Cipa e fosse distribuído. Mas isso não estava ocorrendo. E nós já tínhamos um jornal que chegava com confiança em todas as fábricas. Paramos aquele sistema duvidoso e implantamos um em que a informação era entregue na porta de fábrica de maneira segura. Houve uma troca de modo que, para o trabalhador, não houve perda. A maior perda foi para a história do Sindicato, não para os trabalhadores. O fim do Oi foi em um momento que o Sindicato iniciou outros tipos de publicação que, até então, nem imaginávamos realizar, como O Ambiente de Trabalho e suas Vítimas, publicado em 1995, e outras várias. Nós conseguimos com que a Fundacentro fizesse algumas publicações. Eu pessoalmente acho que o Oi, simples do jeito que era, atingia muito mais a massa. Mas isto faz parte da história. Hoje nós temos um Sindicato mais moderno, no qual o Oi assume uma forma eletrônica.

Em 2011, o informativo renasceu em formato eletrônico, voltado não só para os cipeiros, mas para o público em geral, interessado em saúde e segurança. No ano seguinte ele ganhou um site próprio (www.sindmetal.org.br/revista) e voltou a ser impresso e entregue aos cipeiros até 2015.

Uma História sem Heróis

Documentos e registros das lutas, riscos, desafios, sofrimentos, avanços e vigilância pela garantia de saúde e segurança do trabalhador foram cuidadosamente reunidos pelo Sindicato no livro *Uma história sem heróis – Registros da luta por saúde e segurança dos trabalhadores*, lançado em agosto de 2011. A vasta documentação que compõe a publicação só foi possível graças ao zelo do Sindicato com o material sobre o assunto. A organização é de, Carlos Aparício Clemente que, junto com o presidente do Sindicato (desde de 2021), Gilberto Almazan, idealizou a obra.



Arquivo

Primeiro livro publicado pelo Diesat, em 1984

Quinto Ciclo de Debates, 1984

Foto: Museu Dimitri Sensaud de Lavaud





Charges de Laerte e exemplar de Boletim Oi, Operário Inteiro, 1983



Capítulo 6

SOB O IMPACTO DAS GREVES

Foto: Iugo Koyama



Henos Amorina, Luiz Inácio Lula da Silva e Jacó Bittar, em assembleia na greve dos Metalúrgicos de São Bernardo, em março de 1979

Foto: Cedem



Assembleia no Sindicato, em outubro de 1979

Em 13 de outubro de 1978, o presidente Ernesto Geisel revogou o AI-5 e todos os atos institucionais e complementares que iam contra a Constituição Federal¹²². Ao final de seu mandato, em 15 de março de 1979, a situação era de relativa distensão e de reorganização das oposições políticas.

Com isto ele conseguiu fazer seu sucessor João Batista Figueiredo, o último general-presidente. Figueiredo substituiu Geisel em meio à crescente onda de reivindicações trabalhistas e jurou “fazer do País uma democracia”.

No cenário nacional, até então dominado pelo bipartidarismo, partidos que estavam na clandestinidade começaram a ser reconstruídos, muitos sob novas siglas. Além disso, a partir das mobilizações contra a ditadura, também foram criados novos partidos.

Em 1979, houve a reconstrução do antigo Partido Trabalhista Brasileiro, PTB, partido de Leonel Brizola, de João Goulart e de Getúlio Vargas, sob a sigla Partido Democrático Trabalhista (PDT).

Liderados por Brizola, ainda no exílio, aquele movimento trabalhista perdeu a antiga sigla para a sobrinha de Getúlio, Ivete Vargas¹²³. Para reorganizar o partido sob nova sigla, políticos e intelectuais de esquerda realizaram o “Encontro dos Trabalhistas do Brasil com Trabalhistas no Exílio”, na cidade de Lisboa, Portugal. Em 17 de junho de 1979, aquele grupo assinou a Carta de Lisboa, considerada ponto de partida da história do PDT. Em um de seus trechos se lê:

122 Através de uma emenda constitucional que entrou em vigor em 1º de janeiro de 1979.

123 Após disputas judiciais o TSE concedeu a legenda à Ivete Vargas, sobrinha-neta de Getúlio Vargas, que também reivindicava o controle da legenda. Mas o grupo de Ivete era formado por políticos conservadores que não tinham identidade com os ideais históricos do partido. Esta disputa em torno da legenda foi cercada pela suspeita de manipulação por parte de Golbery do Couto e Silva, o grande teórico do golpe de 1964, que visava enfraquecer o grupo liderado por Leonel Brizola.

“Analisando a conjuntura brasileira, concluímos pela necessidade de assumirmos a responsabilidade que exige o momento histórico e de convocarmos as forças comprometidas com os interesses dos oprimidos, dos marginalizados, de todos os trabalhadores brasileiros, para que nos somemos na tarefa da construção de um Partido Popular, Nacional e Democrático, o nosso PTB. Tarefa que não se improvisa, que não se impõe por decisão de minorias, mas que nasce do encontro do povo organizado com a iniciativa dos líderes identificados com a causa popular. Nós, trabalhistas, assumimos a responsabilidade desta convocatória, porque acreditamos que só através de um amplo debate, com a participação de todos, poderemos encontrar nosso caminho para a construção no Brasil de uma sociedade socialista, fraterna e solidária, em Democracia e em Liberdade.”

Em Osasco, com o fim do bipartidarismo iniciou-se uma série de ramificações e articulações político-partidárias. Guaçu Piteri assumiu a bandeira do trabalhismo tornando-se um dos primeiros articuladores do PDT de Brizola em São Paulo, enquanto lideranças sindicais dedicaram-se ao processo de construção de um novo partido.

O Partido dos Trabalhadores

Além da reorganização de antigos partidos de esquerda, um novo partido se formaria no seio do movimento grevista iniciado de 1978. E sua criação implicaria diretamente nos rumos do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco e Região: o Partido dos Trabalhadores (PT).

A discussão sobre a criação do partido ganhou força no 9º Congresso Estadual dos Metalúrgicos, em Lins (SP), em janeiro de

1979, e no 10º Congresso Nacional dos Metalúrgicos, em Poços de Caldas (MG), em junho de 1979.

Em depoimento reproduzido na tese de Orlando Miranda, Henos conta que, no Congresso de Poços de Caldas, Maluli Neto, Sebastião de Paula Bueno, Argeu Egídio dos Santos e Joaquim dos Santos Andrade defenderam apoiar os partidos e organizações já existentes, enquanto Henos, Lula, Jacó Bitar, Benevides e Olívio Dutra defendiam a criação de um partido porque “*a pessoa que iria representar os trabalhadores teria de ser alguém de origem operária*”.¹²⁴

Mas os demais diretores do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco e Região, que no início aceitaram bem o projeto com o qual Henos se envolvera, deixaram de investir nesta ideia a partir de meados de 1979. Isto porque, após diversos debates, concluíram que a ação sindical deveria ser independente da ação partidária. Segundo Carlos Aparício Clemente:

*Resolvemos que nenhum partido seria apoiado pelo Sindicato e que o Sindicato não seria instrumento de partido.*¹²⁵

Fundado em 10 de fevereiro de 1980, em São Paulo, o PT resultou das greves de 1978 e 1979, rejeitando, desde sua origem, as antigas lideranças do sindicalismo, e colocando-se como alternativa ao Partido Comunista Brasileiro e ao Partido Comunista do Brasil.

Força Operária

No Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco e Região, a criação do PT foi decisiva para a última gestão do metalúrgico Henos Amorina.

124 Miranda, 1987: 286.

125 Depoimento de Carlos Aparício Clemente, citado por Miranda, 1987: 288.

Orlando Miranda¹²⁶ explica que, em meados de 1980, o Partido dos Trabalhadores contava com três alas em Osasco: a de Henos Amorina, membro da comissão organizadora nacional, mas considerado pelego pelos mais radicais; a de José Ibrahin, que perdera espaço e identidade entre os sindicalistas da região após ter passado dez anos no exílio; e a de José Pedro, com quem se integraram os dois grupos anteriores.

Como a nova geração de lideranças de metalúrgicos osasquenses optou por se manter independente da política partidária, na assembleia que formou a comissão organizadora do 2º Congresso dos Metalúrgicos de Osasco, Henos Amorina se isolou da diretoria, aproximando-se de José Pedro.

Desde a formação da chapa, em 1977, Henos afirmara que aquela seria a última vez que participaria da direção do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco. E se nos quatro anos que se seguiram ele aventou mudar de ideia tal intenção foi logo inviabilizada pelo conflito instaurado entre ele e os demais membros da diretoria.

O desgaste piorou quando, durante um período de ausência de Henos, que estava em uma viagem ao Oriente Médio substituindo Luiz Inácio Lula da Silva pelo Partido dos Trabalhadores, em abril de 1980, surgiu no Sindicato a ideia de lançar o então secretário-geral Antonio Toschi para a Presidência do Sindicato.

Ao retornar do Oriente Médio, Henos tomou aquela ideia como uma “puxada de tapete”. E, no 2º Congresso, nos dias 20 e 21 de setembro de 1980, em Taboão da Serra, aderiu à oposição, pondo fim a qualquer possibilidade de conversa sobre composição eleitoral.

Orlando Miranda conta que:

126 Miranda, 1987: 293.

Em setembro de 1980 Henos afastou-se para realizar uma cirurgia. Em três reuniões consecutivas, presidida por Reinaldo Sanches¹²⁷, a diretoria articulou toda a mobilização para a campanha salarial, pautou e arquivou o assunto Partido dos Trabalhadores, assumindo o lema de que Sindicato não é partido. (...) A tomada de posição oficial da diretoria significou um sério golpe para Henos. Sem o apoio de seu próprio Sindicato sua posição enfraqueceu sensivelmente dentro do partido.¹²⁸

No Congresso de 1980, os sindicalistas recém-chegados ganharam corpo e liderança, projetando na prática o sentido do nome que a chapa que os elegeu viria a ganhar: Força Operária. Toschi lembra que:

Nós articulamos, fomos simpáticos, fizemos milagres. Foi um momento em que sentimos a nossa força. Tanto que foi com base nisso que escolhemos, naquele Congresso, o nome Força Operária. Este nome havia sido escolhido pela chapa de oposição. Mas, como nós publicamos um material com o nome "Força Operária", eles tiveram que mudar para 'Esperança Operária', que tinha muito mais a ver com eles.¹²⁹

Nas eleições de 1981, Henos Amorina apoiou, junto com José Ibrahim, a chapa encabeçada por José Pedro.

Antonio Toschi, entretanto, lembra que a chapa Força Operária ganhou a eleição com tranquilidade. E que sua posse foi a maior que o Sindicato já viu:

127 Vice-presidente do Sindicato.

128 Miranda, 1987: 296.

129 Antonio Toschi, depoimento 1993.

*Nós levamos doze mil pessoas para a posse da direção de 1981. Foi a maior que o Sindicato já fez. Eu, que tinha passado dois dias escrevendo meu primeiro discurso, na hora esqueci e acabei falando de improviso. Nossas bandeiras eram: liberdade sindical, autonomia, direito de greve, desemprego, jornada de trabalho de quarenta horas semanais, comissões de fábrica, daí por diante.*¹³⁰

Aquelas eleições marcaram o início de uma nova era no Sindicato.

O perfil dos sindicalistas da Força Operária formava-se a partir das demandas que a base impunha. Eles negavam qualquer influência de Amorina na maneira de fazer sindicalismo, chegando até mesmo a alegar, algumas vezes, que o presidente negligenciou a transmissão de seu conhecimento.

Isto porque, enquanto Toschi, Clemente, Peninha e os demais estavam ligados a uma visão do sindicalismo a partir do chão de fábrica, Henos, desde 1969, estava envolvido com questões de caráter nacional e com a construção do PT. Sua ambição era levar a política para dentro do Sindicato, a exemplo dos Metalúrgicos de São Bernardo. Mas sua diretoria não lhe dera o suporte necessário. Daí, então, a falta de diálogo e o conseqüente desgaste.

Henos Amorina deixaria a ação sindical queixoso de seus companheiros, em uma época em que o perfil dos trabalhadores engajados nas lutas sociais se transformava. Naquele momento, os ânimos alimentados pelas grandes e abrangentes lutas políticas davam lugar a preocupações mais específicas do dia a dia do operariado. Henos saiu do Sindicato, mas deixou sua marca: uma trajetória percorrida entre os anos de 1965 e 1981, fundamental para o desenvolvimento do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco e Região.

130 Antonio Toschi, depoimento 1986.

E, além disso, o saldo da gestão 1978/1981 foi animador, contabilizando a realização do 1º e do 2º Congresso dos Metalúrgicos de Osasco, a criação das subseções e extensão dos serviços a Cotia e Taboão da Serra; bons resultados em campanhas salariais e greves, sobretudo em julho e agosto de 1978; modernização na estrutura e na organização do Sindicato; participação na criação das Semsats e do Diesat; criação dos seminários e ciclos de debates sobre saúde e segurança no trabalho e, enfim, um grande avanço na retomada da atuação política da entidade, expressa, sobretudo, na participação das greves pela reposição salarial a partir de 1978 e na campanha pela Anistia.

Nas palavras de Orlando Miranda:

*Ao término de sua gestão, Henos deixaria um Sindicato forte, modernizado e participativo, com um grande patrimônio e prestígio junto à categoria.*¹³¹

Aparício Clemente comenta sobre esta transição:

Nós realizamos as duas Semanas de Saúde do Trabalhador e criamos os Ciclos de Debates sobre Cipas, acidentes de trabalho e doenças profissionais junto com o Henos. Abriamos seminários para os trabalhadores entenderem o que é o Sindicato. Isto reforçou nossa categoria. Mas, quando houve a eleição, o Henos quis recompor com o grupo que estava vindo naquele momento e nós batemos chapa. Montamos uma chapa com o Antônio Toschi, que era secretário-geral e estava despontando no movimento. Tínhamos a maioria absoluta da diretoria. Então foi o primeiro e último mandato com ele. Nossa chapa era chamada Força Operária, e tínhamos uma visão muito clara do papel dos sindicatos.

131 Miranda, 1987: 300.

*Não queríamos que houvesse no Sindicato uma ligação com a política partidária. E crescemos muito com esta linha de ação. O Henos, entretanto, foi um bom presidente. Ele deixou uma marca na história do Sindicato. Ninguém fez nada contra ele. A partir daquela eleição de 1981 o Sindicato se abriu ainda mais. Isto já vinha acontecendo com o Henos e nós mantivemos boa parte de suas ideias. O Toschi, que era mecânico de manutenção da Cimaf, depois da Braseixos, era um cara muito inteligente e inovador. Ele agregou a maior parte da diretoria que estava com o Henos, mas também incentivou a formação de novos quadros. Esse momento de transição entre Henos e Toschi foi muito rico. Foi um dos momentos em que nós mais crescemos.*¹³²

A composição da chapa para direção de 1981 trazia pela primeira vez o metalúrgico Cláudio Magrão de Camargo Crê, funcionário da Cobrasma desde outubro de 1978. Magrão recorda-se que:

*Na época tinha aproximadamente doze mil trabalhadores e uma militância muito intensa na Cobrasma. Havia muitos dirigentes sindicais lá dentro. Disseram-me para entrar na Cipa para não me mandarem embora. Eu não tinha função nenhuma, não era dirigente sindical nem nada. Resolvi então me candidatar para a Cipa. Havia lá uma maquininha de escrever que usamos para criar um mosquitinho com os dizeres: 'Vote no Magrão para melhores condições!'. Saí distribuindo e o resultado foi que juntando os votos de todos os 68 trabalhadores que tinham se candidatado não dava a metade dos votos que eu tive. Uma votação maravilhosa. Com isso o pessoal do Sindicato me chamou para compor a chapa.*¹³³

132 Depoimento Clemente, CMS, 2012.

133 Depoimento Cláudio Magrão, CMS, 2012.

Conclat

O ano de 1981 começou sob o impacto das greves de 1980. Por todo o País, intensificava-se a mobilização contra a crise econômica. No dia 29 de maio de 1981, no “Movimento Contra a Carestia”, sindicatos e outras entidades sociais lançaram uma campanha para impedir os aumentos dos preços dos alimentos por um período mínimo de doze meses¹³⁴.

No movimento sindical, a preparação da 1ª Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras (Conclat) dava o tom das discussões.

A concepção da Conclat remete, mais uma vez, ao ano de 1977¹³⁵, quando o eletricitário Hugo Perez, então presidente do Dieese, reivindicou para os trabalhadores o direito de fazer um congresso nacional. Isto porque os patrões tinham acabado de realizar o Conclap – Congresso Nacional da Classe Produtora. Hugo Perez conta:

Assim nasceu a ideia do Congresso Nacional das Classes Trabalhadoras – Conclat. Eu não tinha ideia do que tinha feito. A imprensa caiu em cima, querendo saber quando ia sair esse tal de Congresso da Classe Trabalhadora. O repórter Julinho de Grammont, da Rádio e TV Bandeirantes, me perguntou: ‘Vamos realizar a Conclap?’ Eu perguntei: ‘O que é Conclap, Julinho?’ Ele disse: ‘É o Congresso da Classe Produtora’. Falei: ‘Não, esse nome não dá’. Mas aí surgiu a ideia da Conclat, Conferência Nacional da Classe Trabalhadora.

O governo ainda tentou impedir, mas entre 1977 e 1981 o debate sobre a realização da Conclat se espalhou entre os sindicalistas, e

134 No ano, a inflação ultrapassou os 120%, contra um reajuste salarial de apenas 95%.

135 Mesmo ano em que o Dieese descobriu a manipulação dos índices oficiais da inflação de 1973.

não havia mais nada que o governo pudesse fazer para impedir. Segundo Hugo:

*Em 1981 o Lula me falou: 'Ou a gente faz a Conclat ou então para de falar disso!' Porque tanto as oposições quanto as direções sindicais já estavam se valendo da realização da Conferência como uma bandeira para se promover. Foi então que, em uma reunião no Sindicato dos Químicos de São Paulo, decidimos fazer uma grande reunião para eleição das comissões que realizariam a Conferência. Nos organizamos assim. E a Conclat foi realizada nos dias 21, 22 e 23 de agosto de 1981 na colônia de férias do Sindicato dos Têxteis de São Paulo, na Praia Grande (SP). Muitos companheiros, com receio da ditadura, não quiseram ceder a colônia para a gente fazer a Conferência. E nós, que estávamos preparados para 2.500 delegados, recebemos 5.036. Mas Deus não é só brasileiro, também é sindicalista! Naquele agosto fez muito calor, e aqueles que não tinham acomodações dormiram na praia. Grande momento! Grande!*¹³⁶

No evento foi aprovada a data de 1º de outubro como o “Dia Nacional de Protesto”, no qual as reivindicações levantadas na Conclat seriam entregues ao governo. O manifesto ampliou o leque das reivindicações propostas em janeiro do ano anterior, acrescentando a elas itens como o fim da redução de benefícios da Previdência Social e o direito à moradia, e reforçando a luta pela liberdade e autonomia sindicais e liberdades democráticas.

Foi ali que aqueles sindicalistas decidiram constituir uma central sindical, que congregasse todas as entidades sindicais. Para isso, foi eleita a chamada Comissão Pró-CUT, e o Congresso para a fundação da central sindical foi marcado para 1982.

136 Em depoimento ao Museu da Pessoa em 2006, por ocasião do cinquenta anos do Dieese.

O Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco também participou da Conclat. Antonio Toschi relata que:

Quando realizamos o 1º Conclat, ficou claro que havia divisões no movimento para além da luta contra a ditadura.

Esta divisão ficou explícita logo na formação da Comissão Nacional Pró-CUT, na Conclat e na organização do Congresso que seria realizado em 1982.

Mas o ano de 1982 foi um ano eleitoral e, pela primeira vez desde 1964, os brasileiros foram chamados a eleger os governadores dos Estados num pleito que envolveu cerca de sessenta milhões de eleitores. O Congresso foi adiado para 1983 porque muitos participantes da Conclat foram candidatos a deputado.

Em Osasco, Humberto Carlos Parro, bancário e ex-funcionário do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco, foi eleito e assumiu o cargo de prefeito em 31 de janeiro de 1983, em meio à recessão econômica.

21 de julho de 1983

Entre a 1ª Conclat e o Congresso que fundou a CUT, os trabalhadores viveriam um intenso processo de reivindicações que culminou com a maior greve geral desde o golpe.

As profundas mudanças que ocorriam no Brasil refletiam um contexto internacional marcado pela eleição do presidente norte-americano Ronald Reagan (1981) que, de mãos dadas com a primeira ministra britânica, Margareth Thatcher, orquestrou uma política econômica internacional calcada no estado mínimo e na austeridade fiscal.

Pressionada pelos encargos da dívida externa, a economia brasilei-

ra entrou em colapso, fazendo o governo recorrer aos empréstimos do Fundo Monetário Internacional (FMI), que impôs severas condições para efetuar a transação. Subordinado ao FMI, o governo teve de mudar as regras para a política salarial, ajustando os vencimentos abaixo da inflação e para os gastos do governo, minimizando os investimentos na área social.

A elevação do desemprego e do custo de vida foram consequências imediatas. E a imposição de uma série de decretos pioraria ainda mais a vida dos trabalhadores.

O primeiro deles foi o Decreto-lei nº 2.012, de 25 de janeiro de 1983, sobre a política salarial. O segundo, de 30 de maio de 1983, Decreto 2.025, que eliminava benefícios e direitos dos empregados das estatais e do funcionalismo público, levou os trabalhadores a aprovarem, no dia 16 de junho, o estado de greve.

O governo chegou a recuar, mas treze dias depois o presidente Figueiredo assinou um novo Decreto, o 2.036, que retirou do funcionalismo direitos como abono de férias, promoções, auxílios alimentação e transporte, salário adicional anual e a participação nos lucros.

Manifestações contra as medidas do governo se espalhavam pelo País. Mas, mesmo assim, o famigerado Decreto 2.045 foi anunciado em 14 de julho de 1983. O 2.045 arrouchou ainda mais os salários e atingiu os aluguéis e o Sistema Financeiro da Habitação (SFH).

Seguiu-se daí uma grande mobilização entre os trabalhadores, que se prepararam para a greve. O Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo distribuiu um milhão de panfletos convocando os trabalhadores para a paralisação, e a Comissão Pró-CUT do Estado de São Paulo anunciou a distribuição de 1,2 milhão de comunicados com uma ampla pauta de reivindicações.

Uma semana depois da decretação do 2.045, dia 21 de julho de 1983, uma quinta-feira, cerca de três milhões de trabalhadores de diversas categorias e Estados paralisaram suas atividades na maior greve geral ocorrida durante o regime militar.

Aquele dia amanheceu como um feriado. A adesão de 255 motoristas e cobradores de ônibus reforçou o clima de paralisação que dominava a cidade de São Paulo. E a cavalaria da Polícia Militar, que tomou o centro da cidade, promoveu uma intensa repressão, com mais de oitocentas prisões.

Apesar disso, os trabalhadores conseguiram derrubar os Decretos 2.036 e 2.045, e todo esse processo de lutas contra os decretos levou a um expressivo aumento da participação dos trabalhadores nas assembleias sindicais.

Na revista do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo de outubro de 1983¹³⁷, Toschi enfatiza o caráter político da luta e a importância da unidade sindical que se verificou na greve geral de 21 de julho:

A campanha salarial dos trabalhadores metalúrgicos de São Paulo, Guarulhos e Osasco se dá em um momento decisivo para todos os trabalhadores do País. No momento em que é preciso muita unidade para lutar contra a política econômica do governo, que está atacando frontalmente os direitos da classe trabalhadora. Diante disso, nossa proposta é: luta e unidade. É preciso ressaltar que esse esforço conjunto não é apenas por causa da campanha salarial. Embora esta seja fundamental, não é somente no período de dissídio coletivo que os sindicatos devem mobilizar-se para garantir os direitos dos trabalha-

137 2ª edição, ano 1.

dores. Pelo contrário: se os Sindicatos dos Metalúrgicos de São Paulo, Guarulhos e Osasco estivessem mobilizados apenas para a campanha salarial, seria muito difícil mostrar a unidade atualmente consolidada. A participação na greve do dia 21, a mobilização para combater os Decretos-lei do arrocho e a luta pela democracia permitem que estejamos firmes e unidos nesta campanha salarial contra o arrocho. Da luta conjunta nasceu nossa unidade, na nossa unidade nascerá nossa vitória.

Central Única dos Trabalhadores

Na construção do Congresso de 1983, previsto na Conclat, a visão em torno de duas propostas sobre a criação de uma central sindical dividiu o movimento.

Uma delas propunha a filiação à incipiente central de qualquer organização sindical, inclusive as oposições sindicais. A outra proposta defendia que somente as entidades regulamentadas deveriam ser filiadas. Tratou-se, em suma, de um embate entre unidade (que pressupõe a criação de um sindicato por base territorial, uma federação por Estado e uma confederação nacional) e pluralidade sindical.

A Central Única dos Trabalhadores (CUT) foi, então, fundada no 1º Congresso da Classe Trabalhadora, ocorrido em agosto de 1983, por sindicalistas ligados à Igreja Católica (Pastoral Operária) e aos grupos de esquerda do PT. Outros grupos, ligados ao PCB, PCdoB, MR8 e alguns grupos conservadores de federações e confederações ficaram de fora, vindo a construir a CGT, em 1986, a Força Sindical, em 1991, e as demais Centrais Sindicais que surgiram ao longo dos anos.

Metalclube: a construção de um sonho

Em fevereiro de 1983, o jornal *Visão Trabalhista* anunciava “mais uma conquista importante” para a categoria metalúrgica: um terreno de 22 mil m², cedido para o Sindicato pela prefeitura de Humberto Carlos Parro (PMDB), no Jardim Rochdale, bairro tipicamente operário.

E o destino deste terreno seria a construção do Metalclube, um centro recreativo e social com piscinas e quadras esportivas polivalentes. Até então, os sócios só contavam com a colônia de férias em Caraguatatuba, inaugurada em 10 de setembro de 1978.

O Metalclube foi inaugurado após dois anos de obras, em 1985, oferecendo aos associados um complexo aquático, com piscinas externas.

Em 1989 o *Visão Trabalhista* registrou que o Metalclube, que já atendia cerca de mil pessoas, ganhava quadras e churrasqueiras.

No final daquele ano, a diretoria já dava início à construção do prédio onde funcionaria a Escola Sindical. Também anunciava o plano de construir um campo de bocha.

Naquela época, o clube atendia de quarta a domingo, das 9 às 18 horas. Esse atendimento aumentou muito, tornando-se diário, das 6 às 22 horas.

Em 1992, o Metalclube já apresentava um conjunto de prédios contendo salão de festas, quadras, ginásio, piscina externa, passando a sediar campeonatos e torneios de Futebol Society, que ocorrem até hoje, o concurso de beleza Garota Metalúrgica (sucesso da década de 1990), além de amplo espaço de formação e de confraternização.

A piscina interna aquecida foi inaugurada em 2007. A água, tratada com ozônio, possui aquecimento solar, já que a sustentabilidade

de é uma preocupação permanente do Sindicato e do Metalclube. Naquele ano, os sócios também ganharam novas quadras com gramados sintéticos que substituíram as antigas quadras de areia. A academia a cada ano ganha novos equipamentos, o que, junto com uma equipe “fera”, faz dela uma das melhores da região.

Passados tantos anos, o Clube cada vez mais é também uma referência para as atividades de lazer dos metalúrgicos e da comunidade.

Sindicato reforça as Convenções Coletivas

O desemprego que se abateu sobre o País no início da década de 1980 foi a principal dificuldade enfrentada pela diretoria eleita em 1981. O número de metalúrgicos caiu de 42 mil para 31 mil em menos de um ano. E a perda seria maior não fosse as lutas travadas pelo Sindicato.

Sindicalistas históricos, como José Pedro da Silva, deixariam a base metalúrgica nesta leva de desemprego e permaneceriam fora dela por cinco anos, levando consigo a oposição sindical.

A crise econômica colocou-se como um grande desafio para o Sindicato nas gestões de 1981 e de 1984, obrigando a diretoria a reduzir gastos gerais e desacelerar alguns programas.

Por outro lado, o Sindicato reforçou a inserção de demandas específicas dos trabalhadores nas Convenções Coletivas. Segundo Toschi:

Até 1978 não tinha negociação, as decisões eram todas tomadas em dissídio coletivo, então quem mandava nas Convenções eram os juizes. Se chega ao tribunal, o juiz não pode dar nada além da lei. A partir do momento que se iniciou o processo de negociação, nós saímos de cerca

*de treze a quinze itens numa Convenção, para mais de cem. Ultrapassou a barreira das cem cláusulas, que eram alterações da lei para melhor.*¹³⁸

Redução de Jornada de Trabalho

Uma das principais reivindicações dos trabalhadores metalúrgicos tratava da redução de jornada de trabalho, sem redução de salário. A partir de abril de 1985, os Sindicatos dos Metalúrgicos de São Paulo, de Guarulhos e de Osasco, que celebravam a mesma Convenção Coletiva, passaram a negociar esta pauta com cada empresa.

Neste trabalho conjunto os metalúrgicos não só conseguiram a redução de 48 para 44 horas semanais, conquista sacramentada na Convenção Coletiva da categoria a partir de 1985, como também serviram de exemplo para a extensão deste benefício para todos os trabalhadores brasileiros, contemplado na Constituição de 1988.

O assunto da redução da jornada é abordado no livro sobre os 20 anos da Força Sindical através dos depoimentos do presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e da Força Sindical, Miguel Torres, e do deputado federal Paulo Pereira da Silva.

Segundo Miguel:

Esta é uma bandeira que está fincada desde 1988. Antes disto, os grandes sindicatos já trabalhavam com 44 horas. Os Sindicatos dos Metalúrgicos foram os primeiros a conquistar as 44 horas como Convenção Coletiva, em 1985. E, na Constituição de 88, conseguimos a redução de 48 para 44 horas semanais para todos os trabalhadores.

138 Depoimento Antônio Toschi, CMS, 2012.



Toschi e Clemente em protesto Brás Cubas, 1982



Assembleia na Trufil, em Cotia, 1984

Foto: Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco



Foto: Museu Dimitri Sensaud de Lavaud



Posse da direção do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco, abril de 1981

Antonio Toschi e Henos Amorina na transição para a direção do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco, abril de 1981



1ª Conferência Nacional da Classe Trabalhadora
21 a 23 de agosto 81 - Praia Grande - SP

Trabalhadores de diversos lugares do país na primeira Conclat, em 1981.
Foto: Ennio Brauns

Capítulo 7

Redemocratização BRASILEIRA



Acima, greve na Cobrasma, 1986;
abaixo, Sindicato na campanha pela Constituinte, em Brasília, 1987

Fotos: Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco



As eleições de 1982 foram um grande teste para a ditadura militar. Apesar de ter garantido a maioria dos governos estaduais e das cadeiras no Senado, o Partido Democrático Social (PDS, antiga Arena) perdeu a maioria na Câmara dos Deputados.

Além disso, o clamor popular por eleições diretas para a Presidência da República pressionava cada vez mais o governo pelo fim da ditadura militar.

O retorno da democracia, nos âmbitos político e eleitoral, começava a despontar no horizonte por meio de atitudes como as do deputado federal do PMDB, Dante de Oliveira. Empossado em 1º de fevereiro de 1983, ele empenhou-se em coletar as assinaturas para apresentar, em março daquele ano, o projeto de emenda constitucional que estabelecia eleições diretas.

A expectativa em torno da votação da proposta da Emenda Constitucional Dante de Oliveira pelo Congresso instigou o povo brasileiro, levando multidões às ruas, no ano de 1984, em um movimento chamado Diretas Já.

O general Figueiredo tentou reprimir os protestos que pipocavam pelo País taxando-os de subversivos, reforçando a censura sobre a imprensa e valendo-se da violência policial. Mas ele não pôde se impor sobre a massa que saía às ruas.

Em Osasco, o comício pelas Diretas ocorreu no dia 19 de fevereiro, com cerca de 25 mil pessoas.

O maior de todos os comícios, não apenas deste movimento, mas da história de nosso País, no entanto, ocorreu no dia 16 de abril de 1984, no centro da cidade de São Paulo, levando 1,5 milhão a pedirem em uma só voz as eleições diretas para a Presidência da República.

O ato foi liderado pelos políticos Ulysses Guimarães, Tancredo Neves, Franco Montoro, Leonel Brizola, Fernando Henrique Cardoso, João Amazonas, Dante de Oliveira, Miguel Arraes, Orestes Quêrcia, Mário Covas, Luiz Inácio Lula da Silva e Pedro Simon, além dos artistas e intelectuais Sócrates (futebolista), Christiane Torloni, Mário Lago, Gianfrancesco Guarnieri, Fafá de Belém, Chico Buarque, Martinho da Vila, Osmar Santos e Juca Kfoury entre outros.

Antonio Roxo lembra que, quando as eleições diretas estavam para ser votadas, militantes do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco, além de outras entidades do município, foram a Brasília para pressionar o Congresso Nacional:

Tínhamos uma mobilização grande pelas Diretas Já aqui em Osasco, com a participação de diversas entidades. Fomos, então, entre trinta e quarenta trabalhadores. Pensamos que, se alugássemos um ônibus, iríamos ser presos na primeira barreira. Então fomos de ônibus comum, de linha, como se ninguém conhecesse ninguém. Eu estava com dinheiro, da captação, para pagar as passagens e a comida do pessoal. Mas na primeira parada, a de Brasília, pararam a gente. Entraram e começaram a revistar. Aí eu gelei, porque se me prendessem eu estava com o dinheiro todo no bolso. Quando nos liberaram eu distribuí o dinheiro entre o pessoal. Passamos por mais duas barreiras e, quando chegamos a Brasília, não tinha hotel. Aí fomos para um motel, aquele bando de trabalhadores... ficamos lá até a hora da votação, mas os homens não tinham terno. E no Congresso não entrava sem terno e gravata. Como eu tenho um irmão que é médico, liguei pra ele, que conseguiu com alguns amigos aquela quantidade de paletós e gravatas. Então, todo mundo pôs paletó e gravata, mas na parte de baixo era calça surrada e chinelo de dedo.

Eleições Presidenciais de 1985

Apesar da intensa mobilização popular pela volta da democracia, a Emenda Constitucional Dante de Oliveira não passou.

O movimento pelas Diretas Já teve grande influência nas transformações vividas pelo País naquele momento, mas o povo só iria às urnas para eleger um novo presidente dali a cinco anos. Isto porque a mudança deveria passar pelo Congresso Nacional que, através de manobras dos militares, derrubou a emenda na noite de 25 de abril de 1984. E, em 1985, ainda que nenhum militar estivesse na disputa, ocorreram eleições indiretas para a Presidência.

Desde o fim do bipartidarismo, em 1979, os militares e os políticos alinhados com o regime visavam manter a unidade da antiga Arena através do PDS, enquanto a oposição se fragmentava em diversas siglas: PMDB, PP, PTB, PCB, PCdoB, PDT e PT. Nas eleições de 1985, entretanto, o partido da situação ficou dividido entre três candidatos: Aureliano Chaves, Mário Andreazza e Paulo Maluf. Por caminhos escusos, Maluf venceu com facilidade a convenção que o tornaria o candidato à sucessão. Esta situação provocou, pela primeira vez, um racha naquele grupo. As tendências derrotadas romperam com o PDS e fundaram o Partido da Frente Liberal, PFL, que, ironicamente, aproximou-se do PMDB naquela eleição.

Através de um “acordão” que facilitaria a vitória de Tancredo Neves, o PMDB formou a chapa PMDB/PFL com políticos dissidentes da antiga Arena. O vice de Tancredo, desta forma, foi o maranhense José Sarney.

No dia 15 de janeiro de 1985, o Colégio Eleitoral reuniu-se e Tancredo Neves foi eleito presidente para um mandato de seis anos com 480 votos (72,4%) contra 180 dados a Maluf (27,3%).

Houve 26 abstenções, principalmente de parlamentares do PT, que foram orientados a votar nulo pelo diretório nacional do partido.

Tancredo faleceu antes de tomar posse, no dia 21 de abril de 1985, e seu vice, Sarney, assumiu o mandato, iniciando um período de tentativas de implantação de planos que visavam contornar a alta inflação e a crise econômica.

O Brasil recém-saído da Ditadura

Em traços sumários o Brasil, em 1987, recém-saído da ditadura militar, era um País industrial e urbano, sob plena hegemonia do modo de produção capitalista. A maioria de seus trabalhadores encontrava-se em funções urbanas, nos setores da indústria e serviços. E mesmo nas atividades agrícolas prevaleciam relações tipicamente capitalistas.

A burguesia industrial se fortalecera numa economia dependente e convivia com um poderoso setor de empresas estrangeiras. A força do capital externo era avassaladora, e se disseminava por meio das multinacionais que se instalavam no Brasil em progressão geométrica. Por outro lado, o poder dos senhores de terras, que se transformavam em empresários agrários, continuava muito forte. Os trabalhadores assalariados, que eram a maioria, conviviam com enormes contingentes de pessoas relegadas ao subemprego ou ao emprego informal – um dos principais sintomas da crise daquele tempo.

Constituinte

O advento da democracia no cenário político demandava uma Carta condizente com a nova situação.

Antonio Toschi recorda que:

O ano de 1986 começou com o País em desespero, lutando contra uma inflação galopante e a completa desordem da economia, com grandes prejuízos para os trabalhadores. Depois veio o Plano Cruzado trazendo uma grande esperança de que finalmente as coisas começavam a entrar nos eixos. Também teve a eleição para a Constituinte, na qual os trabalhadores esperavam ver os seus legítimos representantes escrevendo os destinos do novo Brasil. E, no fim do ano, quando o Cruzado já cambaleava por culpa do ágio e da escassez, veio a sacanagem do Cruzado II e o fim da esperança de uma verdadeira estabilidade econômica.¹³⁹

Aberto em 1979, com a Lei da Anistia, e intensificado com as manifestações de 1984 pelas Diretas Já, o debate sobre a nova condição política no Brasil já estava avançado em 1987. Em 1º de fevereiro daquele ano, 559 constituintes se reuniram para iniciar o trabalho de elaboração constitucional, que seguiu até 5 de outubro do ano seguinte.

Na reta final da Constituinte, antes do segundo turno da votação dos artigos, o Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco conclamou os trabalhadores brasileiros a pressionar o Congresso em Brasília a manter as conquistas, como o direito de greve, redução da jornada de trabalho, indenização de 40% do FGTS, maior remuneração de férias, aposentadoria integral e 13º salário para aposentados e garantia do emprego contra o processo de automação¹⁴⁰.

O movimento sindical tinha propostas para a Constituinte. Nós tínhamos todas as propostas organizadas. Eu fui candidato em 1986, pelo PMDB, e tive pouco mais de

139 Toschi citado por Miranda, 1987: 365.

140 Conforme suplemento de 20 a 24 de junho de 1988 do Jornal Visão Trabalhista.

*26 mil votos. E isto sem estrutura de campanha. Nós só tínhamos um comitê em Osasco, com um funcionário. A campanha foi de boca em boca. O Arlindo Chinaglia, que era do Sindicato dos Médicos de Osasco, entrou com doze mil votos, pelo PT. E eu perdi com 26 mil.*¹⁴¹

A nova Constituição foi promulgada no dia 5 de outubro de 1988, contemplando quase doze mil sugestões populares, mais de 66 mil emendas e um expressivo conjunto de conquistas sociais. Por isso foi apelidada de Constituição-Cidadã pelo então presidente da Câmara e da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães.

A Constituição equiparou os trabalhadores rurais aos trabalhadores urbanos, criou o seguro desemprego, reduziu a jornada de trabalho de 48 para 44 horas semanais¹⁴², ampliou a licença-maternidade e a licença-paternidade, instituiu o abono de férias e direitos trabalhistas a empregados domésticos, entre outras coisas.

Daquela série de reivindicações elencadas pelo Sindicato, só não foram contempladas a aposentadoria integral e a garantia do emprego contra o processo de automação.

Mas, como a transição democrática foi pactuada entre setores progressistas e conservadores, a Constituinte também refletiu a encruzilhada histórica em que o Brasil se encontrava. Apesar da grande representação popular, a Constituinte contou também com representações do empresariado nacional e dos neoliberais aliados ao capital estrangeiro.

Com esta espécie de tripartição o povo não teve maioria suficiente para fazer prevalecer seu programa, e o texto final da Carta abran-

141 Depoimento Antonio Toschi, CMS 2012.

142 Já contemplada na Convenção Coletiva do Sindicato dos Metalúrgicos São Paulo, Osasco, Guarulhos e da Federação Estadual dos Metalúrgicos graças à Campanha Salarial Unificada de 1985.

geu restrições que impediram a plena vigência de direitos como a reforma agrária, a regulamentação das comunicações, o reconhecimento do direito de greve de servidores públicos e o imposto sobre grandes fortunas.

Filiação à CUT

O fato de nos idos de 1977 a 1980, os novos diretores do Sindicato terem optado por manter a instituição independente da política partidária, não quer dizer que eles fossem despolitizados. Pelo contrário. No ensejo de sua formação, tanto o contato com a base quanto os embates internos, principalmente com o presidente Henos Amorina, lhes renderam conteúdo político e uma postura crítica em relação às questões sociais.

Exemplo disto é a defesa da unidade sindical empreendida pela diretoria eleita em 1981, e expressa na participação da greve geral de 21 de julho de 1983. Unidade que só poderia ser alcançada por meio de uma Central Sindical.

Mesmo tendo rejeitado a ideia de ligar o Sindicato ao nascimento do Partido dos Trabalhadores, a filiação à Central Única dos Trabalhadores parecia natural. Toschi explica que:

Resolvemos nos filiar à CUT porque nos dávamos muito bem com a nossa oposição. Sempre que voltávamos de uma negociação, eles eram os primeiros, a saber. Com isto a filiação à CUT era natural. Nós atuávamos como a CUT. E, quando fizemos uma assembleia no Sindicato para ver se íamos para a CUT, a decisão pela ida foi quase unânime.¹⁴³

O resultado da assembleia mencionada por Toschi, de dezembro de 1985, convocada para deliberar sobre a filiação do Sindicato a

143 Antonio Toschi, Depoimento CMS, 2012.

alguma central sindical foi de 219 votos a favor da filiação à CUT e nove contra.

Um suplemento especial do jornal *Visão Trabalhista*, de 18 de dezembro de 1985 divulgou que:

“Em assembleia no dia 12 de dezembro de 1985 o Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco decidiu se filiar à CUT devido a sua postura política em relação ao governo e em relação à condução do movimento. Ao final da assembleia o presidente Antonio Toschi frisou que isso não mudará a posição do Sindicato. ‘Não estaremos a serviço de nenhum partido político’, disse ele. Nosso compromisso com a CUT é levar as suas propostas para os companheiros.”

Esta relação, entretanto, durou pouco. A afirmação de que o Sindicato não estaria a serviço de nenhum partido político e de que seu maior compromisso era com a base seria, de fato, a condição *sine qua non* que levaria ao rompimento.

O Sindicato ficou apenas seis meses filiado à CUT porque, segundo Toschi, eles não aceitaram a ingerência na base.

Os depoimentos dos sindicalistas Cláudio Magrão e Antonio Toschi deixam clara a contrariedade que a interferência dos militantes cutistas nas ações empreendidas pela direção gerou no Sindicato.

Segundo Magrão:

Houve uma greve na Braseixos, na qual um pessoal da CUT chegou com uma kombi dos Químicos com a intenção de comandar a greve. Na ocasião eu falei: ‘aqui tem direção, quem comanda essa greve somos nós, não vocês’.

*Isto desencadeou um conflito que contribuiu para a desfiliação do Sindicato à Central.*¹⁴⁴

Toschi aponta uma situação semelhante e explica o contexto que levou à desfiliação:

*Fizemos uma greve histórica na Cobrasma. Todo mundo parado, coisa linda! Tinha o carro de som que a gente deixava funcionando e, de vez em quando, um ia lá falar alguma coisa, fazia a assembleia da manhã e ia embora. Mas eram falas de acordo com as propostas da direção. Eis que me aparecem Emídio e João Paulo¹⁴⁵. O João Paulo era vereador, na época, e o Emídio um ativista de oposição sindical. Eles apareceram metendo o pau na diretoria, no nosso carro de som. Esse episódio criou uma revolta interna no Sindicato. E nós convocamos uma assembleia para votar a saída da CUT.*¹⁴⁶

A assembleia contou com seiscentos associados. E a decisão de sair e, ao mesmo tempo, manter a luta pela unidade, foi acachapante.

Continuidade da Força Operária

Se, por um lado, as duas gestões de Antonio Toschi foram abaladas pela situação de desemprego que se abateu sobre o Brasil desde o fim da década de 1970, por outro elas apresentaram um alto índice de atividades. Miranda resume:

O Sindicato fez campanhas em favor da convocação da Constituinte, contra o Pacote da Previdência de 1983, pelo vale-trans-

144 Depoimento Cláudio Magrão, CMS, 2012.

145 João Paulo Cunha, metalúrgico da Oposição Sindical. Foi vereador em Osasco em 1983 e deputado federal em 1991 e depois em 2003.

146 Depoimento Antônio Toschi, CMS, 2012.

*porte, pelo auxílio aos desempregados (não apenas dos metalúrgicos). Liderou a tentativa de constituição de um Conselho Popular das Comunidades de Osasco e estendeu serviços culturais para os bairros. Participou da Federação Internacional dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas (Fitim), do Instituto Brasileiro de Relações do Trabalho (Ibrart), da Federação dos Metalúrgicos e do Centro de Memória Sindical. Deu apoio político e financeiro aos metalúrgicos do ABC, aos previdenciários em greve e a outras diretorias.*¹⁴⁷

Dentro do Sindicato foram abertos novos departamentos, como os de pesquisa, saúde, recreação, dos aposentados¹⁴⁸ e o departamento feminino¹⁴⁹. Foram também ampliados os setores administrativos, abolidos os cargos de suplentes na diretoria, mesmo existindo essas funções no estatuto da entidade¹⁵⁰. O setor de higiene, segurança e medicina no trabalho ganhou um grande destaque com o fortalecimento das Cipas e o convênio com a Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho (Fundacentro).

Neste cenário a chapa da situação, Força Operária, encabeçada, desta vez, por Cláudio Magrão, venceu novamente as eleições para a direção do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco e Região em 1987. E a chapa de oposição, Resistência Operária, encabeçada por Emídio Pereira de Souza, foi derrotada. Emídio recorda-se que:

Em 1980 o Movimento Sindical estava muito dividido, e eu participava de um grupo de oposição metalúrgica, junto com o companheiro Zé Pedro, entre outros. A partir desse grupo nós, cada um trabalhando em fábricas dife-

147 Miranda, 1987: 364, 365.

148 Visão Trabalhista, Homenagem a Papão, sem data.

149 Visão Trabalhista, reportagem com Maria do Socorro, primeira diretora.

150 A intenção era criar uma diretoria colegiada, onde todos tinham o poder de voto e o papel do presidente era simplesmente encaminhar as decisões aprovadas pela maioria (Miranda, 1987).

*rentes, montamos chapas para disputar o Sindicato. Mas não era só chapa: nós disputávamos assembleias, congresso, opinião, tudo era disputado com a diretoria. As pessoas já nos viam como uma alternativa à direção do Sindicato. E eu fui candidato a presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco, em 1987.*¹⁵¹

Segundo Orlando Miranda, em 1987 a Força Operária na direção do Sindicato, era resultado de anos de história e trazia em si “todos os pontos altos das diferentes correntes de opinião na década de 1960”.

O Sindicato de Osasco, defende Miranda, sempre foi marcado pelo isolamento, independência e pela busca da construção da unidade. A partir da gestão de Antonio Toschi, a crítica à partidarização dos sindicatos tornou-se também um traço fundamental neste perfil.

Neste sentido, desde sua fundação verificou-se uma coerência histórica e política entre os metalúrgicos de Osasco que não apenas se estenderia pelos anos à frente, como também seria base para as ações empreendidas a partir de então.

Em 1987, Cláudio Magrão de Camargo Crê, metalúrgico que iniciou suas atividades na Brown Boveri, em 1966, mas que se tornou militante sindical na Cobrasma, doze anos mais tarde, assumia a Presidência.

Antonio Toschi conta que Magrão foi apontado como seu sucessor cerca de um ano antes da eleição, mas que sua escolha definitiva para representar a chapa da situação deu-se em uma disputa acirrada.

Quando chegou a época da formação de chapa, bem dizer um ano antes, eu fiz uma reunião com a diretoria e disse

151 Depoimento Emídio de Souza, CMS, 2012.

*que nós tínhamos que escolher a pessoa que iria encabeçar a chapa apoiada por nós. Todo mundo sabia que o Magrão estava sendo preparado para ser o candidato a presidente. Como ele foi escolhido? Por voto. Surgiram quatro candidatos – Cláudio Magrão, Cláudio Peanho, Cláudio Olores e Clemente, e os 24 diretores votaram. O Magrão ganhou por um voto. Até porque ele era funcionário da Cobrasma, que era a maior empresa e tinha mais dirigentes. Em segundo lugar ficou o Clemente. O Peninha, que era o Cláudio Peanho, e o Olores, que era Vermelho, tiveram dois votos cada um. Esses quatro votos, fizeram a diferença. Mudaria totalmente a história do Sindicato. E eu banquei a campanha do Magrão até o final. Na eleição teve chapa de oposição, com o Emídio na cabeça.*¹⁵²

A nova diretoria manteve as principais diretrizes realizadas pelo Sindicato no fim dos anos 1980 tendo o cuidado de não levantar bandeiras que pudessem dividir sua própria base e de manter sua autonomia em relação aos processos políticos¹⁵³.

152 Depoimento Antonio Toschi, CMS 2012.

153 Miranda, 1987: 365.

Capítulo 8

Um novo PROGRAMA para o SINDICATO



Chapa Força Operária, que concorria às eleições sindicais em 1989

Foto: Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco



Quarto Congresso dos Metalúrgicos de Osasco, agosto de 1990

Em 1987 Jorge Nazareno, o Jorginho, metalúrgico da Ferbate e militante do Partido dos Trabalhadores desde sua fundação, começou a organizar um grupo de metalúrgicos de Osasco, com pessoas de várias vertentes e o apoio de sindicalistas históricos como Marcos Martins, Joaquim Miranda e Antônio Carlos Roxo.

Daquele grupo, que se reunia aos sábados para estudar e organizar atividades de formação, também participava o metalúrgico da Cobrasma Milton Batista de Souza, o Cavalo, quadro procedente do movimento estudantil – ele foi presidente da União Estudantil de Osasco, e militante do PCdoB, partido do qual se desfilara em 1986 por discordâncias com relação à conduta política do partido.

No início do processo eleitoral do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco de 1989 tal grupo abriu um debate sobre a possibilidade de formação de uma chapa para disputar a direção do Sindicato. Como a ideia inicial era não se aliar nem à CUT (oposição) nem à situação, a chapa foi denominada “Alternativa Sindical”. Mas aí a direção do Sindicato procurou Jorginho para uma conversa. Ele conta que:

*Fui chamado para compor a diretoria. Eu disse que não era sozinho, que representava um grupo e que qualquer discussão teria que ser em cima de um programa. Então levei essa proposta ao grupo. Minha opinião era de que deveríamos compor com o Sindicato, até porque não tínhamos nenhuma chance de ganhar sozinho.*¹⁵⁴

Embora Jorge concordasse em compor a chapa, desde que seu grupo pudesse influenciar na elaboração do programa, não foi fácil defender essa proposta entre seus pares. Cavalo, que havia acabado de sair de uma greve derrotada na Cobrasma e acusava o Sin-

154 Depoimento Jorge Nazareno, CMS, 2012.

dicato de não dar suporte necessário aos trabalhadores, era contra. Segundo ele:

Voltamos ao trabalho e todo mês vinha descontado dois dias por mês no holerite. Aí o pessoal da caldeiraria, liderado pelo Magrão, parou porque eles queriam 15% de aumento. E conseguiram. Então organizamos uma greve dos eletricitistas, do setor de manutenção. Fomos ameaçados de demissão por justa causa. Mesmo com essas ameaças não sentíamos que o Sindicato estava do nosso lado. Quem segurou mesmo foram os eletricitistas, porque resolveram fazer uma lista e quem não voltasse ao trabalho seria demitido por justa causa. Conseguimos que a empresa negociasse um plano de cargos e salários. Eu fui totalmente contrário a uma composição com o Sindicato porque estava vindo daquela greve. Mas outros companheiros do nosso grupo, entre os quais o Jorge, defendiam compor para influenciar por dentro da estrutura. Eu não concordava. Foi difícil defender isso dentro da fábrica.¹⁵⁵

Entretanto, a possibilidade aberta pelo Sindicato do grupo apresentar propostas para o programa da chapa foi um grande apelo, que permitiu o ingresso destes novos militantes na Chapa Força Operária.

A redação final do programa da chapa da situação para as eleições sindicais contemplou várias propostas do Alternativa Sindical, elaboradas com base no processo de formação que viviam no grupo e, especialmente, com a colaboração de Antonio Carlos Roxo.

O programa propunha:

155 Milton Cavalo, depoimento 2005.

- Manter o intercâmbio com Sindicatos e entidades estrangeiras.
- Assumir papel de vanguarda enquanto classe trabalhadora.
- Adoção do salário mínimo calculado pelo Dieese.
- Aposentadoria integral.
- Luta pela participação nos lucros nas empresas.
- Liberdade e autonomia sindicais.
- Reforma Agrária.
- Jornada de trabalho de quarenta horas semanais.
- Participação dos trabalhadores nos fundos e instituições (INPS, FGTS, PIS, Pasep e Ministério do Trabalho).
- Luta pela recuperação do poder de compra dos salários.
- Assistência médica gratuita à população.
- Não ao pagamento da dívida externa.
- Preservação do meio ambiente.

E pautas específicas do Sindicato, que reiteravam a preocupação com a saúde e segurança do trabalhador:

- Democratização das Cipas.
- Fiscalização para zelar pela saúde e segurança do trabalhador.
- Creches.
- Cesta básica gratuita.
- Piso salarial.
- Estabilidade no emprego.

- Fim da discriminação da mulher, do negro e do deficiente físico (termo usado na época) no local de trabalho.
- Adicional de periculosidade em áreas de risco.
- Fim da mão de obra terceirizada nas metalúrgicas.
- Assistência social nas empresas.

Em 1990 a chapa foi eleita, com Cláudio Magrão na Presidência e duas pessoas do grupo Alternativa Sindical na direção executiva: Sérgio Manzine e Jorge Nazareno. Segundo Jorge:

Sete pessoas do grupo acabaram entrando. Eu entrei na executiva como 2º secretário. Os demais entraram como diretores. Entramos com um grupo bem jovem. Eu tinha 27 anos, o Cavallo tinha 23. Um bando de jovens que incendiou o Sindicato. Éramos muito dinâmicos. E, mais do que isto, nós não viemos apenas pelo trabalho e pela experiência nas fábricas. Já tínhamos uma bagagem de participação no movimento social, no movimento estudantil, no PCdoB, PT.¹⁵⁶

Campanhas

A campanha salarial de 1990, liderada pelo Sindicato, conquistou reajuste de 180% – um dos melhores índices conquistados pelo movimento sindical.

No ano seguinte, a campanha salarial saiu com o slogan: “Salário, em vez de ficar chorando por ele, lute por ele”.

E, ainda em 1991, o Sindicato saiu às ruas com a campanha “Sossega Leão”, na qual usaram um leão vivo para chamar atenção da imprensa e do Poder Público. Conforme Magrão:

156 Depoimento Jorge Nazareno, CMS, 2012.

Eu cheguei na porta da Braseixos e na Cobrasma para fazer a campanha, de madrugada, mas não tinha ninguém da imprensa para registrar. O Eduardo Pavão, que era jornalista do Sindicato, ficou meio triste. Aí eu comentei como um leão de verdade fazia falta. Tive então a ideia: “Vai atrás de um leão!”. Ele respondeu “Rapaz, tá ficando louco?” Eu falei “suma daqui e ache um leão! Eu quero ver como é que vai ser isso daqui”. Aí ele foi e encontrou em Curitiba um leão que fazia propagandas. Mas custava muito caro. Precisávamos de um que fosse mais barato. Rodamos circos e foi em um cirquinho velho lá no Bairro do Limão que encontramos o leão. O dono falou que podia levar, era só dar dez quilos de carne a cada dois dias. Engatou lá na perua e levou o leão para Osasco. Aquilo na porta da Cobrasma chamou a atenção de todos os jornais e redes de televisão. Depois devolvemos o leão. Não pagamos nada, só a carne para ele comer.¹⁵⁷

E esta irreverente campanha resultou no reajuste da tabela do Imposto de Renda.

Naqueles anos, entre 1989 e 1992, Antonio Toschi foi vice-prefeito de Osasco, na gestão de Francisco Rossi, do PTB.

Participação da Mulher

Além dos membros do grupo Alternativa Metalúrgica, vale destacar também a entrada da metalúrgica Mônica Veloso na direção do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco, em 1990.

Convidada a integrar a chapa no mesmo ano em que entrou na fábrica Mecano Fabril, como inspetora de qualidade, Mônica tam-

157 Depoimento Cláudio Magrão, CMS 2012.

bém já tinha participado de cursos de formação sindical, com destaque para a participação da mulher nos movimentos sociais:

Particpei de um seminário de mulheres, organizado pela Oboré e pelo Centro de Memória Sindical. Já tinha ido a muitos seminários, de campanha salarial, de saúde etc, mas nunca em um temático como esse sobre mulheres no movimento sindical. Gostei e foi ali que meu interesse se tornou maior. Nós assistimos ao filme Norma Rae¹⁵⁸, com Sally Field, que fala sobre uma mulher que luta numa empresa americana. Depois disso eu comecei a participar mais das atividades sindicais. A participação comunitária sempre foi uma coisa presente na minha vida e acho que isso me estimulou a não me sentir inibida em participar das coisas no Sindicato dos Metalúrgicos, já que ali a maioria era formada por homens.¹⁵⁹

Os problemas de insalubridade também chamavam sua atenção e a estimulou a entrar no Sindicato.

Também tinha o problema de muita insalubridade, até porque a empresa estava se adequando. Tinha muita gente e pouco treinamento. O pessoal se machucava, o cabelo das meninas enrolava nas furadeiras. Então, ali também tinha uma ação muito forte do Sindicato”.

Mônica, entretanto, ficou surpresa quando foi convidada a integrar a chapa para a direção do Sindicato, e avalia que isto ocorreu porque a Mecano Fabril era uma empresa nova e seria importante ter uma representação lá dentro.

158 Norma Rae, dirigido por Martin Ritt, 1979.

159 Depoimento Mônica Veloso, CMS, 2012.

O delegado sindical, na época, o Gilberto Almazan, apelidado de Ratinho, que já tinha dez anos de empresa, ajudou muito. Ele foi meio que meu 'fiador'. Como a Mecano Fabril era uma empresa grande, com 1.600 funcionários, foram convidadas duas pessoas para a chapa: eu e o Gilberto Ratinho. Era uma chapa gigante, com 75 pessoas – 71 homens e quatro mulheres. Uma desproporção terrível. Eu tinha estabilidade porque eu era da Cipa, o Gilberto, porém, ainda que fosse um delegado sindical reconhecido, não tinha nenhum tipo de garantia. Mas a empresa ficou muito brava comigo. Eles acharam que eu tinha sido infiltrada. Porque ninguém entra numa empresa em junho e no final do ano já está dirigente sindical. Tomei a primeira posse uma semana antes de completar 22 anos. A posse foi em março, que é o mês do meu aniversário.¹⁶⁰

A participação feminina no movimento crescia rapidamente. Em 1991 a presença de mulheres em um seminário de campanha salarial bateu recorde, com trezentas companheiras. Segundo a socióloga Marise Egger-Moellwar¹⁶¹, 'esse crescimento baseou-se no apoio do Sindicato e das diretoras Mônica Veloso, Maria Shirley de Sousa, Maria Alcinda e Maria Ferreira (Lourdinha)'.

Mônica, que naquela época já participava de um grupo de mulheres sindicalistas que estavam pensando e discutindo alternativas para uma nova Central Sindical, conta que:

O Sindicato iniciou uma ação de formação conosco. Fizemos muitos cursos com a Oboré Comunicação, de oratória e outros. O Sindicato das Costureiras, que fazia uma

160 Depoimento Monica Lourenço Veloso, CMS 2012.

161 *Metal Revista*, edição especial, julho de 2008.

ação formativa com a Clat (Central Latinoamericana de Trabalhadores), abriu vagas, e a presidenta do Sindicato das Costureiras de São Paulo, Eunice Cabral, informou o Cláudio Magrão, que encaminhou todas as diretoras para fazer o curso.¹⁶²

Força Sindical

No dia 4 de agosto de 1990, reunidos no Metalclube, delegados sindicais elaboraram as resoluções para o 4º Congresso do Sindicato, firmando entre eles o interesse em se filiar novamente a alguma central sindical¹⁶³.

Este debate seria alimentado pelo advento de uma grande novidade: a fundação da Força Sindical, no dia 8 de março de 1991. Vários sindicalistas metalúrgicos de Osasco, como José Ibrahin, Cláudio Magrão e Mônica Veloso, que integrava o grupo de mulheres voltado à elaboração da central, em São Paulo, participaram da fundação da Força Sindical¹⁶⁴. Segundo João Joaquim da Silva:

Houve um confronto ideológico, porque nós éramos da CUT. Inclusive o José Ibrahin, depois que voltou do exílio, em 1979, foi fundador do PT e chegou a enfrentar o Lula na Convenção. O Ibrahin teve 32% dos votos, quando o Lula foi eleito presidente do partido, em 1980. Mas como ele não teve muito espaço, acabou, em 1991, saindo do PT e da CUT e se tornou um dos fundadores

162 Depoimento Monica Lourenço Veloso, CMS 2012.

163 Em 1990 haviam a Central Única dos Trabalhadores (CUT – fundada em 1983) e a Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT – fundada em 1986).

164 Segundo Nair Goulart, “quando surgiu a ideia de fundar a Força Sindical, fizemos um encontro que reuniu mais de trezentas mulheres, de vários Sindicatos do Brasil, para discutir de que forma participaríamos desta nova instituição. O encontro foi em fevereiro de 1991, um mês antes da fundação da Força Sindical, na sede do Sindicato dos Comerciários, em Cotia (SP). Resolvemos ali que não só queríamos ter mulheres na direção da Central como também queríamos que aquele movimento, que estava começando, se comprometesse em lutar em defesa da nossa agenda”. Força Sindical, 20 anos de Lutas, 2011: 67, 68.

*da Força Sindical, que era uma nova corrente operária.*¹⁶⁵

Magrão, que foi o primeiro secretário de Formação e Qualificação da Central, apoiava que o Sindicato se filiasse à Força Sindical. Mas, independente de sua preferência pessoal, ele optou por tomar essa decisão de forma democrática, organizando um debate para que cada central apresentasse suas propostas à categoria, que decidiria por voto.

*Fomos para as portas das fábricas convidar os trabalhadores para essa assembleia, que teve quase três mil pessoas. Foi um processo democrático, no qual cada um deu a sua opinião. E a maioria optou por se filiar à Força Sindical.*¹⁶⁶

Espelhando-se no exemplo do Sindicato dos Metalúrgicos da Baixada Santista, que realizou um amplo debate entre representantes da CUT e da Força Sindical¹⁶⁷, e um plebiscito com a participação de mais de 50% dos trabalhadores da base, o Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco realizou, no dia 12 de setembro de 1991, uma assembleia na qual seria definida a Central.

Nascida há pouco tempo, a Força Sindical posicionava-se como uma central de luta, diálogo e negociação. E a CUT, que já contava com oito anos de experiência, se dizia fruto da resistência dos trabalhadores à ditadura militar, tendo participado da campanha pelas Diretas Já e Pró-Constituinte.

Na assembleia de 12 de setembro, os três mil trabalhadores presentes puderam optar pela filiação a uma central. Venceu a Força Sindical. Para Milton Cavalo, esta foi uma decisão acertada:

165 Depoimento João Joaquim, CMS, 2012.

166 Depoimento Cláudio Magrão, CMS, 2012.

167 O resultado, em Santos, deu vitória à CUT.

Eu achava que deveríamos nos filiar a uma central porque o futuro do sindicalismo passava pelas centrais sindicais. Penso assim até hoje. Estar em uma central fortaleceria nosso Sindicato. Aí realizamos uma série de debates sobre essa questão da filiação com uma quantidade muito expressiva de metalúrgicos. Tudo conduzia para a filiação à Força, já que até mesmo o Magrão, que era o presidente do Sindicato, estava liberado para construir a Força junto com o Medeiros e outros. Eu defendia que o Sindicato deveria ir para a Força porque, como a central estava sendo construída, teríamos mais espaço de atuação.¹⁶⁸

Eleições de 1989 e impeachment

Embora a ditadura militar tenha terminado em 1985, só em 1989 o povo voltou às urnas para eleger um presidente da República.

A disputada eleição presidencial de 1989 foi marcada por campanhas e debates acalorados. Nela, grandes ícones da política expuseram ideias e propostas que há tempos aguardavam aquela chance.

Ao lado de candidatos como Luís Inácio Lula da Silva (PT), Leonel Brizola (PDT), Mário Covas (PSDB) e Ulysses Guimarães (PMDB), o jovem Fernando Collor de Mello (PRN), um desconhecido governador de Alagoas que renunciou ao cargo para lançar sua candidatura, se projetaria em um desfecho desastroso para o País.

Apoiado por empresários e pela mídia, sobretudo pela Rede Globo, Collor se valeu de calúnias e chantagens contra Lula, com quem disputou o segundo turno das eleições, e foi eleito presidente com 55,7% dos votos. Mas seu governo não durou mais do que dois anos.

168 Milton Cavalo, depoimento 2005.

No dia 16 de março de 1990, dia seguinte a sua posse, Collor apresentou seu plano econômico com medidas que incluíam o confisco da caderneta de poupança, a redução da máquina administrativa com a extinção ou fusão de Ministérios e órgãos públicos, a demissão de funcionários públicos e o congelamento de preços e salários.

Seu governo foi marcado pela implantação do Plano Collor, pela abertura do mercado nacional às importações e pelo aprofundamento de um programa de privatizações. Política que, entre outras mazelas, aumentou a recessão econômica, causando a extinção de mais de 920 mil postos de trabalho e uma inflação na casa dos 1.200% ao ano, em 1990.

O crescente inconformismo do povo com o presidente seria agravado com as denúncias que seu irmão, Pedro Collor de Mello, fez à revista *Veja* em maio de 1992. Entre outras coisas Pedro Collor revelou um esquema de corrupção no governo que envolvia o ex-tesoureiro da campanha, Paulo César Farias.

Foi o estopim de uma crise política que se desdobraria em grandes manifestações pela saída do presidente, espalhadas por todo o Brasil.

Pela primeira vez em quase trinta anos o povo ia às ruas se manifestar abertamente contra um presidente, em um movimento que se popularizou como ‘Caras-pintadas’.

Segundo Magrão, *“No impeachment o primeiro Sindicato no Brasil que botou o povo na rua foi o Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco. O primeiro movimento com mais de trinta mil pessoas foi feito em Osasco”*.¹⁶⁹

No dia 29 de setembro de 1992, 930 dias após a posse, a Câmara

169 Depoimento Cláudio Magrão, CMS, 2012.

depôs Collor por 441 a 38 votos, em uma decisão histórica. Em 29 de dezembro de 1992, Collor renunciou à Presidência da República, horas antes de ser condenado pelo Senado, e ficou inelegível até 29 de dezembro de 2000. Foi a primeira vez na história republicana do Brasil que um presidente eleito pelo voto direto era afastado por vias democráticas, sem recorrer a golpes e outros meios ilegais.

Este processo instigou o sentimento de patriotismo entre os brasileiros. Sentimento que os mais críticos avaliaram com cautela. O jornalista Clóvis Rossi, por exemplo, um dia após a renúncia de Collor, ponderou em sua coluna no jornal *Folha de S.Paulo* que, mesmo com a saída do presidente, os problemas que existiam antes dele continuavam presentes. Rossi considerou o episódio “Collor” como um resquício da ditadura militar “que jamais deveria ter acontecido na história da República”. E considerou que, com sua saída, surgiu uma situação “nova” no Brasil:

Há, no governo Itamar Franco, um dado histórico relevante que está passando ignorado. É o primeiro presidente surgido da oposição ao ciclo militar que dominou o País desde 1964. (...) Itamar era do PTB, de um PTB de Juiz de Fora cujo grande nome foi Clodsmith Riani, um sindicalista tido à época como “subversivo”. Foi do MDB da resistência. Há, portanto, algo de novo na Presidência da República. Mas não basta. As circunstâncias fazem com que Itamar esteja cercado de um heterogêneo grupo de aliados. (...) O Brasil parece eternamente condenado a não romper de vez um ciclo histórico para iniciar outro.¹⁷⁰

170 Folha de S.Paulo, 30/09/1992.

Nova moeda, o Real

Desde meados da década de 1980, muito antes do governo Collor, até meados da década de 1990, o Brasil conviveu com o problema da alta inflação que deteriorava a moeda corrente e atrofiava as tentativas de fazer avançar o desenvolvimento. Os governos que se sucederam após a redemocratização brasileira de 1985 fizeram enormes tentativas para contornar este problema, mas todas foram frustradas¹⁷¹.

Os trabalhadores foram os que mais sofreram com esta situação, vendo seus salários perderem o poder de compra a cada dia e tendo que acumular mantimentos em casa. Neste contexto, os Sindicatos certamente foram atingidos, e contaram com o apoio de entidades intersindicais, como o Dieese, para avaliar as perdas, como relata Mônica Veloso:

*O Dieese, nesse período de alta inflação, tinha um papel diário na vida dos sindicatos. A gente fazia muitas atividades e o Dieese fazia toda a argumentação econômica que era apresentada não só nas negociações, mas também nos seminários. E cabia a nós explicar aos trabalhadores como eram aquelas composições.*¹⁷²

A partir de outubro de 1992 o problema da hiperinflação brasileira caiu nas mãos do presidente Itamar Franco. Para ajudá-lo, ele contou com o então ministro das Relações Exteriores, Fernando Henrique Cardoso, que assumiu o Ministério da Fazenda em maio de 1993.

Com o objetivo de estabilizar a economia e preparar o advento de uma nova moeda, o Real, Fernando Henrique instituiu o Plano Real de Estabilização Econômica.

171 De 1986 a 1992 foram implantados os planos Cruzado 1 e 2 (1986), Plano Bresser (1987), Plano Verão (1989) e os Planos Collor 1 (1990) e 2 (1991).

172 Depoimento Mônica Lourenço Veloso, CMS, 2012.

A introdução do Real como nova Moeda ocorreu em 1º de julho de 1994, conferindo grande projeção ao seu elaborador, Fernando Henrique, que se elegeu presidente da República em 1995, renovando seu mandato em 1999.

Transformações Econômicas

O processo de transformação da moeda, com a conversão para URV, também gerou perdas para os trabalhadores. Com isso, Magrão, à frente do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco e Região, enfrentou um período de crise econômica. Em 1994, o Sindicato manifestou-se, com outros sindicatos da Federação, contra as perdas salariais provocadas, participando de um processo de greves realizadas na base da Força Sindical, conhecido como “Greves Andorinha”.¹⁷³

Além das mudanças econômicas, a cidade de Osasco, que desde 1993 era governada pelo prefeito Celso Giglio, do PTB, vivia uma transformação na sua identidade. De região industrial a cidade tornava-se um aglomerado de serviços e comércio, com a saída de indústrias pioneiras (como Eternit, Cobrasma e Santista) e a chegada de empresas multinacionais como Wal-Mart e Carrefour, além da instalação de shopping centers.

Segundo Magrão, o fechamento da Cobrasma foi um processo triste: “O fechamento da Cobrasma foi por uma questão administrativa. Primeiro ela mudou de Osasco para Sumaré, chegou a ser administrada pela peãozada. Assembleia no Sindicato era a Cobrasma que decidia, era a peãozada da Cobrasma. E a peãozada ia em peso mesmo. E em 2009 o Vidigal vendeu. Foi muito triste porque se tratava de uma das maiores empresas de Osasco. A Cobrasma, a Braseixos e a Brasprendas eram três empresas numa só.

173 O Sindicato entrou em contato com todas as empresas a fim de negociar as perdas salariais provocadas pela conversão dos salários para URV e ameaçando entrar em greve nas empresas que não abrissem diálogo.

O processo de decadência foi muito triste. Porque tínhamos companheiros que estavam há muito tempo ali. E a Cobrasma sempre foi a vanguarda” (depoimento ao CMS, 2012).

Sindicato cidadão: ações sociais

As eleições sindicais de 1996 marcaram o início de uma nova gestão que combinava novos militantes com sindicalistas experientes das gestões anteriores.

A chegada de Jorge Nazareno à Presidência proporcionou uma aproximação de forças políticas até então concorrentes na entidade, como o PT e o PDT, o que fortaleceu o Sindicato. Mas, segundo Magrão, foi justamente a condição partidária que criou resistência em torno da indicação de Jorge para a Presidência:

Desde que o Jorginho começou no Sindicato eu via nele muito potencial. E, na época da minha transição, havia duas pessoas que tinham condições de assumir a Presidência do Sindicato: o Jorge e o Cláudio Olores, que foi vereador por Cotia. Mas muitos diretores resistiram à indicação do Jorginho porque ele era do PT. Foi uma guerra que eu assumi.¹⁷⁴

Em sua gestão, que manteve a política bem-sucedida de seus antecessores, o Sindicato se consolidou como uma das maiores forças do movimento social brasileiro. A atuação na Força Sindical e em instituições sindicais também cresceu muito desde meados da década de 1990.

Em 1997, Monica Veloso, representando o Sindicato, foi eleita secretária nacional de Políticas para a Juventude, Criança e Adolescente da Força Sindical¹⁷⁵, e em 2001 entrou para a história do Dieese como

174 Depoimento Magrão, CMS, 2012.

175 Permanecendo no cargo até 2004.

a primeira mulher presidenta do Departamento. Ela conta que:

O Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco ia indicar a representação na escolha da Presidência do Dieese. E foi um consenso na nossa Central me indicar. Mas, num primeiro momento, a minha indicação não foi aceita pelo conjunto da direção porque eu era da executiva do Dieese há menos de um ano. O grupo ligado à CUT não aceitou. Não por uma questão pessoal. Muito pelo contrário, ali tinham muitos amigos meus. O problema era o acordo que dizia que qualquer pessoa indicada teria que estar há pelo menos um ano na direção executiva do Departamento, para depois ter condições de ser presidente. O meu Sindicato participava da direção há muitos e muitos anos, e, devido à alternância entre CUT e Força na Presidência do Dieese, o cargo era da Força. Mas eles não acharam isso válido, e o Dieese ficou sem Presidência por alguns meses. O Paulo Paixão, do Sindicato dos Engenheiros de São Paulo, acumulou, durante um tempo, a Presidência e a vice-Presidência. E nós batemos o pé: 'Então, vai ficar sem presidente. Não tem outra indicação. A indicação é a Mônica'. O pessoal acabou aceitando e eu assumi a Presidência do Dieese depois de quase seis meses do início da gestão. De qualquer forma houve uma alteração no período de mandato, que passou de um para dois anos. Então, eu pude ficar no Dieese por mais um ano.¹⁷⁶

Ações Sociais

Entre a eleição de Jorge Nazareno, em 1997, e a virada do milênio, o Sindicato ainda realizaria grandes projetos, como o Centro de Solidariedade ao Trabalhador, a Associação Eremim, a Cooperativa de Crédito e o Espaço Cidadania.

176 Depoimento de Mônica Veloso ao Museu da Pessoa em 2006, por ocasião dos cinquenta anos do Dieese. Portal Memória Dieese.

Entre os anos de 1997 e 2000 Silas Bortolosso, do PTB, foi o prefeito de Osasco, sendo sucedido por Celso Giglio, que se elegeria novamente, desta vez sob a sigla do PSDB. Mas o prefeito que mais apoiaria o Sindicato nestas ações voltadas à comunidade se elegeria em 2005. Emídio de Souza, um metalúrgico já conhecido no meio sindical, iniciou naquele ano uma gestão marcada pelo diálogo com os trabalhadores, especialmente com a categoria metalúrgica, sendo reeleito em 2009. Emídio, em depoimento ao Centro de Memória Sindical, enfatiza o caráter cidadão do Sindicato:

Acho que o Sindicato dos Metalúrgicos, ao longo dos anos, e principalmente nos últimos anos, se tornou um dos mais combativos e importantes sindicatos da cidade. Ele alia uma história importante de luta, de resistência à ditadura militar, a um conceito de cidadania. E não se preocupa apenas com a defesa dos interesses dos metalúrgicos, destacando-se na questão da melhoria das condições de saúde do trabalhador, na luta social contra o desemprego e, mais recentemente, em trabalhos em parceria com a prefeitura, com o projeto Eremim, de apoio a crianças. É um 'Sindicato-Cidadão', que deu uma grande contribuição à nossa história.¹⁷⁷

CredMetal

No dia 29 de março de 1999, o Sindicato fundou a cooperativa de crédito CredMetal, autorizada pelo Banco Central do Brasil a partir de outubro daquele ano.

Este projeto surgiu a partir das experiências que os sindicalistas viviam em seu cotidiano, uma vez que a necessidade de créditos e empréstimos era recorrente entre funcionários e diretores do Sindicato.

177 Depoimento Centro de Memória Sindical, 2012.

O objetivo da cooperativa era oferecer crédito mais barato para os trabalhadores, e ser também uma oportunidade de financiar pequenos negócios. Desde sua criação, até os dias atuais, a cooperativa viveu um grande desenvolvimento, sobre o qual Jorge Nazareno comenta:

*Nossa cooperativa inspirou a cooperativa dos bancários, dos metalúrgicos de São Paulo, dos metalúrgicos de São Bernardo. Todas posteriores a nossa. Além da cooperativa dos aposentados da Força Sindical, que já abriu com trinta mil associados, sendo a maior de todas. Mas o processo de crescimento foi complexo e lento. Hoje a cooperativa atende muito bem uma demanda interna. Temos conseguido atender a todo mundo. Já emprestamos mais de sessenta milhões de reais no total. Vai chegar um momento em que teremos que pensar em fazer um banco dos trabalhadores.*¹⁷⁸

Centro de Solidariedade ao Trabalhador

Outra iniciativa do Sindicato para beneficiar trabalhadores osasquenses de todas as categorias, promovendo o encontro entre os desempregados e as empresas, foi a fundação do Centro de Solidariedade ao Trabalhador (CST), no dia 2 de julho de 1999. Influenciado pela experiência de São Paulo¹⁷⁹, e coordenado pelo diretor Milton Cavallo, o CST de Osasco resultou de uma parceria entre o Sindicato, a Força Sindical e o Ministério do Trabalho e Emprego, com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

Logo no início de sua instalação, uma equipe do CST se dedicou a percorrer as empresas de Osasco para apresentar o Centro e demonstrar as vantagens de contratar empregados por intermédio da instituição. O objetivo era atingir a meta inicial de empregar mil trabalhadores por mês.

178 Depoimento Jorge Nazareno, CMS, 2012.

179 O CST de São Paulo foi criado em 1998, por iniciativa da Força Sindical.

Além de eliminar os custos de agências de empregos, os contratantes teriam a garantia de que seriam encaminhados para seleção apenas os candidatos com o perfil solicitado. Com o tempo o Centro passou a oferecer também cursos gratuitos de qualificação e requalificação profissional.¹⁸⁰

O CST de Osasco funcionava na sede do Sindicato. Em 2005, quando foi criado o Portal do Trabalhador pela prefeitura de Emídio de Souza, o Centro de Solidariedade interrompeu suas atividades.

O Eremim

Em 9 de setembro de 1999 nasceu a Associação Eremim, um dos principais reflexos da preocupação do Sindicato com a ação comunitária.

A criação do Eremim começou a ser discutida no Sindicato a partir da busca pela solução de um problema concreto. Isto porque, segundo Jorginho:

Embora tivéssemos interesse em realizar um projeto para a comunidade voltado para educação, o fato de o Metalclube ter sido construído em uma área carente, o Jardim Rochdale, foi mero acaso. Isto porque nós ganhamos o terreno da prefeitura naquele lugar. Mas calhou de ser uma coisa que tem a ver com a nossa identidade operária. E, como o Clube tem uma boa infraestrutura, as crianças da redondeza pulavam o muro para usar as quadras. Pensamos então em como incorporá-las. A Mônica abraçou a ideia de construir a Associação e foi atrás de apoio. Ela juntou um grupo que bateu de porta em porta para divulgar o trabalho e chamar as crianças para participar. Eu imaginava que começaríamos com umas sessenta crianças, mas apareceram mais

180 Milton Cavalo, Metal Revista, nº 1, jan/2000: 8 e 9.

*de cem. O trabalho executado ali é muito bom. E o grande mérito disso é, principalmente, da Mônica.*¹⁸¹

Para construir esse projeto os diretores entraram em contato com outras organizações sociais voltadas a crianças carentes e, paralelamente, realizaram uma pesquisa com cerca de trezentas famílias do Jardim Rochdale sobre as necessidades e carências da juventude. Com o projeto delineado fez-se a divulgação para a comunidade. Mônica Veloso fala sobre esta construção:

*Em agosto de 1999, quando foram abertas as inscrições, compareceram aproximadamente quatrocentos interessados. Como a capacidade inicial do projeto era de 170 crianças, foi feita uma seleção entre os inscritos. Entre os critérios estavam a obrigatoriedade da matrícula e a frequência na rede pública de ensino, e a renda familiar. Foram priorizadas crianças que têm mães como chefe de família ou pais desempregados. O projeto divide o público por faixa etária e oferece atividades educacionais, esportivas e culturais, além de aulas de cidadania, orientação sexual, prevenção às drogas e preservação ao meio ambiente. É um trabalho muito importante para nós. Meu sonho é conseguir fazer cada vez mais dessa ação com as famílias uma ação de transformação, de desenvolvimento humano.*¹⁸²

Em 2013 a Associação Eremim venceu a 10ª edição do Prêmio Itaú-Unicef, na categoria médio porte. A premiação contou com 2.713 concorrentes de todos os Estados brasileiros. Como vencedor regional, o Eremim teve a oportunidade de participar da etapa nacional com o “Comunidade do Ere – Fazendo Arte com Criatividade”. Para a coordenadora da Associação, Valclécia Trindade, esta premiação

181 Depoimento Jorge Nazareno, CMS, 2012.

182 Depoimento Mônica Veloso, CMS, 2012.

demonstrou que é possível mudar a sociedade por meio de projetos educacionais e culturais. Segundo ela:

*O Eremim contribui para a construção de caminhos e instrumentos para que a transformação social aconteça, para que cada educando seja protagonista de sua história.*¹⁸³

Espaço Cidadania

Em 14 de fevereiro de 2001, outra novidade reiterou a preocupação do Sindicato com a comunidade, coroando as ações desenvolvidas na área de inclusão social, saúde e segurança no ambiente de trabalho: o Espaço Cidadania.

Sob a direção de Carlos Aparício Clemente, que na época, além de diretor do Sindicato, era também vereador em Osasco, o Espaço da Cidadania foi criado para estimular o debate sobre políticas públicas voltadas para a igualdade de oportunidades, com uma pauta básica:

Levantamento de informações sobre deficiência e trabalho sob a ótica do cumprimento da Lei de Cotas.

Disseminação destas informações para pessoas, sindicatos e outras instituições interessadas.

Comunicação permanente com a mídia, com objetivo de gerar matérias e divulgar as informações.

Estímulo às instituições para promovam ações afirmativas sobre o tema, seja individual ou coletivamente.

Orientação aos interessados na contratação de pessoas com deficiência, mantendo parceria de trabalho

183 *Visão Trabalhista*, edição 46, dezembro de 2013.

com o Centro de Solidariedade ao Trabalhador de Osasco.

Desde sua criação o Espaço promove debates, pesquisas, produz publicações sobre o tema da empregabilidade e inclusão, e orienta interessados na contratação de pessoas com deficiência.

O Espaço teve papel decisivo na organização dos estudos e debates que viabilizaram a aprovação da Lei de Acessibilidade em Osasco, sancionada em 20/09/2001.

Segundo o sociólogo, superintendente da Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho – Fundacentro, José Gaspar Ferraz de Campos, projetos como esse são imprescindíveis para o sindicalismo. Em suas palavras:

As vítimas de acidentes de trabalho são pessoas que não têm nenhuma condição de se recuperar. Não têm técnica nem ciência que consiga recuperar uma pessoa que perdeu os dois braços, ou que perdeu as duas pernas na altura da virilha. Não só o problema em nível pessoal, em nível econômico para o País, mas principalmente a desagregação familiar. A pessoa acidentada, que perde uma parte do corpo, passa a ter uma relação muito complicada com a família, de se aceitar, da família aceitar. É a realidade que temos visto. Nós, que andamos por aí, como o Clemente, sabemos muito bem o que ocorre pelas quebradas dessa grande São Paulo e desse Brasil.¹⁸⁴

Localizado na sede do Sindicato, na Rua Erasmo Braga, 307, 2º andar, o Espaço Cidadania conta com a ajuda de colaboradores e voluntários de cidades e Estados diferentes, com deficiência ou não.

184 Campos, José Gaspar Ferraz de, Abertura do Seminário Nacional “Estatísticas sobre doenças e acidentes do trabalho no Brasil: situação e perspectivas”, São Paulo, 6 a 8 de novembro de 2000.

Foto: Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco



Clemente, Ibrahin e Magrão em debate sobre filiação à Força Sindical, agosto de 1991

Foto: Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco



Milton Cavallo (à esquerda), na Cooperativa de crédito do Sindicato



Mônica Veloso e Jorge Nazareno com as crianças do Eremim, em 2004



Gilberto Almazan (Ratinho) peita policiais em frente a uma fábrica. Foto da década de 1990.

Capítulo 9

CONSTRUÇÃO DE UM NOVO TEMPO



2004 - Jorge Nazareno conversa com operários em assembleia na fábrica Amsted Maxion



Metalúrgicos de Osasco participam da 2ª Conclat, no Pacaembu, em 2010

No Brasil, o ano de 2002 ainda vivia os reflexos de uma crise econômica provocada pela queda do crescimento, desemprego e aumento da dívida pública. Com isto, Luíz Inácio Lula da Silva, embora tenha disputado todas as eleições presidenciais desde 1989, pela primeira vez aparecia com reais chances de se eleger perante seu maior concorrente, José Serra, do PSDB, partido da situação.

A força da candidatura de Lula, além de expressar uma reação política à falência do projeto neoliberal, surgia também como uma alternativa para o empresariado nacional, uma vez que os empresários viam seus negócios enfraquecidos pela entrada do capital estrangeiro.

O caminho para chegar à Presidência, entretanto, atravessou muitos desafios. Devido à situação econômica em que o Brasil se encontrava, Lula assinou um texto, que ficou conhecido como Carta aos Brasileiros, prometendo que, caso ganhasse a disputa, não tomaria medidas radicais que comprometessem a política econômica brasileira.

No dia 27 de outubro de 2002, Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), conseguiu eleger-se presidente com uma votação surpreendente de quase 53 milhões de eleitores.

Seu governo se desenvolveu com grande aprovação popular e teve como principais marcas a manutenção da estabilidade econômica, a retomada do crescimento do País, a redução da pobreza e da desigualdade social e um forte vínculo com os movimentos sociais, em especial o movimento sindical. Lula foi reeleito em 2006, com apoio do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco e parte dos dirigentes da Força Sindical.

Em 28 de maio de 2003, através da Lei nº 10.683, Lula criou o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), com representantes de diversos setores da sociedade, para assessorar

o presidente da República na formulação de políticas e diretrizes específicas. O então presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco, Jorge Nazareno, integrou este Conselho.

Marchas da Classe Trabalhadora

Aproveitando o bom momento, os sindicatos e as centrais sindicais encamparam reivindicações históricas, e colocaram em prática antigos projetos.

A realização das Marchas da Classe Trabalhadora, a partir de 2004, das quais o Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco participou desde seu início, sintetizou a disposição que se disseminava entre os sindicalistas.

Entre 2004 e 2009, a unidade de ação verificada nas seis Marchas da Classe Trabalhadora pressionou o governo, conquistou avanços e deu visibilidade a temas como a redução da jornada sem redução de salário, distribuição de renda, regulamentação da Convenção 151 e ratificação da Convenção 158, ambas da OIT (negociação coletiva no setor público e contra a demissão imotivada, respectivamente), não à precarização do trabalho, aprovação da PEC 438/01 (contra o trabalho escravo) e pelo trabalho decente.

Mas a principal conquista dessas marchas unitárias foi o acordo com o governo federal, que gerou a Lei 12.382, de março de 2011, garantindo uma política de valorização do salário mínimo até 2019 (quando foi revogada pelo governo de Jair Bolsonaro).

Tal reajuste, que levou o salário mínimo a ter uma valorização de 72% de aumento real, baseava-se na inflação do ano anterior somada à variação do PIB de dois anos regressos.

Paulo Pereira da Silva, o Paulinho, enfatiza a participação do Sindicato nestas lutas:

Em todas as lutas da Força Sindical que contemplavam os anseios da classe trabalhadora os trabalhadores e sindicalistas de Osasco estiveram presentes, dando uma importante contribuição. Conquistas como a legalização das Centrais Sindicais, os pagamentos das perdas do Fundo Garantia, a queda nas taxas de juros, a derrubada da Emenda 3 e a redução do IPI, entre outras.¹⁸⁵

2ª Conclat: Propostas de para um Projeto de Desenvolvimento

Em 2010, após a crise econômica mundial de 2008, precipitada pela Bolsa de Valores de Nova Iorque, o Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco marcou presença na 2ª Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (Conclat), realizada pelas centrais sindicais brasileiras Força Sindical, CUT, CTB, CGTB e NCST no dia 1º de junho de 2010, no estádio do Pacaembu, em São Paulo.

A 2ª Conclat foi o resultado de um processo de debates entre os sindicalistas sobre a economia e a situação dos trabalhadores brasileiros.

A crise e o processo de globalização das últimas décadas, deixaram os trabalhadores em uma situação vulnerável, reduzindo a capacidade dos países de controlar e executar políticas de suporte ao desenvolvimento econômico, com geração de emprego e inclusão social.

As centrais toparam o desafio de construir uma nova agenda dos trabalhadores brasileiros e apresentá-la para os principais pré-candidatos à Presidência da República: José Serra, do PSDB, e Dilma Rousseff, do PT. Desta forma, a “Agenda da Classe Trabalhadora” frisou a necessidade de se implantar, como princípio,

¹⁸⁵ Depoimento Paulo Pereira da Silva, presidente da Força Sindical, na época do depoimento, CMS, 2012.

as soluções coletivas e a qualidade de vida do trabalhador. Destacou o fortalecimento dos laços internos de solidariedade e cooperação internacional, de forma a potencializar a luta por novos modelos de desenvolvimento sustentável. Trouxe sugestões para ampliar a distribuição de renda, propôs a revogação do Fator Previdenciário e afirmou a necessidade de valorizar a educação pública e de qualidade, de fortalecer o Sistema Único de Saúde (SUS) e o Programa de Aceleração de Crescimento (PAC). Sobre questões trabalhistas, a Agenda destacou a bandeira da redução da jornada de trabalho, a luta pela ratificação da Convenção 158 da OIT, que coíbe a dispensa imotivada, e a regulamentação da Convenção 151 da OIT, sobre a negociação coletiva no setor público¹⁸⁶.

Dilma Rousseff

Nas eleições presidenciais de 2010, pela primeira vez, a maior parte das centrais sindicais (com exceção da União Geral dos Trabalhadores – UGT, que apoiou apenas parcialmente) se uniu em torno do apoio à candidata Dilma Rousseff, do PT, sucessora do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Dilma venceu o segundo turno das eleições, realizado em 31 de outubro, sobre o candidato José Serra, e assumiu o cargo em 1º de janeiro de 2011.

40 anos da Greve que colocou o Sindicato na História contra a Ditadura¹⁸⁷

O aniversário de 40 anos da greve dos metalúrgicos de Osasco em 1968 foi comemorado em julho de 2008 com uma série de ativida-

186 Força Sindical, 20 anos de Lutas, 2011: 34.

187 Rumo aos cinquenta anos. Debates e homenagens marcam aniversário de quarenta anos da greve que colocou o Sindicato na história contra a ditadura.

des na semana “1968: Memórias de uma História de Luta”.

A abertura dos eventos ocorreu em uma quarta-feira, 16 de julho de 2008, exatos quarenta anos depois que metalúrgicos da Cobrasma e da Lonaflex iniciaram a greve. Na ocasião o ex-presidente do Sindicato, José Ibrahin afirmou:

Osasco teve a visão de combinar a luta reivindicatória com a luta política. Mas 68 ainda não acabou, porque há muito que fazer.

José Groff, que era presidente da Comissão de Fábrica da Cobrasma na época, levantou a responsabilidade da juventude em manter o trabalho e as conquistas sindicais:

A juventude precisa da balada e do futebol, mas também se organizar no ambiente de trabalho.

Além dos debates e dos depoimentos de sindicalistas, a semana contou com a estreia da peça de teatro “68+40”, do grupo Boca de Pano, apresentada no Teatro Municipal de Osasco; com a exposição “Direito à Memória e à Verdade”; com a inauguração de um monumento ao lado da estação da CPTM de Osasco em homenagem aos trabalhadores José Campos Barreto, João Domingues e Dorival Ferreira, mortos pela ditadura militar¹⁸⁸; e com a exibição de um documentário sobre o movimento produzido pelo Sindicato.

Documentário Osasco é o exemplo

O documentário *1968: Memórias de uma História de Luta*, exibido no aniversário de quarenta anos da greve para um público de cerca de duzentas pessoas, é rico em depoimentos, informações e análises sobre o contexto de repressão em que o movimento foi organiza-

188 A homenagem é resultado da parceria entre prefeitura, Sindicato e Secretaria Especial dos Direitos Humanos.

do. O presidente do Sindicato, Jorge Nazareno, explica que:

Procuramos retratar no documentário a história dos trabalhadores, a partir de Osasco, e também homenagear os companheiros e companheiras que organizaram a greve.

A instituição do dia 16 de julho como Dia Municipal em Homenagem à Greve dos Trabalhadores de Osasco de 1968, por meio da aprovação da Lei 4.243, do vereador Aloizio Pinheiro (PT), foi um dos resultados desta rica semana de homenagens.

Sindicato forte e atuante

Em junho de 2012, cerca de trezentos delegados sindicais fizeram da plenária do 7º Congresso do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco um momento histórico, com a aprovação de propostas para os quatro anos seguintes. A diretoria tomou posse em março de 2013.

A posse foi prestigiada pelo então prefeito Jorge Lapas, sucessor de Emídio na prefeitura de Osasco¹⁸⁹.

Compareceram também o deputado federal João Paulo Cunha, o ex-prefeito Emídio de Souza e o metalúrgico José Pedro da Silva, que em outros tempos integraram chapas de oposição à direção do Sindicato, constituindo a chamada “Oposição Sindical”.

A presença daqueles quadros confirma uma das características cruciais do perfil do Sindicato, levantada pelo presidente Jorge Nazareno na cerimônia: a capacidade de abranger a oposição, fomentando uma cultura de democracia e de debates. Para Antônio Roxo:

As lideranças da oposição têm abertura para participar das reuniões e das festividades do Sindicato. Também

189 Gestão 2013 a 2017.

*há o fato de o Jorginho ter assumido a Presidência, e ter um vínculo político com a antiga oposição, porque era da Alternativa Metalúrgica. Isto é positivo, é democrático. Essa ideia de se ter uma voz única já perdeu o rumo da história. Hoje nós temos que trabalhar na convergência dentro da divergência.*¹⁹⁰

Sob o tema “Rumo ao Trabalho Decente, Por uma Sociedade mais Justa”, o Congresso trouxe a novidade de ser aberto para a sociedade, e não voltado apenas para a categoria.

Um desafio que, segundo Carlos Aparício Clemente, permitiu uma maior integração entre os municípios da base do Sindicato.

*O Congresso não foi só para os metalúrgicos, mas também para a sociedade. Muitos dos participantes desse Congresso vieram de setores que hoje tem interface com o Sindicato. Foi nosso sétimo Congresso, e o primeiro aberto para gente de fora da categoria. Isto permitiu uma integração das regiões abrangidas pelo Sindicato com Conselhos Municipais, comissões e entidades. Nos Congressos anteriores partimos de situações bem mais modestas e restritas. A forma que assumimos desta vez foi um desafio. Se fôssemos inseguros ou covardes não faríamos isso, porque poderia trazer para o Sindicato teses que poderiam nos derrubar. Mas isto não aconteceu.*¹⁹¹

Mulheres Sindmetal

Enfatizado nas discussões da diretoria desde a década de 1980, época em que a desigualdade de gênero no mercado de trabalho era muito mais acentuada, a questão da mulher trabalhadora ga-

190 Depoimento Antônio Roxo, CMS, 2012.

191 Depoimento Aparício Clemente, CMS, 2012.

nhou grande fôlego em 2007, com a criação do Coletivo Mulheres Sindmetal.

Organizado a partir do envolvimento das metalúrgicas na campanha salarial daquele ano, o coletivo foi essencial para a incorporação de novos direitos à Convenção Coletiva da categoria, como por exemplo a ampliação da licença-maternidade para 180 dias, em algumas das Convenções; estabilidade a gestantes; licença para trabalhadora adotante; licença em caso de aborto; amamentação; licença em caso de violência doméstica, entre outras.

Além disso, esta organização proporcionou uma crescente participação feminina na diretoria do Sindicato, nas Cipas, na organização no local de trabalho, como delegadas sindicais, como membros nas comissões de fábricas e PLR (Participação nos Lucros ou Resultados), como também nos seminários e manifestações organizados pela entidade.

Vale ressaltar que, neste contexto, a diretora do Sindicato Mônica Veloso assumiu a Secretaria de Desenvolvimento, Trabalho e Inclusão de Osasco durante a gestão do prefeito Jorge Lapas.

Durante as preparações para o 7º Congresso, o Coletivo realizou a Estação Mulher 3, em Caraguatatuba, e de lá saíram uma série de ideias que fizeram parte das teses do Congresso.

Contudo, ainda são muitos os desafios no que diz respeito à luta sindical. A então diretora do Coletivo “Mulheres Sindmetal”, ex-gerente do Fundo Social de Solidariedade de Osasco e ativista política, Gleides Sodré, avalia que as mulheres, que são maioria na sociedade e no mercado de trabalho, devem ocupar seus espaços. Segundo ela:

Mais do que uma maioria numérica, os dados mostram um fato que é inegável: a necessidade de se garantir polí-

ticas públicas que olhem pela igualdade de oportunidades, dentro e fora do mercado de trabalho, nos mais diferentes espaços de vivência dessas cidadãs. Falamos da maioria da população brasileira que precisa ver seus direitos respeitados. Maioria que ajudou eleger Dilma Rousseff para a Presidência da República. Porém, esse é um caminho de mão dupla. Assim como temos o papel de cobrar, também temos que nos engajar e lutar. As mulheres só terão igualdade de oportunidades, só haverá menos preconceito e mais respeito se ampliarmos nossa participação em espaços de decisão, como o movimento sindical, as Cipas, as comissões de PLR, as comissões de fábrica, as associações de bairro, os partidos políticos. Só intervindo mais é que vamos conseguir dialogar com os homens e, assim, em parceria, construir políticas públicas que realmente transformem a realidade em que o preconceito ainda fala mais alto que os números.¹⁹²

Metalcamp

No dia 23 de março de 2013, um sábado, foi inaugurado no município de Cotia o Metalcamp, clube de campo com 74 mil metros quadrados, com muito verde, piscinas, quadra esportiva, churrasqueira, cachoeira e trilha. Cerca de mil pessoas prestigiaram a inauguração. O clube iniciou suas atividades, voltadas aos sócios, no dia 23 de abril do mesmo ano.

¹⁹² Sodré, Gleides, *Para que a maioria fale mais alto*, Portal Força Sindical, 10 de março de 2011.



Gilberto Almazan (Ratinho), Milton Cavalo, Gleides Sodré, Aparício Clemente, Mônica Veloso e Alex da Força na posse da diretoria, em março de 2013



Gilberto Almazan (Ratinho), em assembleia na fábrica Mecano, março de 2012

Capítulo 10

ANOS TURBULENTOS



João Batista em assembleia em porta de fábrica, 2017



Ratinho fala durante a Greve Geral de 28 de abril de 2017

Em 2014, 50 anos depois do golpe militar, as ações arbitrárias do Estado durante a ditadura foram revistas através do relatório elaborado pela Comissão Nacional da Verdade, apresentado em dezembro à presidente Dilma Rousseff. O documento mostrou que a prática de detenções ilegais e arbitrárias, tortura, violência sexual, execuções, desaparecimentos forçados e ocultação de cadáveres foi resultado de uma política estatal, caracterizando-se como crimes contra a humanidade. Mostrou também que os militares disseminavam o terror como forma de intimidação, uma vez que se sabia que a tortura não produziria informação significativa. No relatório são apontados 434 mortes e desaparecimentos de vítimas no país, e mais de 300 pessoas, entre militares, agentes do Estado e até mesmo ex-presidentes da República, foram responsabilizadas.

Entretanto, a Comissão Nacional da Verdade não previu a punição ou o julgamento destes crimes, limitando-se a registrar os episódios obscuros dos porões da ditadura.

Há que se considerar que na ocasião da apresentação do relatório (desde junho de 2013, quando grandes manifestações varreram o país), o contexto político era de grande acirramento. E este é um importante episódio da história recente.

Manifestações de junho de 2013

A repressão violenta contra os protestos que reivindicavam passe livre nos transportes públicos de São Paulo foi o estopim de um movimento que virou o país do avesso. Iniciados espontaneamente, eles foram inflados pela TV, que transmitia ao vivo o quebra-quebra, e pelas redes sociais, onipresentes por meio da massiva disseminação de smartphones. Grupos adeptos da tática *black bloc*

se destacaram pela agressividade performática, e a violência policial deu lugar à violência dos *black blocs*. Diferente de 1968, estas manifestações adquiriram cada vez mais um caráter despolitizado, com ataques às instituições políticas e aos movimentos sociais tradicionais.

Temas como PECs 37 e 33, “cura” gay, gastos com a Copa das Confederações de 2013 e com a Copa do Mundo de 2014 e o fim da corrupção passaram a dar o tom dos protestos. Reside ali o embrião da Lava Jato, que passou a perseguir arbitrariamente políticos progressistas com peso e importância na sociedade.

Segundo Governo Dilma

Foi nesta situação que a presidente Dilma recebeu o relatório da Comissão da Verdade. E, apesar da ofensiva de direita que avançava, ela conseguiu se reeleger no segundo turno da eleição presidencial de 2014. Uma vitória apertada: ela obteve 51,64% dos votos válidos.

Com o país abalado pela crise econômica e política, seu último mandato foi turbulento desde o início, marcado por intensa animosidade com o então presidente da Câmara dos Deputados, o ex-deputado federal Eduardo Cunha. Em dezembro de 2015, Cunha deu início ao processo de impeachment da presidente, acatando uma denúncia por crime de responsabilidade elaborada pelo Procurador de Justiça aposentado Hélio Bicudo e pelos advogados Miguel Reale Júnior e Janaina Paschoal. Processo que se encerrou no dia 31 de agosto de 2016, resultando na cassação do mandato de Dilma.

Para Gilberto Almazan (Ratinho), desde a Primavera Árabe havia uma conspiração para um golpe aqui no Brasil:

Principalmente por parte dos EUA. Houve um grampo na Dilma. Não grampearam à toa. Quais eram os motivos? Algumas teorias falam que o objetivo era quebrar as indústrias fortes do Brasil. Como a indústria da Construção Civil e a Petrobras. Então, em nossa opinião, houve uma articulação, com participação internacional, do pessoal da direita.¹⁹³. Talvez a sociedade brasileira não tenha percebido isso a tempo, quando aconteceu o golpe¹⁹⁴.

Tempos de crise

O impeachment consolidou o caráter retrógrado que prevaleceu nos movimentos que explodiram em 2013 e inaugurou um novo período obscuro, no qual forças do radicalismo de direita, vencidas em 1985, retornavam à cena.

Em 31 de agosto de 2016, após um escandaloso impeachment, o vice-presidente Michel Temer assumiu a presidência negando todo o programa que o elegeu. Temer colocou em prática uma agenda ultraliberal batizada de “Ponte para o Futuro”.

Suas propostas, todavia, ao contrário do que o nome sugere, apontavam para um passado colonial, anterior à industrialização e às leis trabalhistas. Temer levantou a bandeira das alas mais conservadoras e atrasadas do patronato e impôs, de maneira arbitrária, medidas que custaram muito ao povo brasileiro, como a Emenda

193 A ação de espionagem americana sobre integrantes do governo brasileiro, revelada pelo site WikiLeaks, contava com 29 linhas telefônicas do alto escalão que foram monitoradas. O WikiLeaks mostrou que a Agência de Segurança Nacional (NSA) americana espionava autoridades e chefes de Estado de vários países e que, no Brasil, espionou não apenas Dilma, mas também servidores de seu gabinete, auxiliares próximos e ministros. Até mesmo o telefone via satélite do avião presidencial foi grampeado. A descoberta do WikiLeaks foi revelada pela Globo News, em parceria com o site investigativo “The Intercept”. Os documentos mostram que a espionagem começou em dezembro de 2010.

194 Depoimento ao CMS em março de 2023.

Constitucional nº 95, também conhecida como a Emenda Constitucional do Teto dos Gastos Públicos, e a Reforma Trabalhista, instrumentalizada pela Lei nº 13.467 de 2017.

O período exigiu ação da classe trabalhadora para conter a sanha direitista do presidente.

Necessidade de resistência

Os protestos contra as medidas liberais correram pelos sindicatos. Em comemoração ao Dia Internacional de Luta das Mulheres, em 8 de março de 2017, o Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco e Região – juntamente com outras entidades – promoveu uma manifestação pelas ruas do centro da cidade contra a retirada de direitos e pela reinstauração da Coordenadoria da Mulher, Igualdade Racial e Diversidade Sexual¹⁹⁵.

Dia 28 de abril de 2017, 2 dias depois da Reforma Trabalhista ser aprovada na Câmara dos Deputados, ocorreu uma greve geral que mobilizou 40 milhões de brasileiros em mais de 150 cidades contra as reformas.

O Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco e Região havia decidido aderir em peso à greve em uma assembleia realizada no dia 6 de abril. No dia 28, na: “Além do transporte, boa parte do comércio osasquense amanheceu de portas fechadas”, noticiou o jornal Visão do Oeste.

Um mês depois, em 24 de maio, uma grande manifestação em Brasília contra as medidas antissociais do governo de Michel Temer foi reprimida por ordem do presidente, que convocou as Forças Armadas para conter os manifestantes. “Da base do Sindicato, companheiros de diversas fábricas fizeram questão de participar

195 “Mulheres percorrem ruas de Osasco contra a reforma da Previdência”, por Carol Nogueira, 08/03/2017, em Visão do Oeste. Visto em 08/08/2023.

do ato”, informou o site do Sindicato no dia da manifestação.

Reforma Trabalhista

A Reforma Trabalhista, entretanto, foi aprovada no Senado Federal no dia 11 de julho e sancionada pelo Presidente no dia 13 de julho. A lei passou a valer no país a partir de 11 de novembro de 2017.

Entre outras medidas nefastas, ela estendeu as jornadas, passou a abordar a figura do trabalhador intermitente, que não havia na legislação, e liberou o trabalho de mulheres grávidas em ambientes considerados insalubres (item derrubado no Supremo através de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade – ADI 5.938, da Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos – CNTM), presidida por Miguel Torres. O pagamento do piso ou salário-mínimo passou a não ser obrigatório na remuneração por produção. Além disso, a reforma abriu a possibilidade de empregados e empregadores negociarem todas as formas de remuneração, que não precisariam mais fazer parte do salário.

O plano de carreira passou a poder ser negociado entre patrões e empregados sem necessidade de homologação nem registro em contrato, podendo ser modificado constantemente. A reforma também abriu a possibilidade de a homologação ser feita na empresa, na presença dos advogados do empregador e do funcionário, dispensando a obrigatoriedade de passar pelos sindicatos.

Também mudou a Justiça do Trabalho. No caso de perda da ação, o trabalhador passou a arcar com as custas do processo.

Sobre as negociações coletivas, a reforma estabeleceu que convenções e acordos coletivos poderão prevalecer sobre a legislação. A reforma também tornou voluntária a Contribuição Sindical, destruindo a sustentação financeira dos sindicatos. O Dieese estimou que,

com isso, as entidades perderam em média 70% de suas receitas.

Essas foram algumas das mudanças que só beneficiaram as empresas em detrimento aos trabalhadores, desvalorizando os sindicatos e as assembleias e, por consequência, diminuindo o poder de negociação.

A Reforma Trabalhista, em suma, constituiu uma perda de direitos historicamente conquistados. Por isso, foi muito criticada por entidades de trabalhadores, pelo Ministério Público do Trabalho, pela Organização Internacional do Trabalho, entre outros.

O objetivo alegado pelo Governo, “combater o desemprego e a crise econômica”, revelou-se, com o passar dos anos, uma grande falácia. O que se verificou sobre a Reforma Trabalhista foi o aumento do desemprego, da pobreza e da precarização do trabalho.

Segundo Almazan, o desmonte do movimento sindical é anterior à reforma, pois o Ministério Público e o sistema judiciário já vinham atacando as entidades.

As centrais sindicais chegaram a denunciar o Ministério Público do Trabalho na OIT por práticas antissindicais aqui no Brasil. Como proibir o desconto de quem não é sócio, impor a aceitação da carta de oposição. Isso bem antes da reforma. A gente foi buscando meios de se manter nessa situação¹⁹⁶.

Mas a reforma aprofundou a crise e o embate contra o movimento sindical cresceu.

O sindicalista afirma que o imposto sindical não era a fonte de arrecadação mais importante do Sindicato.

196 Em depoimento ao CMS, março de 2023.

A gente chegou a, no início da década de 1990, devolver o imposto sindical para a categoria. Girava em torno de 10% da arrecadação do Sindicato. Não era expressiva. O que prejudicou o Sindicato foi o Ministério Público não aceitar o resultado de uma assembleia sobre contribuição assistencial. A gente chamava a assembleia da categoria, com a direção, oposição, todo mundo no auditório. Chegamos a fazer assembleia com mais de dez mil pessoas. E falávamos quanto o Sindicato precisava para sobreviver. O pessoal debatia. Chegávamos a um meio termo. A categoria toda pagava e não tinha problema financeiro. Quando vem o Ministério Público e fala que o resultado da assembleia não vale, que quem não quer pagar faz uma carta de oposição, as empresas começam a incentivar os trabalhadores a fazer isso, aí começa a cair a arrecadação do Sindicato.

Segundo ele, o Sindicato perdeu dois terços de arrecadação.

O que ficou foram as mensalidades dos associados e os resultados das lutas, de ir para as fábricas e conscientizar o trabalhador para que ele não fizesse a carta de oposição. Hoje, a grande maioria não faz a carta. De 40 mil chegam umas 4 mil cartas.

O enfraquecimento dos sindicatos gerou perdas para os trabalhadores que vão além dos temas próprios do sindicalismo. Isso, porque, conforme explica o jornalista Jeferson Martinho:

Ainda durante os primeiros governos Lula e Dilma (2003 - 2016), ganhou força também nos sindicatos, até pela constatação da ausência do Estado em vários aspectos da vida do trabalhador e da sua família, o que se convencio-

*nou chamar de sindicalismo cidadão, que é usar as ferramentas que o sindicato dispõe como forma de suprir necessidades de saúde, lazer, entre outros, do trabalhador e sua família. Mas até isso perdeu para essa visão de mundo deturpada de que o sindicalismo está aí somente para tirar dinheiro do trabalhador, sendo que na verdade a taxa anual não é perda nenhuma*¹⁹⁷.

Um novo obscurantismo

Após as eleições presidenciais de 2018, a situação ficou ainda mais trágica para os trabalhadores, para os movimentos sociais e, em especial, para o movimento sindical. Com uma campanha que se baseou em promessas de reformas liberais na economia e conservadoras nos costumes, além de uma bandeira anticorrupção e contra o próprio sistema político, um ex-deputado há anos agarrado na máquina pública, Jair Bolsonaro, se elegeu em outubro de 2018, no segundo turno, contra Fernando Haddad, do PT. Sua vitória foi mais uma consagração da extrema direita.

Logo no dia da posse, em 1º de janeiro de 2019, Bolsonaro extinguiu o Ministério do Trabalho e Emprego, sinalizando sua indisposição quanto aos trabalhadores brasileiros. Desde então, ele impôs diversas medidas impopulares, dando continuidade ao desmonte da legislação trabalhista e previdenciária iniciada por Temer.

Nas palavras de Jeferson Martinho, Bolsonaro representa “uma extrema direita autoritária, preconceituosa e violenta”¹⁹⁸. Um grupo que, para ele, ainda demandará necessidade de uma resistência muito grande.

197 Em depoimento ao CMS, março de 2023.

198 Em depoimento ao CMS, março de 2023.

Em junho de 2019, o discurso pretensamente anticorrupção da extrema direita começou a ruir com as revelações do esquema de manipulação política envolvendo a Lava Jato pelo site The Intercept Brasil. As revelações, que ficaram conhecidas como Vaza Jato, não deixaram dúvidas sobre os interesses de grupos sociais que estavam por trás das armações do impeachment de Dilma Rousseff, da narrativa contra os movimentos sociais, da perseguição ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva e da eleição de Jair Bolsonaro.

Pandemia

A crise que se instalou com o governo Bolsonaro ainda seria agravada a partir de março de 2020, quando a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou que o mundo vivia uma pandemia. Identificada pela primeira vez na cidade de Wuhan, província de Hubei, na China, em dezembro de 2019, a Covid-19 chegou ao Brasil em 25 de fevereiro de 2020 (quando o Governo de São Paulo confirmou o primeiro caso).

A pandemia impôs novas formas de trabalho, como o trabalho remoto, o home office, trabalho por aplicativos, por plataformas e as videoconferências. Intensificou o uso de aplicativos de entrega, já que as pessoas foram orientadas a não saírem de casa. As escolas foram fechadas, substituídas, em muitos casos de forma precária, por aulas on-line.

O propagado “novo normal” advindo da coronacrise revelou as profundas desigualdades sociais no Brasil e no mundo. A pandemia de Covid-19 expôs a fragilidade das medidas neoliberais adotadas pelo Brasil desde 2016, como a Reforma Trabalhista, a Emenda Constitucional do Teto dos Gastos Públicos, a privatização dos serviços públicos, desregulamentação do trabalho, e deixou clara a importância do Sistema Único de Saúde (SUS).

A postura negacionista do presidente Bolsonaro, que diversas vezes não só minimizou a gravidade do problema, como debochou da doença e dos brasileiros atingidos por ela, tornou as coisas ainda piores. Contrariando as orientações da OMS de isolamento e distanciamento social, Bolsonaro continuou participando de manifestações com seus apoiadores, sem o uso da máscara de proteção e sem distanciamento social, mesmo no auge das mortes pelo coronavírus. Ele defendeu o uso do medicamento cloroquina, mesmo não sendo uma forma apropriada para combater o coronavírus. Defendeu abertamente a reabertura dos serviços e comércios, sob alegação de que a economia não poderia parar, negligenciando as responsabilidades do governo com a saúde da população e com a necessidade de subsídios econômicos.

O Congresso Nacional, por outro lado, com apoio do Supremo Tribunal Federal, criou subterfúgios como o auxílio emergencial, além de mexer nas regras trabalhistas, possibilitando a suspensão do contrato por tempo determinado e o acesso ao Seguro Desemprego.

Estas medidas resultaram da pressão das entidades sindicais e de parlamentares comprometidos com a causa social. O auxílio emergencial inicialmente proposto pelo governo era de R\$ 200,00, mas as centrais sindicais propuseram R\$ 500,00, resultando daí o valor de R\$ 600,00, que foi concedido pelo Governo Federal, entre abril e setembro de 2020, aos trabalhadores informais, microempreendedores individuais (MEI), autônomos e desempregados. A partir de setembro de 2020, o valor foi baixando gradativamente.

Enfrentar a doença, sua propagação e seus efeitos econômicos tornou-se a principal tarefa de todas as instituições comprometidas com o país.

Houve um trabalho muito grande da diretoria do Sindicato dos

Metalúrgicos de Osasco e Região para tentar manter os empregos na base. Segundo Almazan, em boa parte se conseguiu.

A Cinpal, por exemplo, que tem dois mil trabalhadores, chegou a cogitar de mandar 900 pessoas embora de uma vez. E a gente conseguiu um acordo de redução de jornada, com aquela complementação do governo e de auxílios, então conseguimos reduzir para cerca de 100 demissões naquela fábrica. Em outras empresas evitamos completamente as demissões¹⁹⁹.

Mas uma quantidade muito grande de trabalhadores foi contaminada.

O Sindicato teve notícias de 40 mortes de trabalhadores que estavam na produção em um período de um ano e meio. Pessoas de 30 a 50 anos que morreram em função da pandemia. E tantos outros que ficaram com sequelas²⁰⁰.

E houve, ainda, dificuldade de garantir que as empresas implementassem as medidas de segurança sanitária, como relata o atual secretário-geral, João Batista:

Logo no início tivemos dificuldades de várias fábricas de garantir o cumprimento dos protocolos da Anvisa, da Vigilância Sanitária. Mesmo tendo trabalhadores mortos por Covid, alguns ainda tinham resistência em usar a máscara. Fizemos assembleias com pontos marcados de dois metros para conscientizar sobre a necessidade das medidas. Mas ao mesmo tempo a postura do governo federal desincentivava o trabalhador. De forma irresponsável²⁰¹.

199 Em depoimento ao CMS, março de 2023.

200 Idem

201 Em depoimento ao CMS, março de 2023.



Comissão Municipal da Verdade em Osasco, agosto de 2014

Clemente apresenta Pesquisa Metalúrgica, em fevereiro de 2016



Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco e Região em ato "Fora Temer", na Avenida Paulista, junho de 2016

Capítulo 11

Grandes Desafios para uma nova gestão



Chapa 1, para gestão 2020-2025



Participantes do ato de divulgação da Pesquisa Metalúrgica de 2021

Foi neste contexto de grandes dificuldades que, em setembro de 2020, Gilberto Almazan foi eleito para a presidência do Sindicato.

De família operária, o metalúrgico da Mecano Fabril, Gilberto Almazan, também conhecido como Ratinho, teve sua trajetória sindical ligada à luta por saúde e segurança do trabalhador. Foi presidente do Diesat e, como membro da comissão de negociação da Federação dos Metalúrgicos do Estado de São Paulo, contribuiu com o fortalecimento da convenção coletiva e para a unificação da campanha salarial da categoria em todo o Estado.

Sempre atuei na área de saúde e segurança. Fui cipeiro na fábrica. O que me trouxe para o Sindicato foi a luta na área de saúde e segurança. Aprendi muito no Diesat. Interagir com outras categorias dá um aprendizado muito grande, disse em entrevista ao Centro de Memória Sindical²⁰².

Ele assumiu no dia 23 de março de 2021, à frente de uma direção com 28 membros, sendo 5 mulheres, representando os metalúrgicos de Osasco, Barueri, Carapicuíba, Cotia, Embu das Artes, Itapeverica da Serra, Itapevi, Jandira, Pirapora do Bom Jesus, Santana de Parnaíba, Taboão da Serra e Vargem Grande Paulista.

Em seu primeiro artigo²⁰³ como presidente publicado no site do Sindicato Almazan fala da responsabilidade de assumir aquele cargo em um momento de “muitos embates” e de “enfrentamento a vários ataques aos direitos da classe trabalhadora, diante de uma forte crise econômica e de uma pandemia tão avassaladora como a Covid-19”. Ele pontuou que sob sua direção o Sindicato colocará “o emprego e a saúde como elementos fundamentais na pauta

202 Em depoimento ao CMS, março de 2023.

203 “Nossas prioridades são os empregos e a vida”, Gilberto Almazan, publicado em 25/03/2021, no site da Força Sindical. Visto em 08/08/2023.

de luta deste e dos próximos anos”, imprimindo, desta forma, sua vocação construída principalmente na luta pela saúde, segurança, direitos e melhor condição de vida do trabalhador.

O novo presidente ressaltou também a necessidade da luta pela inclusão das pessoas com deficiência no mercado de trabalho, pela igualdade de gênero, bem como a defesa da democracia.

No dia 9 de agosto de 2021, ainda em plena pandemia e sob as agruras do governo Bolsonaro, o Sindicato divulgou uma nota alertando que a postura autoritária daquele presidente representava “sérios e cruéis riscos para toda sociedade e para o estado democrático de direito”. “Reiteramos ainda que o presidente da República, neste momento, deveria ter as suas atenções voltadas à geração de empregos, à vacina em massa contra a Covid-19, ao combate à fome e à miséria. Deveria mobilizar o seu governo para tratar do fortalecimento da indústria nacional, de melhorias para saúde e educação. Mas prefere insistir em declarações difamatórias contra a Justiça Eleitoral, membros do poder judiciário e da oposição”, dizia a nota²⁰⁴.

3ª Conclat

As lutas por melhores ambientes de trabalho, criação de empregos, proteções dos direitos trabalhistas, sociais e previdenciários, combate às desigualdades, defesa da democracia, soberania e vida, levaram todo o movimento sindical a convergir, em abril de 2022, para a realização da 3ª Conclat (Conferência da Classe Trabalhadora).

O Sindicato participou do lançamento da Pauta Unitária apresentada pelos presidentes das centrais sindicais. “Um documento com medidas emergenciais para garantir emprego, renda, salários dig-

204 Crise institucional provocada por Bolsonaro, Opinião do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco e Região, 09/08/2021.

nos e fortalecimento da representação dos trabalhadores. Além de demonstrar preocupação com a vida, com a segurança do trabalhador”, pontuou o presidente do Sindicato na ocasião.

Assim como na 1ª Conclat, em 1981, a Conferência de 2022 foi uma ação de politização para a classe trabalhadora, consolidando uma agenda de lutas para enfrentar grandes desafios, como o desemprego, retirada de direitos e desigualdade.

Tragédia na Multiteiner

Os prejuízos para os trabalhadores, todavia, se acumulavam e apareciam de diversas formas. Um forte agravante foi o desmonte do Ministério do Trabalho e dos órgãos de fiscalização. Negligência que colocou em risco a vida de milhões de trabalhadores brasileiros, retrocedendo em conquistas no campo da saúde e segurança do trabalho.

Para os metalúrgicos de Osasco e região, o final do mandato de Bolsonaro ficou marcado com a morte trágica de nove pessoas, sendo sete mulheres, na fábrica de contêineres Multiteiner, no dia 20 de setembro de 2022, em Itapecerica da Serra.

O Sindicato acionou o Ministério Público do Trabalho e o Ministério do Trabalho, que, naquela época, já havia sido recriado, ainda que com grandes limitações. A falta de auditores fiscais e a de estrutura dos órgãos fiscalizadores foram questões apontadas pelos sindicalistas como parte da causa da tragédia.

O caso se desenrolou até o ano seguinte. Já sob um novo governo, o Ministério do Trabalho apontou uma série de irregularidades praticadas pela empresa. A Multiteiner recebeu 11 autos de infração. Os auditores do Ministério destacaram o descumprimento da NR (Norma Regulamentadora) 08, que trata das edificações, e também encontraram irregularidades em contratos de trabalho, jorna-

da de trabalho, intervalo para almoço, entre outros. João Batista, que assumiu a secretaria geral na chapa de Gilberto Almazan, em 2021, explica que, com a Reforma Trabalhista e os governos Temer e Bolsonaro, tal situação se acentuou, mas não há reposição dos auditores fiscais que se aposentam desde os governos progressistas.

No governo Bolsonaro nem se fala. Foi um desastre. Mas os governos anteriores não foram compensando as aposentadorias, afastamentos, mortes, não foi repondo à altura. Nos últimos dois governos isso de fato degingolou²⁰⁵.

Filho de lavradores do interior do Piauí, João Batista da Costa chegou em São Paulo com 19 anos, em 1984. Tornou-se metalúrgico na fábrica Columbia, em São Paulo, e foi convidado pelo então presidente Jorge Nazareno, o Jorginho, para compor a chapa do Sindicato em 2008. “Na época que eu vim para o Sindicato eu era cipeiro na KSB”. Entrou para a direção em março de 2009.

Fim e sequelas da grande crise

Depois dos anos de gestão de Temer e Bolsonaro, os índices sociais estavam deploráveis. Em junho de 2022, uma pesquisa da Oxfam Brasil²⁰⁶ mostrou que 33 milhões de pessoas passavam fome no país, e que as dificuldades advindas da pandemia e da má gestão pública foram agravadas pelas reformas liberais, como a Reforma Trabalhista, a Reforma da Previdência e a PEC do teto de gastos. Dados que contradizem a sustentação ideológica que deu suporte às reformas.

O crescimento da extrema direita e de uma política neoliberal não

205 Em depoimento ao CMS, março de 2023.

206 Fome avança no Brasil em 2022 e atinge 33,1 milhões de pessoas.

Dados do Segundo Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil, da rede Pennsan, mostram que só 4 entre 10 famílias conseguem acesso pleno à alimentação. Os dados são da Oxfam Brasil publicados em 08/06/2022.

conseguiu dar respostas aos problemas mais básicos e imediatos da população. Ao contrário, agravou os problemas. Neste contexto, uma nova coalização de centro-esquerda, encabeçada pelo ex-presidente Lula, despontou com favoritismo na campanha para as eleições presidenciais de 2022.

No segundo turno daquelas eleições, a diretoria do Sindicato manifestou apoio aos candidatos Luiz Inácio Lula da Silva (PT), para Presidência da República, e Fernando Haddad (PT), para o Governo do Estado de São Paulo (PT), uma vez que o momento exigia “união de forças em defesa das causas sociais e dos trabalhadores”. Segundo nota divulgada pelo Sindicato: “A decisão está em consonância com o histórico de luta da entidade que, ao longo de seus quase 60 anos, tem se pautado em defesa da democracia, da justiça social e da classe trabalhadora”²⁰⁷.

Durante todo esse período de crise, desde a queda do governo petista através de um golpe, até a eleição de Lula em 2022, os sindicalistas, e em especial as centrais sindicais, trabalharam muito no combate ao golpismo, para garantir a democracia e, sobretudo, pelo desenvolvimento do país com base nos interesses do povo.

E, apesar de todas as dificuldades, o Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco e Região encerrou o ano de 2022 com importantes conquistas, desde as de PLR até os acordos da Campanha Salarial, que, além do reajuste, garantiram a manutenção dos direitos da Convenção Coletiva.

Nas eleições presidenciais de 2022, a construção de uma frente ampla foi fundamental para eleger uma chapa comprometida com a geração de empregos decentes, valorização do salário-mínimo, dos serviços públicos, incentivo às empresas, com destaque para

207 “Estamos com Lula”, nota oficial do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco e Região, publicada em 0/10/2022, no site da Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos.

as micro e pequenas, políticas afirmativas de inserção social, participação nos acordos e nas decisões globais de preservação ambiental e com o fortalecimento da democracia.

Após um governo desastroso e a revisão pelo STF de várias medidas que cercearam os movimentos sociais e os setores mais progressistas da sociedade, o governo Bolsonaro chegou ao fim em 1º de janeiro de 2023, quando Lula reassumiu o mandato presidencial com a missão de reconstruir e reunificar o país.

A eleição de 2022 marcou o fim de um ciclo de muitas dificuldades. No dia 10 de novembro daquele ano, Almazan escreveu em uma rede social:

É com alívio e grande expectativa que assistimos Lula reconhecer a necessidade de tonarmos a democracia cada vez mais forte. Ao enfatizar que a roda da economia vai voltar a girar, com geração de empregos, valorização dos salários e renegociação das dívidas das famílias que perderam seu poder de compra. Não restam dúvidas: estamos diante de um governo que de fato vai olhar para o seu povo.

Pesquisa Lei de Cotas: Trabalhador com Deficiência no Setor Metalúrgico de Osasco e Região

A pesquisa Lei de Cotas: Trabalhador com Deficiência no Setor Metalúrgico de Osasco e Região, que em março de 2023 chegou à 17ª edição, tem sido um importante instrumento do Sindicato em suas ações de inclusão e promoção da diversidade no ambiente de trabalho. Para João Batista, a pesquisa oferece uma visão apurada.

Além de cumprir a cota, nós queremos socializar esse trabalhador, colocar ele no mercado. Não é para ele ficar escondido. Isso tem nos ajudado bastante. E temos de-

monstrado, ao longo das pesquisas, que lamentavelmente ainda tem um grupo pequeno de empresas que não responde o questionário, tem empresas que respondem e não contratam. Mas a pesquisa tem nos dado um norte de como isso está aqui na nossa base.

A pesquisa mostra, por exemplo, que o trabalhador que tem sido mais empregado pela Lei de Cotas na metalurgia de Osasco e região é o deficiente físico. Em seguida, aquele com deficiência auditiva, deficiência visual, e, por fim, com deficiência intelectual.

Sobre as doenças causadas no local de trabalho, Batista explica que:

Desde a década de 1980, quando o Clemente começou esse processo, tivemos a questão das abreugrafias, da luta contra o amianto, depois apareceu a questão do mercúrio, que contaminava vários trabalhadores. Uma preocupação grande nossa também sempre foi e é o acidente grave fatal. Preocupação com acidente no geral. Mas mais notadamente com resultado grave e fatal.

Para ele, um dos fatores que levou a isso foi o descaso nas fiscalizações.

Nos anos de 1990, mais precisamente em 1996, chegamos a ter 27 auditores fiscais na região de Osasco, com 12 municípios. Naquele tempo o superintendente dizia que a região precisaria de cerca de 54 auditores. Tinha 27. Hoje temos, na mesma base, depois de todo esse tempo, 4 fiscais. Então de 27, caiu para 4, sendo que desses 4, 3 fiscalizam a legislação trabalhista, e um fiscaliza acidente. E não é só metalúrgico. É para fiscalizar tudo. Todas as empresas. Claro que nessa situação o número de acidente tende a aumentar. E tem aumentado. Temos muita preocupação com

*isso. É uma luta do dia a dia. Mas como não temos poder de fiscalização, o que fazemos é cobrar, denunciar para as autoridades competentes, conversar com o superintendente estadual do trabalho, não só com o atual, mas com os anteriores, para buscar fazer alguma coisa*²⁰⁸.

Desafios

Enquanto na política a eleição do presidente Lula sinalizou para o fim da grande crise, as mudanças na produção somadas aos anos de defasagem do trabalhador impõem ainda grandes preocupações. A automação, que por um lado segue o caminho rápido das inovações tecnológicas, por outro deixa centenas de trabalhadores no desemprego. Mais do que uma política de retrocesso, os anos Temer e Bolsonaro rebaixaram o Brasil no ranking de industrialização, modernização e formação profissional. Com tecnologias importadas pelas multinacionais instaladas aqui, o período em questão reforçou a condição do país como mero exportador de matéria-prima.

Em Osasco e nos 12 municípios da região, aproximadamente 30% dos trabalhadores estão na indústria automobilística, conforme explica Almazan:

E se tiver uma mudança muito drástica sem conversar, a gente vai perder praticamente um terço da categoria, entre 12 e 15 mil trabalhadores. Porque muitas indústrias podem fechar. Tem indústria que faz câmbio de carro. Mas carro elétrico não tem câmbio. Tem indústria que faz juntas para motor a combustão. Em motor elétrico não vai junta. Não tem como impedir, mas é possível ter uma transição justa. Precisamos nos preparar para isso

208 Em depoimento ao CMS em março de 2023.

*com qualificação profissional, políticas de juros, de crédito, Ministério da Ciência e Tecnologia que pode financiar novas tecnologias. Vamos simplesmente importar as peças ou ter uma política de produzir as peças com tecnologia aqui? Qual vai ser essa política. Isso tem que ser discutido com os trabalhadores. Ficamos muito atrasados nesses seis anos*²⁰⁹.

Considerações sobre a História e sobre o Futuro do Sindicalismo

Neste contexto de desafios e esperanças, o Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco e Região chega aos 60 anos.

Para Roxo, o Sindicato sempre teve um papel muito importante na cidade de Osasco, e uma de suas principais características é o profundo vínculo com a base.

*Eu diria que o Sindicato viveu um processo de evolução e que não houve grandes rupturas. Hoje ele é resultado desse processo. Ainda notamos uma presença muito grande da base, do chão de fábrica. Muito grande mesmo. Os Metalúrgicos de Osasco têm essa prática de mapear o surgimento de lideranças nas fábricas. E esse contato permanente é o que fortalece o Sindicato, que foi se adaptando às transformações e à evolução nacional, mas manteve sua essência. Hoje está mais moderno. Resgatar a memória é o reconhecimento de que somos um processo.*²¹⁰

Visão que é compartilhada pelo jornalista Jeferson Martinho, assessor do Sindicato entre 1992 e 2001.

Todo o enfrentamento que houve na greve de 1968 ajudou

209 Em depoimento ao CMS em março de 2023.

210 Depoimento Antonio Roxo, CMS, 2012.

a consolidar uma visão de mundo que não é radical, mas ao mesmo tempo não abre mão do princípio básico que é a defesa do interesse do trabalhador. Ao resgatar sua história, o Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco mantém uma tradição de formar novas lideranças que compreendam o cenário e tenham elementos para se posicionar, para defender os princípios. O trabalhador que está ingressando hoje no chão de fábrica, com vinte e poucos anos, não faz a menor ideia do que aconteceu vinte anos atrás, que garantiu que ele tivesse um salário compatível com sua função, ou o salário da trabalhadora estar no mesmo nível do trabalhador homem, por isso é fundamental esse trabalho²¹¹.

Resgatar a história é, sobretudo, aprendizado para o futuro. Nas palavras de Gilberto Almazan:

Entre 1963 e 2023, o Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco e Região construiu muita coisa, mas eu quero pensar em 60 anos para frente. E para frente temos muitos desafios. Precisamos usar os 60 anos para trás como experiência e aprendizado. Com muita conversa com a categoria, muita participação na sociedade, muita ação unitária e intersindical para que possamos construir uma sociedade mais justa e os trabalhadores tenham mais direitos e uma vida melhor²¹².

211 Jeferson Martinho, em depoimento ao CMS em março de 2023.

212 Em depoimento ao CMS em março de 2023.



Cláudio Magrão e Gilberto Almazan (Ratinho) na posse da diretoria, em 2021



Metalúrgicos de Osasco no Ato Pela Democracia da Faculdade São Francisco, em 11 de agosto de 2022



Sindicalistas metalúrgicas de Osasco na Marcha das Margaridas de 2023

DEPOIMENTOS

1. Antonio Carlos Roxo
2. Antônio Toschi
3. Carlos Aparício Clemente
4. Cláudio Magrão de Camargo Crê
5. Emídio Pereira de Souza
6. João Joaquim da Silva
7. Joaquim Miranda
8. Jorge Nazareno
9. José Ibrahin
10. José Pedro da Silva
11. Milton Cavalo
12. Mônica Veloso
13. Octaviano Pereira dos Santos
14. Paulo Pereira da Silva
15. Roque Aparecido da Silva
16. Stanislaw Szermeta
17. Gilberto Almazan
18. João Batista
19. Jeferson Martinho
20. Gleides Sodré

BIBLIOGRAFIA

Chaia, Miguel, *Dieese: saber intelectual e prática sindical*, Lua Nova: Revista de Cultura e Política, São Paulo, 1989.

Couto, Ari Macedo, *Greve na Cobrasma: uma história de luta e resistência*, Annablume, São Paulo, 2003.

Delgado, Lucília de Almeida Neves, *O Comando Geral dos Trabalhadores no Brasil, 1961/1964*, Editora Vozes, Rio de Janeiro, 1986.

Frederico, Celso, *A esquerda e o Movimento Operário 1964/1984*. Volume 1, Editora Novos Rumos, São Paulo, 1987.

Fuchtner, Hans, *Os sindicatos brasileiros e a função política*, Biblioteca de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, 1986.

Gaspari, Elio, *A ditadura encurralada*, Editora Companhia das Letras, 2004.

Werner, Helena Pignatari, *Raízes do movimento operário em Osasco*, Cortez Editora, 1980.

Almanaque Dieese 50 anos fazendo história, Museu da Pessoa, São Paulo, 2007.

Força Sindical 20 anos de luta, Geração Editorial, São Paulo, 2011.

Uma história sem heróis – Registros da luta por saúde e segurança dos trabalhadores, Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco e Região, São Paulo, 2011.

TESES

Brito, Celso Roberto de, *Contribuição ao estudo do poder local em Osasco, um estudo geográfico-político*, FFLCH/USP, 2009.

Lopes, Carmen Lucia Evangelho, *A Organização Sindical dos Metalúrgicos de São Paulo*, tese de doutoramento, FFLCH/USP, 1992.

Miranda, Orlando, *Sindicato e Classe Operária, História do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco*, tese de Livre-Docência, FFLCH/USP, 1987.

Motta, Antônio Carlos Casulari Roxo da, *Cobrasma, Trajetória de uma empresa brasileira*, tese de Doutoramento, FFLCH/USP, 2006.

SITES

Acervo Folha: <http://acervo.folha.com.br/>

Arquivo Público do Estado de São Paulo: www.arquivoestado.sp.gov.br/

Câmara Municipal de Osasco: www.camaraosasco.sp.gov.br/osasco/industrias/

Centro de Memória Sindical: www.memoriasindical.com.br

Diesat: www.diesat.org.br/

Força Sindical: www.fsindical.org.br/

Instituto Zequinha Barreto: <http://zequinhabarreto.org.br/>

Portal Memória Dieese: <http://memoria.dieese.org.br/>

Portal Vermelho: www.vermelho.org.br/

Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco: <http://sindmetal.org.br>



METALURGICOS
DESEMPREGO E C

PELO SPAN
FAZ NADA PARA
ACABAR COM O
FOME NA BAHIA

Passeata contra o desemprego, 1963

PROTESTAM CONTRA O
AUMENTO DE ANO TRIENAL
10% PARA OS
FUNCIONARIOS
FEDERAIS
ABAXO A CAR
ESTIA: DE NOV
A MARÇO DE VOTO
DE VIDA SUBV



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

S616 Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco e Região, 60 anos: Uma história de bravura e pioneirismo / organizado por Carolina Maria Ruy. - São Paulo : Anita Garibaldi ; Centro de Memória Sindical, 2023. 232 p. ; 15cm x 21cm.

ISBN: 978-65-89805-29-8

1. Sindicalismo. 2. Trabalhadores. 3. Política. 4. Osasco. 5. História. 6. Brasil. I. Ruy, Carolina Maria. II. Título.

2023-2181

CDD 331.88091
CDU 331.881(81)

Elaborado por Vagner Rodolfo da Silva - CRB-8/9410

Índice para catálogo sistemático:

1. Sindicalismo : Brasil 331.88091
2. Sindicalismo : Brasil 331.881(81)



Este livro foi editado pela Editora Anita Garibaldi para o Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco e Região. O texto foi composto com a fonte Palatino Linotype corpo 11/15.

Tamanho do livro: 15cmx21cm.

O perfil combativo e politizado do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco e Região é o traço que mais se destaca nos depoimentos sobre a entidade registrados neste livro. Fundado no efervescente ano de 1963, no bojo da polarização ideológica da Guerra Fria, o Sindicato enfrentou com bravura e ousadia a ditadura militar, que chegou antes que a entidade completasse um ano.

Como aquele Sindicato, contando com apenas cinco anos de vida autônoma, pôde dar ao Brasil um exemplo tão grandioso de resistência à ditadura como foi a greve iniciada na Cobrasma em julho de 1968? Essa bravura se explica pela consciência operária cultivada em Osasco, município que faz fronteira com a zona oeste da capital. O engajamento social é da cultura de Osasco, do chão de suas fábricas, das vilas operárias, das organizações estudantis e até mesmo da igreja católica, com seus padres progressistas.

Em 1968, Osasco deu o exemplo que seria seguido dez anos depois, influenciando a reorganização do movimento sindical já no fim da ditadura.

Essa reorganização, através de muita luta, reconquistou as convenções coletivas e levou o Sindicato a um novo protagonismo: as ações por saúde e segurança dos trabalhadores.

Das primeiras Semanas de Saúde do Trabalhador (Semsats), em 1979, até o ano em que o Sindicato completou 60 anos, o tema ganhou força e fez da entidade, novamente, uma referência nacional.

A greve de 1968 e as ações por saúde e segurança dos trabalhadores são temas que revelam o protagonismo dos metalúrgicos de Osasco no movimento sindical. Mas esta história também se expande por outras ramificações. As lutas de resistência em períodos recessivos, como as décadas

de 1980 e 1990, as conquistas salariais e de PLRs, a valorização das mulheres, a atenção à juventude, a devida importância que o Sindicato atribui às instituições criadas pelo movimento sindical, como o Dieese, o Diesat e o Centro de Memória Sindical, a participação ativa em todos os processos decisivos da política brasileira também compõe essas seis décadas.

O Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco e Região esteve presente nas três Conferências da Classe Trabalhadora (Conclats), em 1981, 2010 e 2022, nas principais manifestações sociais e intersindicais ocorridas desde seu nascimento, como a greve geral de 1983, a campanha pelas Diretas Já! e pela Constituinte, as edições do Fórum Social Mundial e as lutas pela democracia nos anos de 2016 a 2022. É natural que sua história esteja inscrita em um panorama mais amplo da história do país.

Este livro buscou, portanto, seguir esse viés de conectar os acontecimentos do Sindicato com o que se passava no Brasil em 60 anos de importantes transformações.

Por último, cabe ressaltar que o presente material conta com anos de pesquisa. O plano de registrar a trajetória do Sindicato em um livro é antigo. A cada tentativa, os pesquisadores (dentre os quais agradecemos especialmente Carmen Lúcia Evangelho Lopes e Frédi Vasconcelos) levantaram material e realizaram entrevistas. O Centro de Memória Sindical, ao concluir o livro sobre os 60 anos do Sindicato, teve o privilégio de contar com trabalhos de pessoas que já haviam se debruçado sobre este projeto.

O livro é não apenas um registro da história do Sindicato, mas uma reflexão sobre a organização da classe trabalhadora com sua luta constante por direitos, por dignidade e pela construção de um futuro melhor para todos e todas.

“O que se destaca no panorama dos 60 anos do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco e Região é o inabalável compromisso do Sindicato com a classe trabalhadora. Sua história emblemática reitera que os trabalhadores brasileiros sempre estiveram na linha de frente da luta pela igualdade social e pela consolidação da democracia no país.”

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, presidente da República

“A história de uma entidade é construída pelas mãos de diversas pessoas que dedicam seu tempo, energia e paixão pela causa que defendem. É assim que o Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco e Região se firma como um exemplo de resistência, coragem e força ao completar seus 60 anos.

Nas páginas deste livro, encontramos uma narrativa que abrange desde a sua fundação, os anos tumultuados da ditadura militar até os desafios e conquistas da redemocratização. Ao longo desse período, o Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco e Região não apenas sobreviveu, mas também se ergueu como uma voz ativa na defesa dos direitos trabalhistas e sociais dos metalúrgicos e metalúrgicas.” GILBERTO ALMAZAN (*Ratinho*), *Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco e Região*

